

O BINÓCULO E A PENA:
A construção da identidade mato-grossense
sob a ótica virgiliana
1920-1940

Gilmara Yoshihara Franco

O BINÓCULO E A PENA:
A construção da identidade mato-grossense
sob a ótica virgiliana
1920-1940

Editora UFGD
DOURADOS-MS, 2009

Universidade Federal da Grande Dourados

Reitor: Damião Duque de Farias

Vice-Reitor: Wedson Desidério Fernandes

COED

Coordenador Editorial da UFGD: Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de Apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Conselho Editorial da UFGD

Adáuto de Oliveira Souza

Lisandra Pereira Lamoso

Reinaldo dos Santos

Rita de Cássia Pacheco Limberti

Wedson Desidério Fernandes

Fábio Edir dos Santos Costa

Capa

Editora da UFGD

Charge, criação e design: Alex Sandro Junior de Oliveira

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD

981.172

F825b

Franco, Gilmar Yoshihara

O binóculo e a pena : a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana : 1920-1940. / Gilmar Yoshihara Franco. – Dourados, MS : Editora da UFGD, 2009.

142p.

Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em História à Universidade Federal da Grande Dourados em 2007.

ISBN 978-85-61228-36-1

1. Corrêa Filho, Virgílio, 1887-1973. 2. Mato Grosso – História. I. Título.

Direitos reservados à
Editora da Universidade Federal da Grande Dourados
Rua João Rosa Goes, 1761
Vila Progresso – Caixa Postal 322
CEP – 79825-070 Dourados-MS
Fone: (67) 3411-3622
editora@ufgd.edu.br
www.ufgd.edu.br

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é, antes de tudo, um divisor de águas em minha vida pessoal e profissional. Num momento em que o caminho parecia um tanto espinhoso e sombrio, estar em sala de aula e ter, posteriormente, oportunidade de ingressar no Programa de Pós-graduação mudou substancialmente minha vida. Sendo assim, nesses dois últimos anos, além da dedicação a esta pesquisa, eu também pude reconsiderar e redimensionar minha trajetória pessoal e profissional.

Nesse sentido, trilhando este caminho, mesmo ciente das dificuldades, a certeza de onde quero chegar transformou as dificuldades em estímulo para seguir em frente.

Por isso, neste momento, muitos são aqueles que devem ser lembrados pelo amor e pela amizade com que souberam compartilhar minhas angústias, incertezas e alegrias a cada etapa concluída nesta caminhada.

Assim, começo agradecendo a Deus, nosso criador maior, que sempre se manifesta em nossas vidas como uma luz intensa a guiar nossos passos em direção a caminhos seguros.

Aos meus pais, Dorvalino e Jussara e a meus irmãos, Deilton e Durval, por tudo que a família representa para mim, e por todo o amor que sempre nos uniu, mesmo à distância.

Não poderia esquecer também da ajuda valiosa dos meus amigos, Marina e Aureo, que durante o tempo em que viajei semanalmente de Coxim a Dourados, acolheram-me em sua casa, recebendo-me, calorosamente, nas madrugadas frias do inverno douradense.

Às queridas e eternas amigas: Rose, Simone e Graziela, por todos os momentos maravilhosos que compartilhamos, no período em que morei em Coxim, e por terem ajudado-me a superar os dias mais difíceis.

Ao meu amigo Luciel, que por nossa convivência, quase diária, tornou-se parte de minha família.

À minha chefe, Sandra Regina e à amiga Kátia, pela paciência e pela compreensão diária.

À professora Ana Paula Squinelo, pelo estímulo inicial.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, pela orientação segura, pelas cobranças e conselhos sempre precisos na condução deste trabalho.

Aos professores Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos, Dr. Eudes Fernando Leite, Dr. João Carlos de Souza e Dr. Paulo Roberto Cimo Queiroz, exemplos de profissionais e inspiração para os iniciantes “na oficina da história”.

Aos amigos de Dourados: Mirian, Edna e Carlos, pessoas que foram de extrema importância nesse período de exílio voluntário, sem as quais eu acredito que não teria conseguido chegar até o fim desta jornada.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO.....	13
 CAPÍTULO I	
DAS ARMAS ÀS LETRAS: Representações das disputas pelo poder em Mato Grosso – (1900 – 1922).....	17
1.1 – Algumas considerações sobre a natureza da República no Brasil	19
1.2 – O redimensionamento das forças político-econômicas em Mato Grosso após o fim da Guerra com o Paraguai e nos primeiros anos da República	23
1.3 – Representações das disputas pelo poder – As Armas	28
1.4 – Representações das disputas pelo poder – As Letras.....	36
 CAPÍTULO II	
SER MATO-GROSSENSE, SER CUIABANO	
Um olhar sobre a construção dos sentidos de pertencimento regional.....	47
2.1 – Entre Memória e Tradições Inventadas – um pouco de historiografia	52
2.2 – A construção da “cuiabanidade” na obra <i>Mato Grosso</i> (1922)	57
2.3 – A propósito das Monografias Cuiabanas: interfaces do universo mato-grossense.....	65
 CAPÍTULO III	
A RÉGUA E O COMPASSO	
A fronteira e a construção da identidade mato-grossense.....	71
3.1 – A construção da nacionalidade no Brasil durante a Primeira República	74
3.2 – A construção da fronteira num território vagamente definido	77
3.3 – O mito bandeirante na historiografia paulista e mato-grossense: imagens semelhantes, objetivos diferentes	79
3.3.1 – A ação dos bandeirante sob a ótica virgiliana	87
3.3.2 – O mesmo tema, um outro olhar	91
3.4 – A fronteira como elemento da identidade mato-grossense	98

CAPÍTULO IV

A TRINDADE VIRGILIANA

Considerações sobre a cristalização da identidade mato-grossense	109
4.1 – O culto ao nacionalismo na Ditadura Vargas.....	113
4.2 – Biografias: um reforço à construção da identidade regional e nacional	115

CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
-----------------------------------	------------

FONTES BIBLIOGRÁFICAS	135
------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	136
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira metade do século passado inúmeros estudos sobre a história de Mato Grosso foram publicados. Por meio destas obras difundiram-se não só interpretações acerca do passado local como também valores e sentidos que definiram o mato-grossense. Entre estes estudos os que tiveram maior destaque e reconhecimento foram os do escritor Virgílio Alves Corrêa Filho. Dada à dimensão e à influência exercida por esse escritor, analiso, neste trabalho, como se configurou a identidade mato-grossense nas linhas e entrelinhas do trabalho de Virgílio Corrêa Filho e em que medida esta caracterização historiográfica revela o contexto histórico em que seu trabalho foi produzido.

Nesse sentido, o ponto de partida deste trabalho está em encontrar respostas para essa construção identitária através das interpretações do passado mato-grossense, que se tornaram referência para inúmeros estudiosos; desse modo, busquei responder tais indagações a partir de um exame do trabalho historiográfico daquele que é considerado o mais renomado dos escritores mato-grossenses: Virgílio Alves Corrêa Filho.

O estudo aqui apresentado é resultado da análise da escrita deste consagrado escritor e procura mostrar como o autor construiu uma identidade histórica de Mato Grosso e em quais elementos históricos essa construção procurou se fixar.

Dentre as muitas obras de Corrêa Filho, analiso então: *Mato Grosso* (1922), as *Monografias Cuiabanas* (1925), *As Raias de Mato Grosso* (1925/26), *Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado* (1941), *Luis de Albuquerque: o fronteiro insigne* (1941) e *Pedro Celestino: “o guia dos mato-grossenses”* (1945). Considero que estes trabalhos deram forma a uma identidade regional ancorada numa valorização histórica de Cuiabá, onde a construção da “cuiabanidade” mato-grossense denota um desses traços identitários; um outro aspecto deste entendimento está na análise do significado simbólico da

expansão e fixação dos limites geográficos da fronteira mato-grossense; por fim, seguindo as pistas dessa construção identitária, verifico a configuração de sujeitos históricos personificados como heróis regionais.

Para compreender a escrita de Corrêa Filho, considero fundamental entender o momento histórico em que o autor inicia o processo elaboração historiográfica, por isso, minha narrativa se inicia na passagem do século XIX para o século XX. Isso porque, durante os anos que compreendem a Primeira República (1889-1930), período de consolidação das instituições republicanas, Mato Grosso foi palco de acirradas disputas intra-oligárquicas pelo controle do mando local.

Portanto, considere fundamental para o entendimento do leitor verificar, inicialmente, a vinculação do escritor com segmentos dessa oligarquia para então compreender sua postura historiográfica, uma vez que esse vínculo indica nuances e aspectos ligados à construção e legitimação histórica de um grupo que, na ótica do escritor, remonta ao período colonial e que tem na figura dos defensores fronteiriços um de seus pontos centrais.

O recorte temporal desse estudo situa-se entre os anos de 1920-1940, momento de transição entre a Primeira República e a Era Vargas. Essa escolha se deu por duas razões: por coincidir com o período de publicação das obras analisadas e por tratar-se também de um período de construção dos referenciais identitários do Brasil republicano.

A bibliografia produzida sobre esse momento da história do Brasil mostra que, no que diz respeito à questão historiográfica, tanto a Primeira República quanto a Era Vargas tinham o mesmo objetivo: reforçar o sentimento de nacionalidade e buscar figuras que simbolizassem os pilares da República, embora, cada período revele faces diferentes de um mesmo processo de construção da nacionalidade brasileira. Por esta razão, procuro não perder de vista o cenário nacional e, ao mesmo tempo, verificar como esses acontecimentos influenciam na produção histórica regional.

Nesse sentido, valendo-me das leituras de Le Goff (2003), Bourdieu (1989), Chartier (2002), Halbwachs (2004) Zorzato (1998), Galetti (2000) e de outros autores, procuro dimensionar as formas

de produção de sentido empregadas na escrita virgiliana acerca da temática da fronteira e o que sua escrita deixa entrever das questões colocadas no contexto histórico local daquele momento.

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, denominado - Das armas às letras: representações pelas disputas de poder em Mato Grosso (1900-1922) – procurei contemplar algumas características que deram forma à República no Brasil, e verificar como aquele novo cenário político se construiu em Mato Grosso.

Nessa seção, discuto, ainda, a natureza da formação da República no Brasil e como, num momento imediatamente posterior, esse caráter reflete-se na constituição das especificidades regionais, abrindo espaços para as muitas disputas pelo poder político ocorridas em Mato Grosso durante a Primeira República. Essa discussão, importante para explicitar o contexto histórico em que boa parte dos trabalhos de Corrêa Filho foram produzidas, tem ainda uma relação bastante estreita com o olhar do historiador em relação ao passado.

No segundo capítulo, analiso a construção dos referenciais identitários de Mato Grosso a partir das obras *Mato Grosso* (1922) e *Monografias Cuiabanas* (1925), buscando entender o que é e qual o significado do sentimento de “cuiabanidade”, ou seja, verifico como Corrêa Filho fez uma leitura do passado valorizando Cuiabá na sua condição de gênese da consolidação luso-brasileira nessa região, a partir do descobrimento das minas de ouro de 1719, e como a cidade tornou-se centro político, econômico e cultural de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, procuro mostrar que tal valorização chocava-se com as preocupações do escritor, explicitadas pelas “ameaças vindas do sul”, conforme expressão de Queiroz¹. Em *Monografias Cuiabanas*, Corrêa Filho deixa entrever suas preocupações com relações às mudanças político-econômicas verificadas no sul de Mato Grosso nos primeiros anos do século passado.

O terceiro capítulo trata do significado simbólico da fronteira geográfica enquanto mais um dos elementos constituintes da identidade de Mato Grosso. Entretanto, procurei iniciar minha análise pelo significado que a expansão da fronteira teve na construção dos referenciais de nacionalismo ao longo da Primeira República. A

1 Ver QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “Identidade” Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense: Um Breve Ensaio*. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005.

seguir, recuperei o significado que a expansão fronteiriça teve para os historiadores paulistas ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro- IHGB, seção de São Paulo. Essa associação se fez necessária porque, no início do século passado, com a escrita de intelectuais como Alcântara Machado, Alfredo Ellis Júnior e Afonso Taunay, no que diz respeito à história dos bandeirantes, a ampliação dos limites geográficos do Brasil adquire *status* de epopéia e parte dessa bibliografia é adotada por Corrêa Filho para a construção da simbologia do bandeirante em Mato Grosso.

Depois, analiso a fronteira mato-grossense de modo particular, para poder entender as dimensões simbólicas que ela possui neste processo de construção na escrita virgiliana, e também para verificar como a fronteira se configura como arcabouço de uma identidade alicerçada na ação dos chamados defensores fronteiriços.

Finalmente, no quarto capítulo, abordo um segundo momento da escrita virgiliana verificado a partir dos anos 1930. Nesta seção, mais uma vez o cenário nacional serviu como pano de fundo para o estudo do que considero a segunda fase da escrita de Corrêa Filho. Recorri a esta estratégia por entender que as condições políticas e culturais dadas durante o governo de Getúlio Vargas, sobretudo, no que se refere à construção do passado nacional, influenciaram significativamente a produção virgiliana na década de 1930 e início dos anos 1940. Essa influência verifica-se pela sua vinculação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e ao Conselho Nacional de Geografia.

A partir de então, mesmo distante fisicamente de Mato Grosso, entendo que Corrêa Filho não corta os laços com os objetivos esboçados no início da década de 1920, momento em que inicia suas atividades no universo das letras. Nesse sentido, observo que a escrita das biografias de personagens históricos, aos quais o escritor denominou de “trindade mato-grossense” – Luis de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino - encerram as representações sobre a construção de um passado terminado, com vistas a preservar uma imagem desejada de Mato Grosso.

CAPÍTULO I

DAS ARMAS ÀS LETRAS:

Representações das disputas pelo poder em Mato Grosso (1900-1922)

A forma como a República se estabeleceu no Brasil – uma sociedade que havia deixado de ser escravocrata há pouco, num país de dimensão territorial comparada à de um continente, onde a participação popular em qualquer tipo de ato político era mínima e a concentração de poder bastante acentuada – desencadeou, imediatamente após seu estabelecimento, uma crise considerável, proveniente do vácuo de poder provocado pela transição de regime e pelo conseqüente processo de rearranjo de poder, que ocorreu nos anos que se seguiram à proclamação da República.

Passado o primeiro momento, em que se viu uma considerável aceitação ao novo regime, verificou-se, em diversas partes do país, um processo de acomodação política, uma regionalização do poder, no qual parcelas das oligarquias locais entraram em conflito para impor, em seus respectivos territórios, seu poder de mando.

Nesse período, passaram a caminhar, paralelamente, o projeto de uma nova república e o esboço de composições identitárias, tanto nacional como regionais. Por isso, considere importante fazer um recuo temporal para explicitar o contexto histórico que propiciou o desenvolvimento da atividade intelectual de Virgílio Corrêa Filho, antes de me debruçar propriamente sobre a análise historiográfica do trabalho do autor.

As conseqüências desses acontecimentos, que se desenrolavam no cenário nacional, podem ser verificadas também em Mato Grosso, sobretudo, nos últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. Lutas acirradas foram travadas, muitas delas através das armas, outras no campo simbólico das letras. O objeto das disputas era o poder de mando, tanto pelo controle do

aparato político-administrativo, quanto pelo *assenhoramento* de uma identidade local.

No presente capítulo, abordo num primeiro momento as disputas pelo poder de mando, ocorridas em Mato Grosso, durante a Primeira República. Tal abordagem não tem por objetivo inventariar os muitos conflitos que se desenrolaram no período, todavia, procuro entender sua *natureza*, relacionando-a com o contexto maior que envolvia o Brasil nos anos que se seguiram à proclamação da República.

Num segundo momento, analiso particularmente a caracterização da identidade mato-grossense apresentada por meio de algumas obras, como o *Quadro Corográfico de Mato Grosso* (1906), o *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914) e, principalmente, as ações empreendidas no governo de Dom Aquino (1918-1922). Considero essa reflexão inicial pertinente, uma vez que, posteriormente, passo a avaliar, a partir desse contexto, como se caracterizou a construção da identidade mato-grossense na obra de Virgílio Corrêa Filho.

Assim, procuro mostrar que, paralelamente às “revoluções” que buscavam definir pelas armas as posições dos grupos que pleiteavam impor-se hegemonicamente em Mato Grosso, ocorria uma disputa de força simbólica, na qual o que estava em jogo era o poder de dar ao passado local uma identidade determinada. Nos termos sugeridos por Chartier:

A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como êxito (ou fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada). Conseqüentemente, ela compreende a dominação simbólica como o processo pelo qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento. (CHARTIER, 2002, p. 11).

O fragmento acima mostra que, a partir do êxito ou fracasso empreendido numa disputa simbólica de forças, é que são estabelecidos ou não sentimentos de pertença social. Essa pertença serve, na maioria das vezes, como uma espécie de referendo para a identidade que se tenta instituir. E, por fim, a valorização de

uma memória, de monumentos e de nomes que vinculam passado/presente são necessariamente peças que influenciam no contexto dessa (re)construção do passado, e portanto, no êxito ou fracasso de um importante instrumento de poder que se traduz como identidade social.

Embora memória e história sejam termos antagônicos, compreendo ainda que o conceito de memória, enquanto reconstrução intelectual pretende, ser ou ter, o mesmo *status* de cientificidade creditado à história. De modo que a memória histórica busca no passado elementos que envolvam a sociedade como um todo, de maneira a estabelecer uma conexão entre presente/passado comum ao todo social.

Dessa maneira, *a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder* (LE GOFF, 2003, p. 470. Grifo meu), uma vez que, o jogo de interesses que envolve a construção da identidade social, a recolha de material, o lugar social de onde se produz e o contexto histórico influenciam sobremaneira o fazer histórico.

Torna-se, então, significativo e pertinente analisar a natureza das disputas oligárquicas ocorridas em Mato Grosso, ao longo da Primeira República, uma vez que, por meio das memórias produzidas destes episódios, verifica-se, tanto por meio dos conflitos armados como por meio da construção intelectual, os campos onde se travaram as disputas pelo poder de mando e pela identidade mato-grossense.

1.1 Algumas considerações sobre a natureza da República no Brasil.

No Brasil, alguns setores sociais sonhavam com uma República à moda francesa. O grupo dos republicanos históricos, que tinha em Aristides Lobo, Francisco Glicério, Lopes Trovão e Quintino Bocaiúva seus grandes propagandistas, defendia um modelo *verdadeiramente* representativo, com *participação popular*, ou seja, um regime que envolvesse alguns segmentos da sociedade civil. A inspiração vinha, sobretudo, da França e dos Estados Unidos, onde a mobilização social deu a tônica ao estabelecimento do novo regime.

A influência desses países se fazia tão forte entre os brasileiros que a bandeira do clube republicano era uma cópia da bandeira dos Estados Unidos, em verde e amarelo. Em *Formação das Almas* (1990), José Murilo de Carvalho reproduz uma charge do jornal *O Mequetrefe*, de 17/11/1889, na qual Aristides Lobo estaria empunhando a mencionada bandeira na cerimônia de aclamação da República, ocorrida dois dias antes.

Havia algum tempo que o Império Brasileiro vinha sofrendo desgastes constantes e, mesmo não sendo pretensão deste trabalho discutir a crise que antecede a queda do Império, é interessante pontuar que os descontentamentos da aristocracia, gerados pela abolição dos escravos, assim como o descontentamento dos militares, pelo descrédito que tiveram após a Guerra com o Paraguai, além dos desentendimentos entre o Estado e a Igreja, davam munição aos republicanos para minar as bases do já combalido regime monárquico.

O movimento republicano brasileiro era pequeno, tendo maior expressão nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, não dispondo de força suficiente para aglutinar em torno de si contingente que levasse a cabo suas aspirações. Em alguns estados, como Mato Grosso, por exemplo, só se ouvia falar em República por meio de algumas publicações nos periódicos que circulavam com tais idéias, ou através de manifestações de grupos isolados, particularmente de militares. Embora se soubesse da crise pela qual passava o império, não se cogitava uma mudança na forma administrativa do país.

No Rio de Janeiro, capital do Império, corriam boatos sobre a possibilidade de uma iminente represália aos chefes militares. O curso dos acontecimentos, porém, provocou um aceleração das discussões em torno do surgimento de um novo regime de governo.

A seguir, aqueles descontentamentos todos deram ensejo aos acontecimentos de 15 de novembro de 1889, contudo, “[...] o que vai caracterizar o advento do regime republicano é seu repentino desencadeamento e o pequeno número de participantes” (CARONE, 1974, p.07).

Naquele momento, os militares figuraram como personagens principais. Nos termos de Carvalho (1990), o povo assistia “atônito, bestializado”, àquilo que parecia mais uma parada militar, que

percorria as ruas do Rio de Janeiro rumo ao Campo de Santana. De uma hora para outra, o Brasil, conduzido pelos militares, deixava de ser uma monarquia e tornava-se República.

O novo regime se estabeleceu no seio de uma sociedade extremamente fragmentada. Em razão de sua formação histórica, as decisões políticas, em sua maioria, aconteciam dentro de gabinetes sem envolvimento da sociedade; o povo brasileiro viu passar ao largo aquele momento tão significativo.

Em tese, a República deveria marcar uma ruptura. Entretanto, a curto prazo, o novo sistema demonstrou a permanência de práticas políticas e institucionais há muito existentes no Brasil.

Inúmeras contradições marcaram o início do regime. Dentre as discrepâncias observadas durante a Primeira República, destacam-se as disputas pelo poder político, travadas no interior das camadas mais abastadas, verificadas em muitos estados, face à falta de participação popular num sistema de governo representativo. Esse processo culminou, em muitas localidades, com o estabelecimento de uma política coronelística, que instituiu e manteve-se por meio de práticas sociais que envolviam uma teia de relações de clientelismo; não raras vezes, o uso da força também foi empregado para demonstrar poder.

Embora, na prática, o Brasil tenha adotado o modelo republicano estadunidense, no campo das representações, houve uma tentativa de apropriação dos símbolos franceses que caracterizavam a República; entre eles, vale citar a tentativa de arquitetar a personificação do novo regime utilizando-se de imagens femininas. No Brasil essa influência tinha origem na doutrina comteana:

Os artistas positivistas merecem referência à parte [...] A República era a forma ideal de organização da pátria. A mulher representava idealmente a humanidade. Comte julgava que somente o altruísmo (palavra por ele criada) poderia fornecer a base para a convivência social na nova sociedade sem Deus. A mulher era quem melhor representava esse sentimento, daí ser ela o símbolo ideal para a humanidade. [...] Comte chegou ao ponto de especificar o tipo feminino que deveria representar a humanidade: uma mulher de trinta anos, sustentando um filho nos braços. (CARVALHO, 1990, p. 81).

Tais tentativas, entretanto, mostraram-se quase todas infrutíferas, pois não encontraram reconhecimento social, ao

contrário da França, onde a iconografia feminina, segundo Carvalho, era, sobretudo, fruto do processo histórico de implantação do regime republicano. Dessa maneira, verifica-se a fragilidade das instituições e a falta de reconhecimento social quanto ao novo sistema que acabara de se estabelecer. (CARVALHO, 1990, p. 53).

Dentre as contradições no momento do estabelecimento da República cabe notar o desenho seguinte, retirado da Revista Ilustrada (1888). A charge representa a cobrança de senhores de escravos pedindo indenização à República pelas perdas que acabavam de sofrer com a abolição da escravatura. Observando a figura, publicada pouco antes da proclamação do novo regime, verifica-se que a figura feminina, clássica representação da República, encontrava-se numa posição nada nobre, pelo contrário, seria aquela encarregada de resolver *todos* os problemas que o império não conseguia dirimir. Outro aspecto a ser evidenciado é o de que a elite aristocrática brasileira, base produtiva do país, não colocou a *República* num *altar*, pelo contrário, ela ocupava o mesmo lugar que qualquer mortal comum. O mais significativo é que essas elites já pressionavam a *pobre* República antes mesmo de ela *nascer*, uma vez que esta charge é de 09/06/1888.



15. “Senhores de escravos pedem indenização à República”,
Angelo Agostini, Revista Ilustrada, 9/6/1888.

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Cia das Letras, 1990, p. 81.

No que tange às práticas políticas, observa-se a ausência do ideal republicano e de um projeto efetivo para se implantar esse novo regime. Gerado e parido repentinamente, o regime republicano abre espaço para as disputas de poder entre as oligarquias regionais, de modo que, passado o momento inicial de aceitação pacífica ao novo cenário que se descortinou no 15 de novembro,

[...] desencadeia-se um processo violento em que o plano estadual e o federal influenciam-se mutuamente. A luta dos grupos pela hegemonia é complexa porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares – agem, em geral desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias (CARONE, 1974, p. 18).

Essas disputas existiram durante toda a Primeira República, tanto em razão da fragilidade do regime estabelecido (o que, em certa medida, persiste até hoje), mas também como reflexo dessa acomodação de poderes e redefinição dos papéis que cada grupo desempenharia a partir desse novo contexto. Com o passar do tempo, as resistências foram sendo vencidas e as práticas republicanas estabelecendo-se e consolidando-se, não à francesa como outrora sonharam os republicanos históricos, o jeito foi mesmo acomodar o regime à brasileira.

1.2 O redimensionamento das forças político-econômicas em Mato Grosso após o fim da Guerra com o Paraguai e nos primeiros anos da República.

Após o descobrimento das minas de ouro em Cuiabá (1719), o intenso fluxo de pessoas que para lá se deslocaram, sobretudo oriundas do planalto de Piratininga, fez com que a região que hoje compreende o estado de Mato Grosso do Sul se tornasse o caminho de passagem mais viável aos mineiros.

Nos anos seguintes, com o incremento do comércio para a região das minas, os chamados monçoeiros, que se utilizavam principalmente dos rios para se deslocar, mesmo em conflitos constantes com as populações indígenas, estabeleceram próximo ao rio Taquari e ao

varadouro de Camapuã, um pequeno núcleo de povoação que servia de ponto de parada para descanso e reabastecimento para esses comerciantes.

Em 1749, quando a região das minas foi elevada à condição de Capitania, denominada, a partir de então, Mato Grosso, a parte localizada mais ao sul passou a servir de “antemural da colônia”² e, gradativamente, passou a ser ocupada, principalmente, por fortificações militares, que serviam para marcar a presença luso-brasileira naquele espaço. Desse modo foram surgindo, “[...] no último quartel do século XVIII, o Forte Coimbra (1775), a povoação de Corumbá (inicialmente chamada Albuquerque, 1778) e o fortim de Miranda (1797)” (QUEIROZ, 2004, p. 03), dando início ao processo de ocupação e povoamento, não indígena desse território.

Mesmo permanecendo, ao longo do século XVIII e parte do século XIX, em boa parte, como “área de passagem” ou “antemural da colônia”, progressivamente, alguns desses núcleos foram se desenvolvendo e dinamizando o processo de ocupação. Com o tempo isso implicou num redimensionando e numa redistribuição das forças econômicas e políticas na Capitania.

Nesse contexto, Corumbá, por estar localizada às margens do rio Paraguai, um dos principais rios da rota das monções e importante via de acesso aos países da Bacia Platina, há muito tempo, desenvolvia atividades comerciais na região. Assim, gradativamente, a cidade tornou-se uma importante referência para o comércio interno e também para os vizinhos platinos,

Em 1850, chegou a ser assinado entre os dois países vizinhos [Brasil e Paraguai] um tratado que, entre outras coisas, liberava a dita navegação. Entretanto, como se sabe, foi apenas a partir de um tratado, assinado em abril de 1856, que se iniciou, por esse rio [Paraguai], um regular tráfego

2 Esse conceito, trabalhado pela professora Luiza Volpato, estende-se a toda região que compreenderá o estado de Mato Grosso e se fundamenta nas pretensões da Coroa Portuguesa em anexar esses territórios à sua esfera de influência, uma vez que o Tratado de Tordesilhas estava obsoleto e até então nenhum outro acordo coloca termo à questão de limites. Ao longo do tempo, vários tratados foram assinados, mas nenhum chegou efetivamente a pôr fim na questão de limites. De modo que a Coroa Portuguesa desenvolveu uma estratégia de ocupação, designando então a região de Mato Grosso como “Antemural da Colônia”. Entretanto, no texto refiro-me apenas à parte mais ao sul da futura capitania, por entender que esta fração do território estava ainda mais vulnerável à presença dos espanhóis por não haver ali núcleos de ocupação portuguesa suficientes para fazer frente a possíveis “invasões” castelhanas.

Entretanto, somente após o fim do conflito entre Brasil e Paraguai, em 1870, tornou-se possível o desenvolvimento econômico mais intenso da região sul de Mato Grosso. A internacionalização da navegação do Rio Paraguai até o porto de Corumbá trouxe consideráveis transformações à região; “[...] nesse novo contexto, a navegação e o comércio por esse rio [Paraguai] reassumem e ampliam a importância que já se havia prenunciado nos breves anos que antecederam a guerra” (QUEIROZ, 2004, p. 17).

Terminada a guerra, dirigiram-se para Corumbá muitos comerciantes da Argentina, do Uruguai e até mesmo europeus, com a finalidade de explorar o comércio dos subprodutos do gado, estabelecendo casas comerciais e charqueadas, que abasteciam tanto o comércio da região, como os países da bacia do Prata. A cidade também acabou exercendo influência comercial sobre as regiões de Miranda, Aquidauana e Coxim, que se tornaram subpólos desse comércio. Assim sendo, pode-se verificar que, ao fim do século XIX, Corumbá tornou-se o que Souza (2001) denominou *Sertão Cosmopolita*.

Aliado aos efeitos da internacionalização da navegação do Rio Paraguai, o governo imperial concedeu isenção de impostos alfandegários ao comércio realizado no Porto de Corumbá, transferiu o arsenal da Marinha de Cuiabá para a mesma e ainda concedeu a exploração dos ervais nativos à Companhia Mate Larangeira, promovendo um considerável incremento das atividades econômicas. Por fim, houve um cuidado maior do governo brasileiro no sentido de incentivar a migração interna para o sul de Mato Grosso.

Embora se verificasse um considerável desenvolvimento da atividade pastoril nas demais localidades ao sul do estado, como em Santana do Paranaíba, em Camapuã e nos Campos da Vacaria, até o início do século XX essas regiões tinham pouquíssima expressão política no cenário local.

O norte, por sua vez, concentrava o poder político. Cuiabá, tornada capital desde 28 de agosto de 1835, em detrimento de Vila Bela da Santíssima Trindade, que até então ocupara esse posto, concentrava grande parte dos mandatários regionais. A cidade

também sediava a maior parte das atividades intelectuais e culturais de Mato Grosso.

Em relação à economia, a extração aurífera que havia transformado repentinamente o cenário da região no século XVIII, teve caráter efêmero: as lavras eram superficiais, o chamado ouro de aluvião. O período que se seguiu não foi de estagnação completa da atividade de mineração, mas de gradativa decadência. A atividade mineradora permaneceu por bom tempo sendo a principal fonte da economia mato-grossense. Entretanto;

Terminado o apogeu da atividade de mineração, a capitania ressentia-se da falta de incentivo da coroa a atividades substitutivas, sendo comum a idéia de que se seguiu um período de estagnação e marasmo que marcou toda sua vida econômica posterior. Na verdade, tratou-se de um difícil e lento processo de reordenação das forças produtivas em que, à crise da mineração, soma-se o caráter desigual das trocas comerciais imposta pela política mercantilista européia e que atingiu duramente a precária economia colonial da capitania. (NEVES, 1988, p. 62).

A mesma autora afirma, também, que neste cenário de crise da atividade mineira, o desenvolvimento de usinas de açúcar teve papel importante no processo de “rearranjo” econômico e político do norte do estado, formando novas lideranças locais. Os chamados coronéis passaram a ter destaque, sobretudo no campo político, após a proclamação da República.

É importante ressaltar que, dado o caráter monopolista da estrutura administrativa montada na região, herança da administração colonial, “[...] por longo espaço de tempo a história de Mato Grosso confundiu-se com a própria história de Cuiabá, pelo menos até meados do século XIX.” (CORRÊA, 199, p.52).

Entretanto, nesse novo contexto, esboçado em meados do século XIX, o redimensionamento da atividade econômica em Mato Grosso possibilitou o surgimento de novas camadas dirigentes: proprietários de terras, comerciantes, usineiros de açúcar e profissionais liberais, como por exemplo, médicos e advogados que aglutinaram em torno de seus respectivos núcleos de influência as camadas menos abastadas da população, gradativamente angariando algum poder, ou seja, dando forma ao chamado coronelismo.

Corrêa (1995) afirma que, dadas as condições da colonização da região de Mato Grosso, a violência entre espanhóis, luso-brasileiros e índios era uma constante; essa prática, ao longo do tempo, foi se impregnando nas relações sociais da região, e acabou tornando-se traço marcante do cotidiano mato-grossense até a década de 1940, aproximadamente. Embora não fosse exclusiva de Mato Grosso, essa característica de violência intensa deu a tônica das disputas políticas durante boa parte da primeira fase do período republicano no estado. Naquela ocasião, para assegurar os interesses em jogo, os mandatários locais lançavam mão de *exércitos* particulares para conseguirem, pela força, os intentos desejados.

Nesse contexto, Cuiabá e Corumbá eram as cidades com maior expressão política em Mato Grosso, embora a capital se sobressaísse por concentrar grande parte da elite local, a atividade portuária conferia a Corumbá um espaço político significativo no cenário político local.

Embora as notícias dos acontecimentos ocorridos em 15 de novembro, no Rio de Janeiro, tenham chegado a Mato Grosso, no mês seguinte, não tardaram os movimentos dos chefes políticos em buscar *um lugar ao sol* no novo cenário político brasileiro.

Como assinalei anteriormente, a República estabeleceu-se num contexto de pouca unidade política, sem um ideal consolidado historicamente no seio da sociedade brasileira, que alicerçasse a idéia e desse forma às práticas desse novo regime. Nasceu, ainda, em meio a uma sociedade extremamente fragmentada, que havia deixado há pouco de ser escravista e que não incorporou adequadamente negros, índios e pobres em geral ao novo regime de governo.

Observa-se, em Mato Grosso, a partir desse dado momento, uma falta extrema de unidade política. A impressão que se tem é a de que a República abriu uma espécie de vácuo de poder, que logo transformou-se numa luta intensa pelo mando local, na qual as facções da elite vão se utilizar amplamente de bandos armados para se firmarem no poder.

Acredito que estas lutas ocorreram em duas frentes: a primeira pode ser observada nos conflitos armados propriamente ditos, nos quais o poder de fogo e de arregimentação de homens

é que determinavam aquele que efetivamente ocuparia o posto de mandatário local. As “revoluções” mato-grossenses, deflagradas em fins do século XIX, deram mostras desses enfrentamentos e dos contornos de disputas políticas que eles possuíam. A segunda começou a acontecer no início do século XX, a partir de ações de intelectuais, com a publicação do Quadro Corográfico (1906) e do Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914) e se intensificou, a partir do governo de D. Aquino, em 1918, quando escritores como Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho e José Barnabé de Mesquita empreendem esforços por meio das *letras* para “[...] assegurar a continuidade da reprodução das condições de dominação de um determinado grupo social” (GALETTI, 2000, p. 297).

Desse modo, entendo que essas duas frentes de disputa se constituem em esforços das muitas facções da oligarquia mato-grossense para determinar sua hegemonia em âmbito local. Numa primeira perspectiva, por meio da luta armada, os grupos tentaram impor-se pela força, depois, num cenário de disputas simbólicas, essa busca por legitimidade e afirmação caracterizou-se pela construção de uma memória histórica, que assegurou esse poder à elite do norte, que buscou, particularmente no passado colonial, elementos para essa construção.

1.3 Representações das disputas pelo poder – As Armas.

Tolo quem se incomoda/ Por usar a violência, /Moralidade, decência, /São Coisas fora da moda: /Respeito à lei? Uma figa! Patriotismo – a barriga!/O que não pode o direito/Pode o capanga!/Demais, o povo sem tanga/ Sempre há de ser suspeito:/A não ser esbofeteado/Não puxa o carro do Estado (MENDONÇA, 1978, p.28).

O regime republicano no Brasil trouxe consigo, além das contradições acima pontuadas, uma nova forma de disputa pelo poder. A partir desse momento, o sistema eletivo acabou fortalecendo a figura dos chamados *coronéis*³.

3 Essa patente era uma das muitas graduações militares da Guarda Nacional conferida àqueles que exerciam liderança em nível regional. Entretanto, após a República a figura do coronel passou a ser associada àquele que exercia tanto liderança militar quanto política. Cabe pontuar também que o fenômeno do coronelismo foi generalizado, no entanto, o que pretendo é contextualizar as especificidades dessas práticas em Mato Grosso.

A multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, na Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos de associados econômicos-políticos [...] O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelo chefes que compõem o mandonismo local brasileiro. (QUEIROZ, 1977, p. 159)⁴.

Em Mato Grosso, assim como em muitos estados brasileiros, as disputas verificadas durante a República Velha foram fruto da busca pela ascensão política. Todavia, a intenção de mostrar a ocorrência desses conflitos, não tem, aqui, outra preocupação senão contextualizar o momento em que Virgílio Corrêa Filho começa exercer seu ofício de historiador e ainda mostrar os vínculos, bastante estreitos, que o escritor possuía com um ramo desse grupo que, literalmente, lutava pelo poder local.

O quadro apresentado neste item, (Quadro 01, página 21), registra respectivamente nome e período de administração dos governadores que estiveram à frente do estado de Mato Grosso, desde a Proclamação da República, 1889, até a ascensão do Bispo D. Francisco de Aquino Corrêa, em 1918, e revela, sobretudo, a instabilidade e fragilidade das instituições governamentais no estado após o estabelecido do novo regime de governo. Nesse novo cenário, tanto as armas quanto as letras serviram de ferramentas para legitimar a luta pelo poder e pelo controle da sociedade mato-grossense.

Para Neves (1988), as crises políticas que ocorreram no estado, desde a eclosão de um conflito denominado Rusga⁵, ainda na primeira metade do século XIX, representam *etapas de consolidação das camadas dominantes*, que tomam forma mais acentuada a partir da Proclamação da República. Aliado a isto:

4 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Coronelismo numa interpretação sociológica*. Apud: FAUSTO, Boris *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – estrutura de poder e economia*. Vol 1, Tomo III. São Paulo: Difel, 1977..

5 A Rusga foi um conflito ocorrido em 1834, deflagrado em razão das divergências entre os nativos e os portugueses que ocupavam cargos junto à administração pública. Nesse episódio, marcado por dias de intensa violência na cidade de Cuiabá, alguns estudiosos já vêem indícios da luta pelo poder que se acentuou mais intensamente a partir da Proclamação da República. Sobre este tema especificamente, ver, por ex., Corrêa (2000).

[...] fatores como o empobrecimento da atividade mineira e a invasão paraguaia, [...], contribuíram, então, para a gradativa perda de prestígio político das velhas lideranças nortistas, assim como para o assentamento de um poder político-administrativo sobre novas bases econômicas e sociais [...] Essas elites, desde a fase final do regime monárquico, constituíram-se não somente de **coronéis** proprietários rurais, mas também de **coronéis** urbanos. Dentre esses últimos, existiram grandes comerciantes que se projetaram na política local e estadual, profissionais liberais (médicos, advogados), e ainda pessoas ligadas ao pequeno comércio (farmacêutico, por exemplo), ou ao funcionalismo público (amanuenses, guarda-livros), que atingiram a condição de chefes políticos de grande poder e prestígio. (CORREA, 1995, p. 53. Grifo do autor).

Como mencionado anteriormente, no final do século XIX, as duas cidades mais importantes de Mato Grosso, em termos político e econômico, eram Corumbá e Cuiabá, e foi principalmente em torno dos mandatários, ou coronéis destas cidades que giraram os conflitos pelo poder local.

Logo no início da República, Antônio Maria Coelho, ex-comandante das tropas que retomaram Corumbá na época do conflito contra o Paraguai, foi nomeado governador pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca. De imediato, não houve nenhuma resistência ao fato, porém, logo a seguir, esse acontecimento ocasionou a união de Generoso Ponce e dos Murtinho que articularam a deposição de seu oponente. Ajudados pela instabilidade no governo central e pela resistência interna à figura de Antônio Maria Coelho, seus oponentes logo puderam comemorar o fim de sua estada no poder, que durou menos de um ano.

Daí em diante, até 1900, os conflitos pelo poder giraram, sobretudo, em torno das figuras de Generoso Ponce e dos irmãos Murtinho, o que não significa dizer que outros coronéis não tomassem partido nas questões colocadas como estopim das disputas nos mais diversos momentos. Ao contrário, essas figuras centrais dispunham, em grande medida, do auxílio daqueles que advogavam sua causa. Vale ainda acentuar que, neste primeiro momento, conforme analisa Corrêa (1995), as lutas e a violência gerada em consequência delas, muitas vezes, eram ocasionadas por motivos pessoais, fruto da vaidade e da tentativa de expor o preciosismo coronelístico.

Um dado importante, trazido por Corrêa, no sentido de reafirmar a idéia de que a política mato-grossense girava em torno dos interesses pessoais e não dos ideais republicanos, verifica-se na multiplicação das siglas partidárias que surgiam, e logo acabavam, para acomodar as mais diversas situações que implicassem uma mudança repentina nas frágeis relações político-partidárias que se estabeleciam em Mato Grosso. O autor afirma que, do início da República até o início dos anos 1920, surgiram nada menos que dezessete siglas partidárias no estado (CORRÊA, 1995, p. 58/59).

Quadro 1 - Alternância de governo em Mato Grosso na Primeira República (1889-1918)

NOME DO GOVERNADOR	PERÍODO DE GOVERNO	CONTEXTO DA SUCESSÃO
Antonio Maria Coelho	De 1889 a 31.12.1890	Sua saída deu-se por contrariar os interesses de Generoso Ponce e Joaquim Murtinho.
Cel. Frederico Sólón	De 01.01.1890 a 15.08.1891	Sólón substituiu Antonio Maria Coelho, por indicação de Joaquim Murtinho, e permaneceu até que se elaborasse a Constituição do Estado.
Manoel José Murtinho	De 16.08.1891a 01.02.1892	Nesse período, disputas intra-oligárquicas ocasionaram a primeira “revolução” e Manoel Murtinho foi deposto do cargo.
Cel. Luís Benedito Pereira Leite	De 03.02.1892 a 06.05.1892	Alijado do poder, Manoel Murtinho se une a Generoso Ponce e investem contra Cuiabá, até retomarem o poder novamente.
Generoso Ponce	De 07.05.1892 a 20.07.1892	Ponce, que havia assumido o poder quando da tomada de Cuiabá, devolve o cargo a Manoel Murtinho.
Manoel José Murtinho	De 21.07.1892 a 14.08.1895	O governador permanece à frente do governo do estado até a eleição para o quadriênio seguinte.
Antonio Correia da Costa	De 15.08.1895 a 25.08.1897	Pede afastamento e passa o cargo ao vice, Cel. Antonio Cesário de Figueiredo
Cel. Antonio Cesário de Figueiredo	De 26.08.1897 a 18.11.1897	Afasta-se do governo em razão do retorno de Antonio Correia da Costa.
Antonio Correia da Costa	De 19.11.1897 a 25.01.1898	Renuncia ao governo do estado em razão do chamado caso do <i>Siga o Bonde</i> .*
Cel. Antonio Cesário de Figueiredo	De 26.01.1898 a 04.07.1899	Esse governador deveria permanecer até 08/1898. Entretanto, ao longo do período, Ponce e Murtinho se colocaram de lados opostos. A partir de então, em muitas cidades do estado, começaram a ocorrer desmandos e conflitos entre os partidários em disputa. Esses fatos levaram Figueiredo a deixar vago o cargo de governador.
Tem. Cel. Manoel Escolástico Virgínio	De 05.07.1899 a 14.08.1899	Por conta da vacância do cargo de governador do estado, assumiu o então vereador mais votado da Câmara Municipal de Cuiabá.
Cap. Antonio Pedro Alves de Barros	De 15.08.1899 a 04.04.1900	Vence a dissidência J. Murtinho, que põe no governo um aliado seu. Generoso Ponce havia sofrido o seu primeiro abalo político em Mato Grosso.

* Esse caso refere-se ao episódio em que Generoso Ponce, então senador da República, teria contrariado uma ordem do governador, o qual havia mandado parar o serviço de bondes em Cuiabá, e ordenado ao condutor que seguisse viagem.

NOME DO GOVERNADOR	PERÍODO DE GOVERNO	CONTEXTO DA SUCESSÃO
Cel. João Paes de Barros	De 05.04.1900 a 23.08.1900	Dias depois de ter assumido o governo, o cap. Antônio P. A. de Barros, uma agressão a Generoso Ponce provocou o linchamento do agrimensor Ramão Jackwisck. As consequências desse fato levaram ao seu afastamento, assumindo então o vice, João Paes de Barros.
Cap. Antonio Pedro Alves de Barros	De 24.08.1900 a 15.08.1903	Esse governador permanece até o fim do mandato, em meio a uma série de conflitos, entre os quais se destaca o caso da Baía do Garcez.
Cel. Antonio Paes de Barros	De 15.08.1903 a 02.07.1906	Inconformado com a derrota, Ponce, adversário de Barros nesse pleito, organiza suas tropas e, em meio a mais uma “revolução”, o governador Totó Paes foge e logo em seguida é assassinado.
Cel. Pedro Osório Leite	De 02.07.1906 a 08.07.1906	Com assassinato do Cel. Totó Paes, assume seu vice.
Generoso Ponce	De 15.08.1906 a 11.10.1908	Ponce assume o poder após ter vencido as eleições de 1906
Pedro Celestino C. da Costa	De 12.10.1908 a 14.08.1908	Assume o vice de Generoso Ponce (até o momento não se encontraram as razões que levaram ao afastamento de Generoso Ponce).
Joaquim A. Costa Marques	De 15.08.1911 a 14.08.1915	Primeiro governador a cumprir integralmente seu mandato, desde o estabelecimento da República.
Cel. Caetano M. F. Albuquerque	De 15.08.1915 a 08.02.1917	Logo após sua posse, o Cel. Caetano teve divergências com seus correligionários, os quais acabaram rompendo com seu governo. A seguir, em consequência das resistências internas, Caetano pede afastamento e uma série de instabilidades tem início, sendo a mais grave delas um levante de tropas no sul do Estado. Não resistindo ao clima estabelecido, Caetano faz um acordo com o governo federal, que decreta intervenção no estado.
Camilo Soares de Moura	09.02.1917 a 21.01.1918	Interventor Federal
D. Francisco de Aquino Corrêa	22.01.1918 a 21.01.1922	O governo de D. Aquino é marcado por um conjunto de ações empreendidas com intuito de conciliar os conflitos oligárquicos e de valorizar a memória histórica regional. O Bispo completou integralmente seu mandato e foi substituído por Pedro Celestino.

Fontes: MENDONÇA, Rubens de. *História das Revoluções em Mato Grosso*(1970); CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*(1922).

Podemos observar, a partir do quadro apresentado acima, que, entre os anos finais do século XIX e o início do século XX, doze governadores passaram pelo governo de Mato Grosso. Até o ano de 1911, as alianças, que resultaram na eleição desse ou daquele nome para o cargo de governador giraram em torno dos interesses políticos de Generoso Ponce e de Joaquim Murtinho. Entretanto, não se pode, necessariamente, afirmar que houve uma passividade por parte dos outros coronéis mato-grossenses diante do binômio Ponce/Murtinho, pelo contrário, os embates e alianças oscilam de acordo com a ocasião o com os interesses em disputa.

Porém, nesse cenário de disputas e de fragilidade das instituições republicanas, tanto em Mato Grosso como nas demais regiões do País, e alternância constante nos mandatários locais, verifica-se uma predominância absoluta da influência política do norte representado por Cuiabá, sobre o resto do estado.

Mesmo diante da instabilidade que se caracterizou pela constante alternância dos indivíduos ocupando efetivamente o cargo de presidente, esse cenário demonstra que os interesses oligárquicos ou, às vezes, puramente pessoais, prevaleciam constantemente sobre o todo da sociedade. Exemplo disso pode ser observado nas diversas vezes em que o poder econômico da Cia. Mate Larangeira foi *o fiel da balança* na decisão dos governadores, ou como no caso do “Siga o Bonde”, mencionado para ilustrar o poder e a vaidade do então senador Generoso Ponce.

Esse todo de instabilidade e disputas política, ocorria, também, pela ausência quase completa de interferência do governo federal, dando espaço à prevalência da força e do prestígio pessoal para o estabelecimento das relações de poder ante a sociedade mato-grossense.

Esse era um tempo em que, quando não viam atendidas suas intenções particulares, os coronéis, seus aliados e os homens que dispunham sob seu comando, formavam fileiras e saíam à luta sob a égide de um pseudopatriotismo para deflagrarem suas “revoluções”. Essa prática perdurou, até meados da década de 1930, e, segundo Neves (1988), constituía-se como uma forma de afirmação oligárquica.

Na virada do século – 1903 –, em razão da divergência de interesses, houve uma ruptura na aliança Murtinho/Ponce, com

a primeira derrota desse último no jogo das sucessões estaduais. Embora nos anos seguinte Generoso Ponce voltasse a figurar como personagem proeminente no cenário político local, o quadro apresentado nos mostra que, gradativamente, vão ganhando força e espaço político, novos (e velhos) elementos da elite mato-grossense, como os Corrêa da Costa, os Alves Corrêa e os Paes de Barros, embora sempre aliados ora, aos Murtinho, ora a Generoso Ponce.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é o fato de que, a partir de então, novas lideranças começaram a se formar no sul do estado.

Entre os novos coronéis, muitos eram oriundos da “Revolução Federalista”⁶ do Rio Grande do Sul. Entre eles estavam Jango Mascarenhas e Bento Xavier. Ademais, cidades como Campo Grande, Nioaque, Aquidauana e Sant’Ana do Paranaíba começaram a se desenvolver e a buscar participação na vida política mato-grossense. Desta maneira, um novo cenário político começou a ser delineado, momento em que se observa um redimensionamento nas lutas da elite pelo poder de mando. Progressivamente, a hegemonia cuiabana passa a ser colocada em xeque, principalmente depois da inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil, ocorrida em 1914.

A ferrovia, construída com finalidades geopolíticas, influenciou o panorama da economia local, particularmente a do sul de Mato Grosso e, por conseguinte, isso acabou se refletindo no campo político. Primeiro, porque redimensionou o fluxo comercial da região, antes ligado, sobretudo, à região platina, em razão do comércio realizado através do rio Paraguai e do Porto de Corumbá; depois porque, com a ferrovia, cidades como Aquidauana e Três Lagoas começaram a se desenvolver e a ter Campo Grande como referência imediata. Observa-se ainda a influência econômica que o estado de São Paulo passou, aos poucos, a exercer sobre o sul de Mato Grosso.

O efeito imediato mais notável dessa nova configuração dos meios de transporte foi a substituição de Corumbá por Campo Grande, na posição de principal pólo comercial do Estado de Mato Grosso: essa cidade, que já antes constituía um importante centro do comércio de gado, passaria a desempenhar também o papel de principal centro de distribuição de gêneros

6 O termo Revolução foi bastante utilizado pela historiografia nacional, particularmente pelos memorialistas, para designar os conflitos pelo poder de mando em diversas regiões do país. Entre os estudos que analisam e desmistificam o uso do termo estão Pesavento (2003), Galetti (2000) e Zorzato (1998).

importados pela via ferroviária. As cidades de Miranda e Aquidauana, agora abastecidas diretamente pela via férrea, continuaram em segundo plano, e um outro pólo secundário, totalmente novo, surgiria com a cidade de Três Lagoas. (QUEIROZ, 2004, p. 27).

Dessa forma, embora permanecesse a instabilidade política ao longo das primeiras décadas do século passado e a historiografia registre a continuidade das “revoluções” por meio das armas, esse novo cenário muda o sentido histórico desses conflitos, à proporção em que o desenvolvimento do sul de Mato Grosso passa a inserir uma *angústia* no seio da tradicional elite cuiabana. Aliado a isso, ironicamente, Joaquim Murtinho e Generoso Ponce morrem em 1911, deixando um espaço aberto para que outros coronéis disputassem o poder antes exercido ou influenciado diretamente por eles.

Com o passar dos anos, a tentativa de permanência do *status* hegemônico de Cuiabá perante as demais cidades do estado ganhou o reforço da intelectualidade local, e o campo de luta pela disputa de poder passou do terreno das armas para o das letras.

1.4 Representações das disputas pelo poder – As Letras.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua (re) construção de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

Paralelamente aos acontecimentos do campo político, o início do século XX marcou o nascimento dos trabalhos da intelectualidade mato-grossense. A partir de então, observa-se, num primeiro momento, o trabalho de Estevão de Mendonça, denominado Quadro Corográfico de Mato Grosso, publicado em 1906. Logo a seguir, houve a elaboração de uma obra de expressiva dimensão, o Álbum Gráfico de Mato Grosso, lançado em 1914. Após essas primeiras iniciativas, desenvolveu-se um intenso trabalho realizado pelos intelectuais do estado, subvencionado pelo então governador D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922), com o objetivo precípuo de valorizar e difundir a memória histórica regional.

É importante ressaltar que os trabalhos em questão têm, indiretamente, relação com os conflitos armados apontados no tópico anterior. As chamadas “revoluções” mato-grossenses contribuíram para disseminar representações negativas da imagem do estado, o que acabou ensejando a necessidade de produzir trabalhos para se contraporem a estas representações.

Desse modo pode-se dizer que, pelo menos até o início da república, não há indícios mais fortes no sentido de que esta elite [intelectual e política] tenha se sentido incomodada com as apreciações negativas sobre o seu espaço social. (GALETTI, 1995, p. 06).

Como veremos posteriormente, a memória constituída nesse período caracterizava-se por ser *fragmentária* e tinha o propósito de dignificar o momento histórico em que foi produzida. Para tanto, os responsáveis por esse registro buscaram heroificar a figura do bandeirante, enaltecer a presença portuguesa na região de Cuiabá, evocando o *patriotismo* e os esforços dos *defensores fronteiriços*, no período colonial. Por conseguinte, ancoraram-se nas *glórias* da Guerra do Paraguai, com a intenção de que esse resgate possibilitasse a legitimação do presente, garantisse a cuiabanidade de Mato Grosso e, conseqüentemente, resguardasse o *status* da elite dominante. Isso amenizaria ainda o “estigma” de barbárie com o qual Mato Grosso era identificado pelo olhar dos comerciantes, viajantes e militares, que por aqui circulavam, ao final do século XIX e início do XX. Como visto acima:

As muitas faces desse universo identitário (mato-grossense) tornam um todo, constituindo-se num artifício a partir do qual a identidade é apresentada como sendo de todos indistintamente. Essas muitas faces – filhos do mesmo solo, destemidos, patriotas, defensores da lei e da ordem, etc – engendram uma idéia de coesão e sentimento de pertencimento ao grupo e a partir desses atributos desencadeia-se um conjunto de ações que põem em funcionamento as engrenagens do poder. (ZORZATO, 1998, p. 16).

Esse universo de construção identitária, de elaboração e de difusão dos símbolos que deram forma ao mato-grossense, acabaram se tornando a outra face, ou o desdobramento, das disputas que anteriormente se travavam apenas no campo das armas, de modo que

“[...] a memória e a identidade são objetos de disputas em conflitos sociais e intergrupais e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLAK, 1992, p. 5. Grifo meu).

No caso de Mato Grosso, a elaboração de um referencial identitário, ligado à questão da imagem negativa do estado, revela, posteriormente, uma disputa que antagonizou, sobretudo, a partir do governo de D. Aquino, os interesses da elite do norte, em face da inserção de elementos provenientes de outras regiões do país e do desenvolvimento do sul do estado.

Para as elites no norte [...] as duas primeiras décadas do século XX configuraram-se como um momento de incertezas, angústias e medos em relação ao futuro do estado e no qual se tornaram mais evidentes. Mas foi também por isso mesmo, um momento em que as energias intelectuais e *afetivas* destes setores foram mobilizadas no sentido da redefinição de sua identidade coletiva. (GALETTI, 2000, p. 273. Grifo meu).

Um exemplo da crescente preocupação em dar forma a uma identidade regional aparece logo ao raiar do século XX. Naquele momento, mesmo em meio às constantes crises que marcaram o processo de sucessão estadual na Primeira República, e mesmo tendo chegado ao poder fazendo uso da força, o coronel Antônio Paes de Barros – Totó Paes (1903/1906), representante dos usineiros de açúcar, procurou cercar-se de intelectuais. Embora seu governo tenha sido o palco de mais uma violenta “revolução”, a qual culminou com sua deposição e conseqüente assassinato, foi em seu mandato que ocorreu o lançamento do Quadro Corográfico de Mato Grosso, obra que marca o início da construção memorialista do passado mato-grossense.

Elaborado por Estevão de Mendonça, a obra serviu de ferramenta didática tanto no tradicional Liceu Cuiabano, como na rede pública de ensino, e é considerada, por Zorzato (1998), a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense.

A segunda publicação voltada à construção dessa memória histórica ocorreu em 1914, quando foi editado o Álbum Gráfico de Mato Grosso. Elaborado com a finalidade de propagandear o estado, a obra “[...] deve ser vista como um corpo instrumental, cuja análise revela os parâmetros de uma identidade coletiva que, embora elaborada

pelos segmentos sociais dominantes, é apresentada como referência à toda a sociedade mato-grossense”. (ZORZATO, 1998, p. 35). O Álbum também procurou mostrar, àqueles que quisessem se estabelecer em Mato Grosso, que o estado era um lugar de oportunidades. Valendo-se das informações do Quadro Corográfico, o Álbum Gráfico apresenta o rol de municípios do estado, sua economia e meios de transporte.

No que se refere à memória histórica, o Álbum reporta-se a um passado *glorioso*, enfatizando o papel dos bandeirantes e dos *defensores fronteiriços*, entre os quais estão Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º Capitão General da capitania de Mato Grosso, Ricardo Franco de Almeida Serra, engenheiro que projetou e ajudou na construção do forte de Coimbra, e Augusto Leverger.

Na obra, a figura de Leverger tem especial importância, pois foi tomada como referência enquanto modelo a ser seguido pelos mato-grossenses e como um dos pilares sobre o qual se assentou a história local. Alguns anos mais tarde, sua trajetória histórica foi trabalhada por Virgílio Corrêa Filho, que o imortalizou como *bretão cuiabanizado*. A apropriação da figura de Leverger é tão significativa que o Álbum traz, até mesmo, a foto do cemitério onde foram depositados os restos mortais do *bretão*.

Para Zorzato (1998), a imagem apresentada de Leverger no Álbum Gráfico e, a apropriação que seus biógrafos, sobretudo Corrêa Filho, fizeram de sua figura, traduz-se em tentativa de construção de uma memória determinada.

Ainda segundo esse historiador, tal elaboração se deve, notadamente, ao fato de Leverger apresentar características que se faziam importantes, como, por exemplo, o fato dele ser branco, europeu, dono de um significativo conhecimento e, além disso, ter exercido funções importantes junto ao governo de Mato Grosso. Essa interpretação permite concluir que Leverger pode ser interpretado como representação e síntese dos valores cultuados pela elite local: “de um lado como personificação dos componentes identitários locais e, de outro, como auto-representação do grupo de “notáveis” do saber na sua relação servil com as tramas do poder” (ZORZATO, 1998, p. 73). De acordo com Corrêa Filho⁷, Augusto Leverger, ao lado

7 Esta afirmação aparece no periódico “O Matto Grosso” s/d, por ocasião da morte de Pedro Celestino.

de Luis de Albuquerque e Pedro Celestino formavam a “trindade” representativa da história do mato-grossense.

Desse modo, a construção identitária de Mato Grosso teve no Álbum Gráfico seu ponto de partida, e sua análise revela parte desse processo de elaboração memorialista que ganhou força nos anos seguintes, particularmente durante o governo de D. Aquino.

Nos anos que se seguiram à publicação do Álbum, as disputas pelo poder continuaram bastante acirradas. Naquele momento, o desenvolvimento do sul do estado fazia com que lideranças de cidades como Campo Grande, por exemplo, reivindicassem espaço político, o que significava uma séria ameaça à hegemonia cuiabana. Essas ameaças também podem ser traduzidas como temores que, desde há muito, pairavam sobre a intelectualidade cuiabana, conforme se pode verificar numa publicação do Jornal *O Cruzeiro* que circulou em Cuiabá em 30/01/1910:

Não é um perigo vão o que assinalamos, porque todos nós sentimos a aproximação bem próxima de acontecimentos talvez bem tristes para a nossa amada terra. As estradas de ferro, que vão em curto prazo percorrer o território mato-grossense estendem-se ao longo do extremo norte [referência à Madeira Mamoré] e do *extremo sul*, constituindo duas poderosas artérias que hão de converter as linhas das nossas fronteiras em ponto de atração da atividade industrial, em centros talvez da vida econômica do Estado. A capital colocada no meio dessas duas regiões que se revelam de tanto futuro, conserva-se até hoje a mesma que era há muitos anos, desfavorecida da natureza, em razão da pouca navegabilidade do rio, e abandonada dos homens por falta quase absoluta de vias de comunicação terrestre. E agora ver-se-á totalmente sacrificada perdendo uma parte dos elementos de vitalidade que a têm animado e que naturalmente irão em busca das zonas para onde se voltam todos os olhares. O indiferentismo e a inércia diante de uma situação tão crítica, não se justifica.... (*apud* GALETTI, 1995, p. 12. Grifo meu)⁸

Em meio a esse contexto conflituoso, marcado por “revoluções”, deposições e “temores”, Joaquim A. da Costa Marques (1911-1915) foi o primeiro governador a cumprir integralmente seu mandato desde o estabelecimento da República. Ao fim de seu mandato, sucedeu-o o Coronel Caetano M. A. de Albuquerque, que permaneceu pouco tempo no cargo (ver Quadro 1), quando novas

8 Neste trecho, a autora faz referência ao jornal “*O Cruzeiro*”, Cuiabá, 30/01/1910, p. 01.

tensões políticas ocasionaram a sua saída, no episódio conhecido por Caetanada⁹. Assim, essa perene instabilidade política verificada em Mato Grosso acabou resultando numa intervenção federal. Naquele momento, as elites optaram por uma trégua e empreenderam esforços junto ao governo federal para que se estabelecesse um governo de conciliação, ocasião em que ascende ao poder a figura do bispo D. Francisco de Aquino Corrêa.

Nascido em Cuiabá, em 1885, Francisco, logo ao iniciar seus estudos, ingressou na Ordem Salesiana e completou sua formação na Europa. Retornando ao estado, no início dos anos de 1910, trabalhou no Liceu Cuiabano onde, entre outras atribuições, lecionou Língua Portuguesa, Latim, Grego e História. Era, portanto, um homem instruído, um apaixonado pelo *torrão natal*. D. Aquino se auto-intitulava um *bairrista cuiabano*, e no período em que esteve à frente do governo de Mato Grosso, (1918-1922), teve como incumbência maior apaziguar a violência que marcava a disputa entre as facções da oligarquia local.

Mesmo enfrentando crises internas, fruto do embate entre os grupos que disputavam o poder, o governo de D. Aquino pode ser caracterizado pelo “conjunto de ações” coordenadas por ele, e por um grupo de intelectuais, entre os quais se destacam: Virgílio Corrêa Filho, Estevão de Mendonça e José Barnabé de Mesquita. Esse empreendimento tinha por objetivo fortalecer a identidade e os valores do homem mato-grossense.

Entre essas ações têm especial importância os festejos da comemoração do bicentenário da fundação de Cuiabá, em 1919. Essa festa encerra uma ampla significação; isso porque o acontecimento buscou reforçar a posição de Cuiabá como cidade mais importante do estado, fazendo oposição, por exemplo, a Corumbá, que se fortaleceu economicamente após a Guerra do Paraguai, e a Campo Grande, que já era uma referência no sul do estado. O papel referencial de Campo Grande aumentou ainda mais, como visto anteriormente, após a implantação dos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil, demonstrando claramente haver, na época, uma preocupação por parte da elite do norte quanto ao desenvolvimento econômico e político do sul de Mato Grosso. Em torno dessa disputa simbólica de poder e da tentativa de

9 Sobre o episódio denominado Caetanada ver Quadro 01 p.21.

valorizar a posição de Cuiabá foram elaborados as representações e os símbolos do poder local.

Para reforçar a hegemonia cuiabana, procurou-se enfatizar a importância histórica da cidade para o estado de Mato Grosso. Foi inaugurado, em 08 de abril de 1919, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso¹⁰, que passou a ser, dali em diante, o *guardião* da história regional e o lugar de onde falaram os mais renomados autores da história local, até meados do século XX.

Coube ao IHGMT, e a seus membros, atuar no sentido de elaborar uma memória histórica mato-grossense:

[...] as comemorações do bicentenário entraram para a história de Mato Grosso como um momento de renascimento cultural cujo mérito é, em grande medida, creditado a D. Aquino. É o que faz, por exemplo, Virgílio Corrêa Filho, seguramente o mais conhecido e respeitado dos historiadores mato-grossenses, cujas principais versões sobre a história local foram vulgarizadas e popularizadas por outros membros do Instituto Histórico de Mato Grosso. (GALETTI, 2000, p. 303).

Essa identidade local, forjada a partir do IHGMT, segue, todavia, os mesmos padrões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro-IHGB,¹¹ bem como das demais agremiações criadas a partir dele, sempre com o princípio de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos, buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”, (SCHWARCZ, 1995, p. 99), ou seja, a intenção era dar ao estado uma identidade que conciliasse passado e presente e, ao mesmo tempo, valorizar os elementos que passaram a compor aquele passado idealizado pelos memorialistas como sendo inerentes ao mato-grossense, particularmente o cuiabano,

10 A referência ao Instituto Histórico mato-grossense aparece de forma diversa nos autores consultados, alguns se reportam à mencionada agremiação como IHMT (Instituto Histórico de Mato Grosso), outros como IHGMT (Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso); no caso, preferi adotar a forma como a sigla aparece atualmente na capa das Revistas do Instituto – IHGMT.

11 Criado em 1839, o IHGB tinha objetivos muito claros, quais sejam: criar uma identidade para a jovem e grandiosa nação brasileira, conciliar as diversidades étnicas e raciais existentes, optando, assim, por cultivar a memória em detrimento da História. Com relação ao papel do Instituto, a autora escreve ainda que: “As marcas de um saber oficial vão estar portanto bastante presentes, a despeito da definição formal do IHGB, enquanto “estabelecimento científico cultural”. Nas mãos de uma forte oligarquia local, associada a um monarca ilustrado, o IHGB se auto-representará, nos certames internos e externos, enquanto uma fala oficial em meio a outros discursos apenas parciais”. Sobre o assunto, ver Schwarcz (1995 p. 99 e ss.).

para que, desse modo, o grupo do norte pudesse se sobrepor às demais regiões do estado.

É inegável que tais manifestações se vincularam intimamente aos esforços de legitimação não só do governo de D. Aquino como também da elite nortista que ele representa. Inclusive pelo momento propício que seu perfil de religioso e intelectual favorecia, o bispo-presidente foi capaz de mobilizar as energias intelectuais e afetivas de parte significativa da sociedade mato-grossense para algo mais duradouro: definir novos critérios de construção de sua identidade, a partir do qual fosse possível elaborar uma imagem de Mato Grosso com o qual o conjunto de sua população pudesse se identificar e, principalmente, se orgulhar. (GALETTI, 2000, p. 296).

Quando a autora aponta essa mobilização intelectual e afetiva, é importante indicar que esta afetividade estava ligada aos laços de amizade e parentesco que uniam esses intelectuais às principais famílias que compunham a base da classe dominante regional. Evidencia, ainda, que as atividades dos letrados mato-grossenses não se limitaram a esse momento tido como de *angústia*, pelo contrário, por décadas a fio os escritores ligados ao Instituto Mato Grossense trabalharam com vistas a corroborarem os esforços iniciados pelo governo de D. Aquino.

Um dos exemplos desse esforço, e dos objetivos que uniam a intelectualidade mato-grossense, pode ser observado através da representação dos símbolos do estado como, no caso, a composição do brasão das armas, elaborado em 1918. O brasão era adornado por dois ramos: um de seringueira, outro de erva-mate, ao centro uma montanha de ouro e, sobre ela, o braço do bandeirante empunhando uma bandeira portuguesa. Logo acima, vê-se a figura da fênix, representando a imortalidade. Pode-se verificar, então, que o brasão tem traços que lembram todas as partes do estado: o ramo de seringueira está ligado à região mais ao norte; o de erva-mate lembra os ervais nativos do sul, porém, ao centro, está o passado glorioso representado pelo ouro de Cuiabá e pelo braço *intrépido* do bandeirante.

A simbologia da imagem do brasão e os temores que rondavam a intelectualidade mato-grossense demonstram o poder que a memória coletiva possui. Assim sendo, “*tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos*

grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (LE GOFF, 2003, p. 422. Grifo meu). De um modo significativo, esse processo de assenhoreamento da memória coletiva regional tem na imagem seguinte, uma de suas representações mais concretas.



Fonte: Revista do IHGMT. Comemorativa do centenário de Dom Aquino. Tomos CXXIII-CXXIV. Ano LVII. 1985, p. 01.

A vulgarização desse e de outros símbolos tinha o objetivo de incutir nas pessoas um passado determinado que identificasse o estado com as características que dão os contornos da “cuiabanidade” aos mato-grossenses. Essa atitude se justifica também tendo em vista que:

Nos jornais locais, nas poesias de D. Aquino e nos discursos políticos a defesa de Cuiabá, de sua importância histórica e de sua manutenção como capital de Mato Grosso, eram uma constante. No plano material, civilizar a capital tornou-se a palavra de ordem das realizações que marcaram o bicentenário de sua fundação. (GALETTI, 2000, p. 310).

Assim, pode-se perceber que essas festividades são particularmente significativas no que tange à disputa de poderes que as cercava, e pelos esforços empreendidos pelos intelectuais que tomaram parte nesse projeto, em particular Virgílio Corrêa Filho, o qual, durante toda sua vida, trabalhou no sentido de legitimar esse projeto identitário.

Ainda no governo de D. Aquino foi criado o Centro Mato-Grossense de Letras, fundado em 22 de maio de 1921, próximo à outra data importante: o bicentenário da independência do Brasil. A agremiação era composta, basicamente, pelos mesmos intelectuais do IHGMT, e tinha por objetivo “[...] promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p. 312). Essas ações, aliadas aos discursos do presidente do estado nas visitas que fazia às mais diversas localidades, mostram o engajamento da elite cuiabana em consolidar sua hegemonia perante os demais segmentos sociais do estado.

Portanto, essas ações, envolvendo o governador D. Aquino e os intelectuais cuiabanos, revelam o momento em que se intensificaram os esforços no sentido de construir uma identidade mato-grossense e, como analisaram Zorzato (1998) e Galetti (2000), o IHGMT e o Centro Mato-Grossense de Letras caracterizaram-se como espaços onde essa identidade foi forjada. O contexto revela, ainda, que o desenvolvimento do sul do estado *incomodava* as elites no norte, por isso, a “angústia” em dar forma a uma memória específica - centrada no bandeirantismo, nos defensores fronteiriços e em elementos que identificassem o passado à trajetória histórica cuiabana.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que essa identidade conciliatória, elaborada para se contrapor a imagem de barbárie e as “ameaças vindas do sul” (mesmo que imaginárias naquele momento), criou uma estrutura de autodefesa do mato-grossense tão arraigada no inconsciente coletivo e que se mantiveram fortes na estruturação das relações sociais que, mesmo décadas mais tarde (1980), ainda inspiraram a seguinte colocação de Paulo Coelho Machado, renomado memorialista mato-grossense:

Pouco importa se as pessoas são daqui ou de fora, desde que amem a terra, que a façam crescer e *adotem nosso estilo de vida*. Os de fora é que se devem adaptar ao meio e se vincular às tradições locais, aquilo que já se constituiu como a *nossa civilização*. (ZORZATO, 1998, p. 02. Grifo meu).

Vejo assim que esse processo de construção identitária, verificado a partir do início da República, envolveu tanto os conflitos armados, pelos quais, através da força, tentava-se conquistar respeito e poder, como aqueles intrínsecos ao esforço intelectual, nos quais, por meio das letras, tentaram dar uma forma “conciliatória” e homogênea (ao menos aparentemente) ao estado. Sendo assim, o início da República se caracteriza, em Mato Grosso, como um momento ímpar nesse cenário de lutas, que buscaram transformar as propriedades objetivas, que são comuns a seus membros em uma “pertença percebida, mostrada, reconhecida”, como afirma Chartier (2002), pelo grupo do norte. Nesse *constructo* histórico, o interessante é perceber como os silêncios, as pausas e as entrelinhas contemplam uma outra face da história mato-grossense que, gradativamente, a historiografia vem trazendo a público.

CAPÍTULO II

SER MATO-GROSSENSE, SER CUIABANO: Um olhar sobre a construção dos sentidos de pertencimento regional

Como um dique coberto por uma camada de gelo no final do inverno, o passado foi coberto por uma fina crosta de interpretações narrativas; e o debate histórico é muito mais um debate sobre os componentes da crosta do que propriamente sobre o passado encoberto por ela. (MALERBA, 2006, p. 19).¹²

O que move o historiador a debruçar-se sobre o passado? Em geral, ele busca no passado, resposta para as indagações que estão colocadas em seu tempo histórico. Desse modo, estamos sempre fazendo novas leituras daquilo que foi vivido, sentido e representado pela sociedade através dos tempos.

Estudar essas representações, fruto de interpretações feitas em um determinado período, significa, portanto, tentar compreender o momento histórico em que elas foram escritas e, como determinados segmentos sociais buscavam se relacionar e representar esse passado.

No que diz respeito à historiografia local, as primeiras décadas do século passado viram surgir os trabalhos de Virgílio Alves Corrêa Filho, ou apenas Virgílio Corrêa Filho. Membro de tradicional família mato-grossense – Alves Corrêa e Corrêa da Costa-, nascido em fins do século XIX (08 de janeiro de 1887), Virgílio passou a infância em Cuiabá, e logo depois, aos 15 anos de idade, foi para o Rio de Janeiro, onde a maioria dos filhos das famílias abastadas iam para completar seus estudos.

¹² Tal conceito, utilizado por Jurandir Malerba, trata-se, na verdade, de referência à escrita de Frank Ankesmit que se encontra no trabalho de Nietzsche F., *Sull'utilità e il danno della storia perr la vita*. Milão, Adelphi, 1992, p. 97/98.

Em sua trajetória pessoal, narrada em suas memórias¹³, que foram publicadas postumamente, Corrêa Filho relatou, entre outras coisas, os momentos em que esteve no Rio de Janeiro como estudante, escreveu sobre os momentos iniciais de sua vida adulta e a tentativa de se estabelecer como engenheiro, narrou também o retorno definitivo à Mato Grosso, em 1915.

Inicialmente, escreveu a respeito da vida austera e disciplinada a que teve que se submeter até completar o curso de Engenharia, na Escola Politécnica Federal. Nessa oportunidade, segundo seu relato, nos momentos de folga, era assíduo freqüentador da Biblioteca Nacional, onde teve os primeiros contatos com a escrita de Silvio Romero, Taunay e José de Alencar, procurando demonstrar sua afinidade com o universo da cultura e das letras.

Ainda durante sua formação, Corrêa Filho trabalhou na execução das obras de construção de um ramal ferroviário em Xerém, no então estado da Guanabara. Depois de concluídos os seus estudos, fez parte do grupo de engenheiros envolvidos na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no ano de 1909.

Em 1911, voltou ao seu estado natal por um breve espaço de tempo, ocasião em que se comprometeu com sua futura esposa, vindo a se casar em 1912, com Edith, filha de Pedro Celestino Corrêa da Costa, influente político mato-grossense.

Na tentativa de se firmar no campo de atuação de sua formação original, Corrêa Filho se aventurou no ramo comercial. Em 1913, já casado e com uma filha, a situação financeira o obrigou a reavaliar seus rumos profissionais. As constantes mudanças e a instabilidade no ramo em que atuava, levou-o a propor sociedade a um amigo, Álvaro Rodrigues, e juntos abriram uma empresa de construção, no Rio de Janeiro.

No entanto, no ano seguinte (1914), logo no início das atividades da empresa, as turbulências internacionais ocasionadas pelo início da Primeira Guerra Mundial fizeram o preço do cimento subir em demasia. Desse modo, a construtora de Virgílio e Álvaro Rodrigues não conseguiu sobreviver àquele delicado momento que, de forma indireta, afetava o mundo inteiro.

13 As memórias de Virgílio Corrêa Filho foram organizadas e publicadas por seu filho. Ver CORRÊA, Samuel A. A. (org). *Recordações Inéditas de Virgílio Corrêa Filho em seu centenário*, Rio de Janeiro: s/ed., 1987.

Em 1915, Virgílio foi convidado pelo então presidente do estado de Mato Grosso, Gal. Caetano de Albuquerque, para assumir a Repartição de Terras em Cuiabá. Diante do convite, mudou-se então do Rio de Janeiro para Cuiabá.

De volta à sua cidade natal, deparou-se com as velhas disputas que antagonizavam as forças políticas locais. Tal situação levou-o a desistir do cargo para o qual havia sido nomeado:

Às primeiras conferências com o Gal. Caetano, a quem fui apresentar-me para receber as suas ordens, compreendi que seria difícil a minha posição em seu governo, além de colocá-lo na mira dos seus próprios amigos, que temiam a minha aproximação. (CORRÊA, 1987, p. 75).

Depois disso, Corrêa Filho foi trabalhar com seu pai na fazenda Baía das Pompas, onde permaneceu até o início de 1919, quando foi, então, nomeado professor do Liceu Cuiabano e, logo depois, da Escola Normal. Entretanto, em suas memórias, Virgílio relata que com o salário recebido pela atividade nos colégios mal conseguia se sustentar e já havia se decidido a, mais uma vez, tentar a vida no Rio de Janeiro. Foi então que, casualmente, encontrou-se com D. Aquino Corrêa, que naquele período era o governador do estado, e este o convidou para assumir a Repartição de Terras (CORRÊA, 1987, p. 78).

Esse encontro mudou os planos de Virgílio Corrêa Filho e acabou revelando sua aptidão para o mundo das letras. Enquanto trabalhava na Repartição de Terras, recebeu de D. Aquino, a incumbência de escrever uma *memória* sobre Mato Grosso, para fazer parte das comemorações do centenário da independência. Assim, ele elaborou *Mato Grosso* (1922), obra que analisarei logo adiante, e iniciou-se no universo da escrita da história.

Logo a seguir, tomou assento junto ao IHGMT, e fez da escrita da história local uma atividade permanente de ora em diante. Corrêa Filho sempre se manteve vinculado às instituições oficiais de saber, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931) e o Conselho Nacional de Geografia (1939) e, conseqüentemente, ligado às

posturas históricas dessas instituições¹⁴. O trabalho do escritor se fez extremamente importante, por ter trazido a público, em quantidade e qualidade, a história local. Como escreve Trindade (2001)¹⁵, ainda hoje é difícil afirmar que algum escritor mato-grossense tenha alcançado maior projeção que Corrêa Filho.

Conhecida a dimensão e a relevância de sua escrita, a leitura de sua obra, sob a perspectiva historiográfica, possibilita verificar o que ficou incrustado nas entrelinhas. É possível, também, descortinar uma realidade que identifica Corrêa Filho como parte da intelectualidade brasileira que, no período da Primeira República e no Estado Novo, trabalhou em prol da construção de um sentimento de nacionalidade e que, de inúmeras formas, contribuiu para a edificação de uma pertença regional e nacional, necessárias à conformação da história do Brasil, no período republicano.

Essa constatação demonstra que, além de um artefato histórico, a obra de um determinado autor é também testemunho cultural de uma época, revelador das estruturas sociais e culturais de um grupo ou de determinada sociedade:

Fato incontornável é que o produto de um trabalho metódico de pesquisa e reflexão histórica dos historiadores ao longo dos séculos resultou em uma imensa e inescrutável biblioteca de artefatos históricos, que guarda não só o percurso do desenvolvimento histórico da própria disciplina, do *metier*, como também as relações orgânicas destes com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado (MALERBA, 2006, p. 12).

Desse modo, busco nesta seção, ao debruçar-me sobre as obras *Mato Grosso (1922)* e *Monografias Cuiabanas (1925)*, analisar os aspectos pelos quais se construiu a produção de sentido através da escrita da história e a maneira pela qual o escritor caracterizou a representação do mato-grossense a partir do cuiabano.

14 A partir dos fundamentos de GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 1985, podemos compreender a postura historiográfica de Virgílio Corrêa Filho como a de um historiador “orgânico”, ou seja, aquele que sempre permaneceu em sintonia com os interesses e os objetivos do grupo ao qual pertencia.

15 TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, história e memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

Para tanto, destaco, primeiramente, a valorização do sentimento “cuiabanidade,”¹⁶ ligado a uma perspectiva de futuro progressista do estado de Mato Grosso, denominado, por Corrêa Filho, de estado “portentoso”¹⁷, contida na obra *Mato Grosso*. Depois, procuro analisar a forma como a escrita virgiliana buscou registrar o modo de vida do cuiabano/mato-grossense como forma de resguardar uma determinada estrutura social diante das modificações econômico-sociais, em curso naquele momento.

Tanto em *Mato Grosso* quanto em *Monografias Cuiabanas*, o escritor revela a intenção de escrever um texto objetivando resguardar o *modus vivendi* mato-grossense. Conforme aponto, no primeiro capítulo, o que teria motivado Corrêa Filho a agir dessa maneira seria, sobretudo, o *temor*, causado pelas mudanças no panorama econômico do estado e pelas constantes levadas de migrantes que chegavam à região naquela ocasião, colocando em risco, portanto, o modo de vida historicamente consolidado pelos mato-grossenses. Um outro motivo que explica a postura adotada pelo escritor refere-se também à tentativa de minimizar as representações negativas disseminadas sobre Mato Grosso.

Procuro, dessa maneira, tomando por base as indicações deixadas pelo próprio Corrêa Filho, interpretar a primeira etapa da fase da produção de Corrêa Filho, que se deu entre os anos de 1919 e 1926, período em que o escritor residiu em Cuiabá. Para tanto, considero imprescindível refletir, à luz de teóricos que interpretaram as estruturas do pensamento histórico, sobre como analisar os aspectos que considero fazer parte do universo identitário mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho.

16 Escritores como Lenine Póvoas (1987) e Valmir Batista Corrêa (1995, 2005) se referem à “cuiabanidade” ou “cuiabania” como uma espécie de sentimento, ou uma valorização do passado de Mato Grosso. Esse sentimento está ligado a historicidade de Cuiabá, epicentro regional, de onde tudo emanava e para onde tudo acabava convergindo, desde os primeiros achados auríferos, ocorridos no início do século XVIII.

17 Algumas das definições do Dicionário Caldas Aulete para portentoso são: singular, extraordinário, admirável, prodigioso, que contrasta com o real, uma vez que a historiografia acadêmica revela que em inúmeras ocasiões ao longo do período colonial e imperial, boa parte da população de Mato Grosso viveu em estado de absoluta penúria. Sobre o contexto econômico do estado, ao longo do tempo, ver Holanda (1986), Corrêa (1995) e Queiroz (2004).

2.1 Entre Memória e Tradições Inventadas - um pouco de historiografia.

Antes de fixar o olhar especificamente nas obras em análise, é preciso recuperar novamente os primeiros anos da República no Brasil, e reiterar que esse período representa, no campo da escrita da história, o desafio de oferecer à República, enquanto estrutura de poder, alicerces históricos, e, aos brasileiros, um sentimento republicano e nacionalista. Conforme afirma LUCA (1989, p.81),

...foi a partir da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República que se tornou urgente a construção de laços de pertencimento capazes de difundir um sentimento de brasilidade que agregasse todos os cidadãos em torno de uma nação brasileira.

Nesse sentido, a obra de Virgílio Corrêa Filho não pode (ou não deveria) ser vista, então, isoladamente, uma vez que ela se insere num rol de trabalhos que tinham por objetivo exaltar o passado, dando, a este, contornos que agregassem indivíduos em torno de um sentimento maior: nacionalidade, patriotismo, pertencimento, ou seja, que os identificasse com o Brasil e com o sentimento de brasilidade ainda em gestação.

Cabe notar, entretanto, que não vejo a produção deste período como algo deliberado, arbitrário e nem neutro, mas sim como fruto da *necessidade* de um tempo; tempo este em que a inspiração e a energia de parte da intelectualidade nacional estava voltada à *reflexão* e à escrita dos referenciais de identidade nacional. Tempo em que, sobre essa fração da intelectualidade, sobretudo àquela ligada aos Institutos Históricos, pairava um clima de nacionalismo exacerbado.

Embora tenha mencionado, no primeiro capítulo, a atividade do IHGMT nos primeiros anos da República, o estudo sobre o trabalho dos Institutos Históricos merece aqui ser ampliado. Não obstante ter sido criado durante o período imperial, as atribuições do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, enquanto espaço de produção de uma história oficial, tem durante a República um papel bastante significativo. É com base em seus parâmetros de produção

do conhecimento que outros Institutos foram criados, entre os quais, destaco a agremiação paulista¹⁸ e a mato-grossense.

Para além das especificidades políticas e regionais coube aos institutos a montagem de uma nomenclatura própria bem como a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, da qual muitos historiadores pouco se libertaram. Presos a um projeto enciclopédico que encontrava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares em sua experiência regional, esses profissionais se comprometeram com a construção de uma história nacional, que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição. (SCHWARCZ, 1995, p. 133)

Neste sentido, situo sob a perspectiva apontada pela autora, os trabalhos de história provenientes dos institutos históricos, como os de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Nesse último, particularmente os trabalhos de Virgílio Corrêa Filho, elencados como objeto deste trabalho, no limiar dos conceitos de Memória e Tradições Inventadas¹⁹.

A postura aqui adotada, leva em consideração a perspectiva de Schwarcz em virtude de que os trabalhos produzidos pelos intelectuais ligados a essas agremiações tenderam a tomar o conceito de documento como prova, tal como utilizado pela escola positivista, e tomando-os por base, reconstruir o passado do todo social. Entretanto, *“o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder”* (LE GOFF, 2003, p. 535/536. Grifo meu).

Observa-se, por isso, que as representações elaboradas pelos autores se eximiam de tecer as críticas necessárias para apresentar as contradições existentes nesse passado representado, uma vez que apresentavam-no como um passado desejado.

Ainda de acordo com Le Goff (2003), a partir da Escola dos Annales a concepção de documento se expande e a ela somam-se também os monumentos – escritos ou icônicos –, que passam a permitir uma análise do valor atribuído a tais documentos/monumentos nas representações histórico-sociais das quais eles fazem (ou fizeram)

18 Sobre a papel da produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a relação desses trabalhos com as obras locais, ver capítulo seguinte.

19 Alusão aos textos de Jacques Le Goff (2003) e Hobsbawm e Ranger (2002), respectivamente.

parte como testemunho. Para esse historiador “*o documento é monumento resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias*” (LE GOFF, 2003, p.538. Grifo meu).

É por meio dos estudos desses documentos/monumentos que percebe-se, no que se refere ao mito bandeirante, a intenção (deliberada ou não) dos intelectuais em construir a imagem de determinada sociedade como um todo, para que, construída tal imagem, no presente se pudesse vê-la representada e vinculada a um passado comum, fruto de uma (suposta) linearidade homogênea.

Outra constatação feita com base na leitura de Schwarcz (1995) e Zorzato (1998) é a de que tais trabalhos, influenciados pelas doutrinas raciais da época, procuravam sobrepor alguns valores a fim de solapar traços considerados menos valorosos, vindos, por exemplo, dos índios e dos negros, ressaltando apenas traços inerentes a cultura européia, particularmente a portuguesa. No caso de Mato Grosso:

Em termos gerais, certamente aí pesa o viés evolucionista que os pensadores brasileiros – e não apenas os mato-grossenses – incorporaram da literatura européia, sobretudo francesa. Contudo, em termos específicos, a existência concreta de inúmeros povos indígenas dificulta não apenas a incorporação de imagens indígenas idealizadas, como dá profundo conteúdo ao “estigma de barbárie” que, pelo menos desde o início do século, atormenta os autores mato-grossenses. Na medida em que a construção identitária local busca parâmetros externos para definir-se, não poder aceitar a imagem que no geral os comparam com “bugres incivilizados” ou “sanguinários”, que também externamente faz-se de Mato Grosso. (ZORZATO, 1998, p. 86).

Mesmo entendendo que não houvesse uma pré-disposição intencional na elaboração dos escritos historiográficos, percebe-se que havia todo um critério de classificação valorativa para os sujeitos históricos na composição da imagem que os escritores representavam do passado. E não só dos sujeitos históricos, mas também dos fatos históricos enaltecidos desse passado, de maneira que, no conjunto elencado por esse ou aquele intelectual, pudesse se entrever um conjunto harmonioso da narrativa pretérita.

Desse modo, para entender a dinâmica e a dimensão da interpretação do passado proposta pelos historiadores vinculados aos

institutos históricos, dentre os quais incluo Corrêa Filho, considero dois conceitos fundamentais: memória e tradições inventadas.

Para Le Goff (2003), memória é um termo polissêmico, e seu estudo compreende vários ramos do saber. No que diz respeito à análise histórica do papel da memória coletiva, o autor afirma que ela é inerente ao convívio em grupo e independe da escrita. Portanto, o autor se refere às sociedades em que havia e, ainda existem, homens-memória, pessoas encarregadas de guardar as histórias de seu povo e repassá-las às gerações futuras, como nas sociedades indígenas, por exemplo.

Em outras sociedades, menciona a ocorrência de relatos baseados em memórias, como na Mesopotâmia e na Grécia Antiga. Quanto aos gregos, o autor discorre sobre a divinização da memória, “os gregos da época arcaica fizeram da memória uma deusa, *mnemosine*. É a mãe das nove musas, que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus” (LE GOFF, 2003, p.433 grifo do autor), e atribui à memória um papel fundamental ao longo do tempo. O autor cita também os ritos católicos como expressão da exaltação da memória, como, por exemplo, quando no ato da consagração, o celebrante evoca as palavras do Cristo “fazei isso em memória de mim”, para Le Goff isso nada mais é do que evocar a memória, para manter uma tradição. Finalmente, o estudioso ressalta que:

São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória. (LE GOFF, 2003, p. 470).

De acordo com as considerações do autor, a memória coletiva pode ser objeto de apropriação e de manipulação, no sentido de que, ao ser representada, esta memória tem o poder de ampliar, consolidar e institucionalizar alguns sujeitos históricos como heróis, assim como sentimentos e características de pertença relativas ao grupo a que esta se impõe.

Le Goff escreve, também, que a partir da difusão da imprensa, na Idade Moderna, novos mecanismos de memória foram sendo desenvolvidos, como por exemplo, o *memorandum*, os memoriais, os museus, as bibliotecas, as enciclopédias, enfim, se reconhece e

se difunde a necessidade de guardar documentos, referências do passado.

No caso de Mato Grosso, sobretudo a partir da Primeira República, os referenciais de passado existentes sobre o passado local, tais como diários, relatórios, cartas, etc., até aquele momento, em sua maioria, expressões de memória (administrativa ou pessoal), passaram a servir de base para a construção da história da região.

Assim, nesse ato de (re)construção do passado, esses elementos tidos como de tradição e de memória coletiva, que se referem ao todo, ou, na maioria das vezes, a uma parte da sociedade, passaram a ser representados como se fossem comuns ao todo social, com objetivo de legitimar, apagar ou enaltecer questões que estavam colocadas no ato da elaboração de tais narrativas.

Muitos são os exemplos que expressam tais tentativas. Um exemplo clássico a ser citado é a tentativa de atribuir a existência de Mato Grosso ao esforço dos bandeirantes, representando-os como *responsáveis incontestes* pela expansão territorial brasileira. Outro exemplo se expressa na personificação da *bravura heróica* de figuras como Luis de Albuquerque, Augusto Leverger e Ricardo Franco de Almeida Serra, para citar apenas alguns, no processo de consolidação da presença luso-brasileira em terras mato-grossenses.

Entretanto, é necessário observar que, se em uma das faces da escrita temos esse ato de rememorar, escrever e tornar público, em outra face há o de esquecer. Atos comuns tanto aos indivíduos quanto aos grupos sociais são os de “apagar” de sua memória recordações e fatos que não lhes sejam caros. Portanto, o silêncio também é um importante celeiro a revelar os elementos da construção da memória social.

Por isso, uma vez que determinada memória, ou aquilo que é resgatado do passado, acaba tornando-se história, após ser institucionalizada e tornada, ou tomada, como oficial, daí em diante passa a ser cultuada com intuito de preservar uma pretensa memória coletiva, acaba assumindo, assim, a forma daquilo que Hobsbawm denominou “tradição inventada”. Para o historiador:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente regulada por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, por natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente;

uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, RANGER, 2002, p. 09 e ss.).

Desse modo, a postura historiográfica adotada pelos historiadores vinculados ao IHGB e às agremiações a ele ligadas foi a de consolidar e vulgarizar algumas versões historiográficas tornadas memória oficial do passado do Brasil. Além de uma história nacional, nota-se que, nas mais diversas regiões onde se criaram sedes locais do Instituto, surgiu uma farta produção local, cultuada e tornada *tradição*, uma vez que tais produções tornaram-se referências localizadas de nacionalidade.

Essa tendência de apropriação do passado acabou se intensificando em algumas regiões brasileiras, como em Mato Grosso, num momento em que as oligarquias buscavam se rearranjar e se impor politicamente. Dessa forma, o passado tornara-se um importante aliado na medida em que nele se poderiam buscar referenciais que legitimassem o presente.

Assim, as obras de Corrêa Filho aqui analisadas constituem artefatos culturais que refletem, em sua maioria, o tempo em que foram produzidas: as disputas pelo poder entre facções da oligarquia mato-grossense, os conflitos sociais, econômicos e, sobretudo, a tentativa de dar ao passado do estado um sentido histórico construído a partir de Cuiabá, numa tentativa de preservar sua hegemonia perante as demais regiões de Mato Grosso.

2.2 A construção da “cuiabanidade” na obra Mato-Grosso (1922).

Se para os literatos ligados ao IHGB, em sua criação, nas décadas de 30 e 40, do século XIX, o índio era a personificação da nobreza e genuinidade brasileira, caracterizado como herói capaz de conciliar os valores nacionais advindos da vida selvagem, tais como liberdade e bravura, com os valores da civilidade e inteligência trazidos pelos europeus, para Virgílio Corrêa Filho, no que diz respeito a Mato Grosso, essa capacidade estava legada aos cuiabanos.

De acordo com o escritor, os cuiabanos tiveram “[...] *a incomparável missão histórica de fecundar, com o seu esforço, a terra maravilhosa com que os nossos avôs integraram a base física da nacionalidade brasileira*”. (CORRÊA FILHO (A), 1922, p. 258. Grifo meu). Em seus trabalhos observa-se não só a defesa da primazia cuiabana, como também uma espécie de culto à cidade e ao povo da capital mato-grossense. A esse sentimento de apego exacerbado, Póvoas (1987) e Corrêa (1995) chamam de *cuiabanidade*.

Esse sentimento de cuiabanidade aparece na escrita virgiliana logo em seu primeiro trabalho, intitulado *Mato Grosso*, e que data de 1922. Na nota introdutória, redigida em dezembro de 1920, o autor afirma que a obra foi:

Elaborada em 1919, por ordem do então Presidente, Exmo. Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, ligeiramente modificada em 1920, esta *memória*, saiu a lume no ano do Centenário da Independência, em 1ª edição, mercê do auxílio que, para tal fim, lhe concedeu o Governo do Estado. (CORRÊA FILHO (A), 1922, p.VII. Grifo meu).

Ainda que tenha sido encomendado para as comemorações do centenário da Independência, o livro teve uma edição especial, que circulou em nível local. *Mato Grosso* pode ser caracterizado como um marco na historiografia mato-grossense, no contexto da escrita da história regional, uma vez que foi o primeiro livro de um escritor mato-grossense que buscava historiar o processo de ocupação da região pelos portugueses.

Embora deva ser entendida dentro do contexto histórico em que foi produzida, ou seja, como parte integrante do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, e das comemorações do Centenário da Independência, a obra revela alguns traços característicos do projeto político-histórico que estava sendo realizado no estado, naquela época.

O livro anuncia o estilo de escrita que caracteriza o discurso virgiliano, influenciado sobremaneira pela forma de redação de Euclides da Cunha. Revela também indícios de sua estreita aproximação com uma parcela da oligarquia do norte, ligação demonstrada em sua escrita, numa busca constante em ligar o passado ao presente por meio de um fio condutor da memória mato-grossense,

sobretudo, pela ênfase dada a *grandes vultos e seus feitos notáveis*. Por último, verifica-se um ufanismo destinado a identificar Cuiabá como gênese e síntese, em todos os sentidos, de Mato Grosso.

Mesmo passado aquele momento efêmero que envolveu a energia criativa da intelectualidade local, nas ações comemorações do bicentenário de Cuiabá (1919) e do centenário da Independência (1922), *Mato Grosso* foi o primeiro, de uma seqüência de trabalhos, em que Corrêa Filho se manteve fiel a esse perfil determinado de escrita.

Seguindo um esquema pré-determinado, a obra trata de questões como: história política, militar, administrativa e judiciária, religiosa, literária, científica, artística; se reporta a homens notáveis, superfície, limites, população, orografia, hidrografia, clima, fauna, flora, minerais, constituições geológicas e fontes termais; apresenta um sucinto inventário dos municípios do estado, da agricultura e indústria, comércio e vias de comunicação, rede telegráfica, etnografia indígena e há, ainda, uma parte especial dedicada ao cuiabano.

Para a elaboração do livro, Corrêa Filho recorreu a trabalhos de Ricardo Franco de Almeida Serra, Augusto Leverger, Pimenta Bueno, Antônio Rolim de Moura, Visconde de Taunay, A. Corrêa da Costa e do cronista J. Barbosa de Sá. Talvez por ser um genuíno sujeito de seu tempo histórico, tempo em que a República havia nascido embalada pelos pressupostos positivistas, e também em razão de sua formação técnica de engenheiro e de sua estreita ligação com a estrutura de pensamento do Instituto Histórico, Corrêa Filho toma suas fontes como verdade.

Isso faz com que seu discurso revele a emolduração de um passado glorioso, vinculado diretamente ao lugar social²⁰ de onde o autor se apresenta. Exemplo disso pode ser observado na passagem em que se lê:

Nada mais conveniente, ao balisarmos a posição de presente conquistada, do que curioso volver de olhos para o passado, acompanhando a *marcha evolutiva* de Mato Grosso, desde o primitivo embrião, constituído pela bandeira Moreira Cabral ancorada em São Gonçalo, até os dias presentes.” (CORRÊA FILHO (A), 1922, p. VI. Grifo meu).²¹

20 Sobre a questão de lugar social de onde se fala, CERTEAU (2002, p. 66) afirma que “a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* “científicas” e de uma escrita”.

21 No que se refere à questão ortográfica, vou utilizar a ortografia atual e desprezar a fidelidade às regras do período em que as obras de Corrêa Filho foram escritas.

A seguir, acrescenta:

“[...], consoante expressivo aforisma renaniano, *muito nos importa conhecer o que fizeram os nossos avós*, na luta sustentada em dois séculos, com os mais dispares elementos. De tal linhagem não há motivos de nos envergonharmos de proceder. Antes nos sobejam razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas, que integram a base física da nacionalidade brasileira, e dos continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par a que devemos o devassamento de nossos sertões” (CORRÊA FILHO (A), 1922, p. VI/VII. Grifo meu).

No primeiro trecho, ao traçar um paralelo entre passado e presente, utilizando-se da expressão “marca evolutiva”, particular ao darwinismo social e ao positivismo, o escritor deixou assinalada a intenção de mostrar que Mato Grosso sempre esteve no caminho do progresso, entretanto, deu pouca ênfase às adversidades, às doenças e às penúrias econômicas enfrentadas pela população local ao longo do tempo.

Uma outra referência constantemente utilizada para qualificar as *potencialidades* do estado é o adjetivo *portentoso*, dando a entender as muitas possibilidades que o estado oferecia, em tempos que, se sabe, eram de quase absoluta miséria.

No trecho seguinte, ao mencionar a expressão “nossos avós”, Corrêa Filho deixa claro sobre quem ele escreve em seus trabalhos. Ao anotar que coube aos “*nossos avós*” a “*luta*” para se manter nos sertões mato-grossenses, o escritor está, na verdade, fazendo referências à elite política e econômica vinculada, sobretudo, ao tronco Alves Corrêa e Corrêa da Costa, e a todos aqueles por ele considerados herdeiros do legado bandeirante e dos *heróis* regionais. Dessa maneira, o autor deixa nas entrelinhas os demais segmentos sociais que se fizeram presentes na história de Mato Grosso. Índios e negros ocuparam, quando muito, uma posição secundária em suas narrativas.

Em linhas gerais, a obra traça um panorama histórico de Mato Grosso. A narrativa parte do século XVI, abordando a presença espanhola na região. O texto está estruturado a partir de datas e fatos ordenados cronologicamente, sem contemplar, entretanto, uma análise mais profunda, como ele mesmo anunciou na nota introdutória em 1920: trata-se de uma memória. Traz, ainda, informações, inúmeros

dados estatísticos, datas e denominações de acidentes geográficos que são, indiscutivelmente, preciosa fonte de pesquisa.

O objetivo maior com relação à obra não é dissecá-la completamente, mas, sim, concentrar a análise nos aspectos utilizados por Corrêa Filho para emoldurar sua preferência por Cuiabá, colocando a cidade em um lugar privilegiado em sua narrativa, e o cuiabano, por consequência, como sinônimo de mato-grossense.

A posição ocupada por Cuiabá, em *Mato Grosso*, além de revelar a predileção do escritor por sua cidade natal, algo compreensível, reflete, ainda, o clima das comemorações do bicentenário de Cuiabá. Porém, para entender esse sentimento de “cuiabanidade”, considero imprescindível pensar também os conflitos políticos e econômicos tornados quase que uma situação cotidiana na capital, bem como os temores que as mudanças em curso no sul do estado provocaram na intelectualidade cuiabana.

Conforme escreve Galetti:

O momento mais marcante do processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso pode ser localizado entre os anos de 1918-1922, marcado por inúmeras manifestações político-culturais, cujo traço mais característico foi *a exaltação da terra e do homem mato-grossense*. (GALETTI, 1995, p.14. Grifo meu)

Assim, a narrativa do Corrêa Filho, além de exaltar as peculiaridades de sua terra natal, culmina com a personificação da “cuiabanidade” mato-grossense, numa composição em que se verifica a classificação das características que produzem a síntese do “tipo mato-grossense” idealizado por Corrêa Filho: o cuiabano.

A valorização de Cuiabá diante das demais cidades é observada, por exemplo, no momento em que o escritor começa a apresentar os municípios que compõem o estado; chama atenção a forma como Corrêa Filho o faz. Como em uma galeria de arte, onde as peças mais importantes têm destaque especial, a seção começa descrevendo Cuiabá; as demais cidades, tal como as peças comuns, obedecem a uma ordem alfabética.

O escritor descreve Cuiabá como a materialização da cidade ideal. Em primeiro lugar, atribui sua constituição a um momento ímpar: o descobrimento de ouro no século XVIII, fato destacado por

ele como a consequência que influenciou sobremaneira o alargamento das fronteiras coloniais. Depois, valoriza a arquitetura cuiabana que, segundo ele, conserva o estilo colonial, reforçando assim sua originalidade; menciona tratar-se de uma cidade moderna, bem servida de água, energia elétrica, destacando-se, sobretudo, como epicentro intelectual mato-grossense. Nesse sentido, destaca que ali encontrasse a sede da Academia de Letras e do Instituto Histórico e de veículos de imprensa como o “primeiro jornal mato-grossense: Themis Mato Grossense”. Quanto a estes veículos, o autor faz referência, ainda, ao Diário Oficial, a um periódico de circulação semestral: A Cruz e à Revista do Instituto Histórico. Cita, também, colégios como o Liceu Cuiabano e o S. Gonçalo, equiparando-os ao colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, um dos mais tradicionais do país.

Ao aludir a Campo Grande, Corrêa Filho apresenta, ao mesmo tempo, um reconhecimento de seu desenvolvimento, acompanhado de uma oposição a Cuiabá:

A evolução fez-se rápida, causada pela excelência dos seus campos afamados, que se estendem pela Vacaria, nutrido a riqueza do município, e pela E. de F. Noroeste, que os atravessou, propulsando-lhe fortemente o progresso. O intenso desenvolvimento de Campo Grande, embora malignado outrora de agitações perturbadoras na sua marcha, mantém-se acelerado, fazendo lembrar o exemplo clássico do *Far-West* americano. (CORRÊA FILHO (A), 1922, p.154).

Este trecho permite uma reflexão à parte, a fim de pontuar algumas questões que denunciam as preocupações de Corrêa Filho com relação ao *desenvolvimento* de Campo Grande.

O texto deixa transparecer que o pequeno desenvolvimento da cidade, no início da década de 1920, impulsionado pela chegada da estrada de ferro e pelo contingente populacional que chegava ao sul do estado, espalhava um clima de ameaça à hegemonia cuiabana. Esse temor pode ser percebido também na apresentação de suas *Monografias Cuiabanas*, onde o autor, mesmo sem citar especificamente Campo Grande, chama atenção para as “*profundas transformações*” que estavam ocorrendo em Mato Grosso.

Desse modo, ao mencionar a ocupação recente de Campo Grande, impulsionada pela Estrada de Ferro Noroeste no Brasil,

comparando a ocupação da cidade à conquista do Oeste nos Estados Unidos, o autor se refere, indiretamente, à chegada de *aventureiros* vindos de todas as partes para tentar a sorte na nova cidade, tal qual aconteceu no velho oeste americano. Esse contingente de pessoas que chegavam despertava a preocupação do autor, na medida em que, ao longo do tempo, os de fora poderiam macular o “*modus vivendi*” cuiabano.

No que se refere a Corumbá, ele apresenta uma breve síntese, destacando que o município originou-se de um *simples presidio militar*, afirmando que “[...] desenvolveu-se depois que começou a ser aproveitada a vantagem de sua posição, *fadada* a servir de entreposto comercial” (CORREA FILHO (A), 1922, p. 157. Grifo meu), e que seu desenvolvimento acentuou-se, particularmente, após a Guerra do Paraguai.

Mas o que chama mais a atenção, em *Mato Grosso*, é o último capítulo, denominado *O Cuiabano*. Nele, Corrêa Filho descreve a essência do que acredita ser a imagem do mato-grossense. Nos moldes dos romancistas e literatos do século XIX, como José de Alencar e Gonçalves de Magalhães, que buscaram, por meio da criação do mito do bom selvagem, uma forma de conciliar o que havia de *melhor* no índio com as *virtudes* do europeu, para dar forma à *alma* genuinamente brasileira, o autor afirma que “a colonização de Mato Grosso veio favorecer a fusão de raças várias, sob o mesmo céu”²². (CORRÊA FILHO (A), 1922 p. 251).

Assim, segundo sua concepção, fundiram-se as variantes étnicas, cada qual doando ao tipo cuiabano aquilo que geneticamente possuía de melhor. Para Corrêa Filho, o início da fusão se deu logo no princípio da exploração aurífera, quando “[...] os paulistas, nas suas desumanas²³ arrancadas, em busca do braço indígena, [...] vieram encontrar em Mato Grosso, primeiramente, as tribos que formavam as reduções do rio Pardo”²⁴ (CORRÊA FILHO (A), 1922 p. 251).

22 Interessante notar que, para justificar as qualidades do cuiabano, as populações indígenas deixam, momentaneamente, de ocupar um lugar periférico (de atrasado, selvagens, etc) para figurar, com o melhor de suas qualidades, como formadores “da estirpe cuiabana”.

23 Diferentemente do tratamento dado aos bandeirantes pela historiografia paulista, que os caracterizava como “predadores” de índios, para os escritores regionais, os paulistas acabaram se tornando agentes civilizadores das tribos locais, no sentido de qualificá-las a tomarem parte da sociedade mato-grossense.

24 Virgílio Corrêa Filho menciona as tribos Guaicuru e Paiaguás, depois refere-se aos Guató, Axanás, Cuijabás, Xacororés, Coxiponés, Baripoconés, Boróros e Parecis.

Grifo meu). Depois, em razão da expansão bandeirante, houve o contato entre os chamados mamelucos paulistas e as tribos que se encontravam na região de Cuiabá e Mato Grosso. De maneira que, ao longo do tempo:

Não resistiram ao choque dos atrevidos mamelucos, em cujos descendentes Martius notou “estatura elevada e ao mesmo tempo larga, feições fortes, sentimento de liberdade e desassombro, olhos brunos, ou raramente azuis, cheios de fogo e afoiteza, cabelo cheio, preto e liso, musculatura reforçada, decisão e rapidez nos movimentos”, patenteando ao que diz Eschwege, “pela coragem, impavidez no perigo, agilidade e espírito de iniciativa, resistência ao cansaço, e pela sede de vingança, a procedência selvagem pelo lado materno, enquanto que a finura e a vivacidade de espírito lhes denunciavam a ascendência portuguesa pelo lado paterno” . (CORREA FILHO (A), 1922, p. 252).

Ainda em sua caracterização do tipo cuiabano, Corrêa Filho afirma que a esses primeiros - índios e mamelucos - somaram-se portugueses legítimos e negros, ressaltando que “*a finura e a vivacidade de espírito*” denotavam características portuguesas, ou seja, o traço superior, a inteligência, era legado do europeu. Assim, da fusão dessas raças, em que “[...] *cada qual contribuiu com as suas qualidades peculiares, em maior ou menor dose para a formação da mais legítima estirpe dos bandeirantes, que povoou Mato Grosso*” (CORREA FILHO (A), 1922, p. 253. Grifo meu), forjou-se “o tipo cuiabano”, em outras palavras, aqueles que deram *origem* à história de Mato Grosso.

Nas palavras do próprio Corrêa Filho:

De começo, os bandeirantes em maioria paulistas, mas, em breve, do convívio daqueles tipos dispares, de vária procedência, que a ambição do ouro ajuntava, gerou-se a nova estirpe dos CUIABANOS, que invadiu a história. Foram eles os obreiros máximos do desenvolvimento da Capitania. (CORREA FILHO (B), Vol I, 1925, p.6).

Dessa forma, a caracterização do cuiabano, dotado de qualidades singulares, tais como as enumerou e classificou Corrêa Filho, constitui-se numa tentativa de colocá-lo numa posição central: era dessa linhagem, que carregava o que de melhor se podia verificar nos sujeitos envolvidos no processo de formação histórica de Mato

Grosso, que descendem os mato-grossenses. De tal forma que, para Corrêa Filho, ser nominado como mato-grossense, em última instância, é sinônimo de ser identificado como cuiabano.

Assim, penso que a disseminação desse *orgulho de origem*, traduzido sob o nome de cuiabanidade pode ser entendido como um primeiro aspecto da formação do projeto identitário esboçado pelo escritor.

2.3 - A propósito das Monografias Cuiabanas: interfaces do universo mato-grossense.

Dentro do recorte estabelecido para análise do trabalho de Corrêa Filho, entendo que *Mato Grosso* acabou sendo complementado por uma série de publicações denominadas *Monografias Cuiabanas*. Essa série veio a público entre os anos de 1925 e 1926 e é composta de sete volumes. Esse conjunto de publicações não tem neste estudo maior importância, senão em função das preocupações expressadas pelo escritor com relação ao *status quo* estabelecido em Mato Grosso. Isso porque Corrêa Filho deixa claro que aquele momento era bastante tenso no que tange ao monopólio de poder da elite cuiabana, e, logo na apresentação do primeiro volume, o autor escreve:

O agressivo do título desta série de monografias, restritamente bairrista na aparência, justifica-se pela sua finalidade.

Mais do que nenhum outro Estado brasileiro, Mato Grosso atravessa na atualidade aguda fase de transformações que lhe poderá alterar de todo os traços do seu organismo social. (CORREA FILHO (B), Vol I, 1925, p.05 e ss).

Esse período de “*agudas transformações*” mencionado refere-se, de uma maneira geral, aos anos iniciais do século passado e, particularmente, ao início dos anos de 1920, quando questões bastante relevantes no que diz respeito à manutenção da hegemonia cuiabana estavam postas. Estas questões envolvem, em parte, os conflitos intra-oligárquicos já mencionados no primeiro capítulo. Referem-se, também, a todo o contexto de mudanças econômico-sociais que se forma a partir do início do século passado.

Entre tais questões, destaco, principalmente, a chegada de sucessivas levas de migrantes,²⁵ vindos de diversas partes do país, dirigindo-se principalmente ao sul de Mato Grosso, para trabalhar em cidades como Campo Grande, Três Lagoas e outros pequenos municípios que iam se desenvolvendo próximo aos trilhos da Ferrovia Noroeste do Brasil.

A presença desses migrantes, ao mesmo tempo importante, no que diz respeito à ocupação dos chamados *vazios demográficos*, incomodava sobremaneira a elite do norte, uma vez que essas pessoas constituíam ameaça ao poder de mando local. Esse incômodo dava-se pelo fato de que esses migrantes, gradativamente, iam formando grupos que também passavam a reivindicar espaço no cenário político.

É necessário lembrar também que o governo conciliatório de D. Aquino (1918-1922) representou uma trégua, mas de modo algum o fim do conflito entre as elites mato-grossenses, que se digladiavam, desde o início da República, por espaço político no estado. Nesse período, as principais lideranças gravitavam em torno do sogro de Virgílio, Pedro Celestino Corrêa da Costa e de Antonio Azeredo.

Finalmente, em âmbito nacional, vivia-se um período de grande instabilidade representado pelas muitas revoltas que marcaram o governo do presidente Artur Bernardes (1922/1926), cujo objetivo maior era contestar a política oligárquica que dava sustentação à estrutura de poder na chamada República Velha. Naquele momento, estados que não se viam contemplados no revezamento de poder, que naquele momento atendia apenas os interesses de São Paulo e Minas Gerais, com a chamada política do café-com-leite, ambicionavam quebrar a vigência política do binômio São Paulo/Minas.

Ainda no que se refere ao cenário nacional, desse burburinho político²⁶, que finalmente levou ao poder Artur Bernardes (1922/1926), originou-se a Coluna Miguel Costa – Prestes, ou apenas Coluna

25 Muitos desses migrantes, sobretudo os do sul do país, chegaram a Mato Grosso fugindo de conflitos locais. Um desses conflitos, a Revolução Federalista, ocorrida entre os anos de 1893 e 1894, quando um grupo de militares apoiados por parte da elite sulista se insurgiu contra o governo de Floriano Peixoto, culminou com a vinda de uma leva considerável de pessoas para Mato Grosso. Além dos sulistas, muitos militares passaram a residir, mesmo que temporariamente, em Mato Grosso, em razão do estabelecimento dos quartéis, sobretudo do sul do estado. Havia também um considerável contingente de paraguaios, arregimentados para trabalhar na exploração da erva-mate.

26 Refiro-me ao levante dos 18 do Forte e ao descontentamento dos oficiais militares.

Prestes. A coluna percorreu diversas regiões do país, com o objetivo de aglutinar forças para retirar Bernardes do poder.

Entretanto, é em 24 (1924) que a sempre instável política mato-grossense sofre o confronto direto das mobilizações contestatórias da Coluna Prestes e a de Isidoro Dias Lopes. É também nesse ano que as repercussões tenentistas nacionais acendem o estopim da calamitosa e permanente crise econômica do estado. Por oito meses seguidos o estado deixa de pagar o funcionalismo público, o que motiva a eclosão em Cuiabá de um movimento que, a partir da Força Pública Estadual, reúne lideranças militares e civis, urbanas e, ainda, açucareiras. O plano seria a deposição do Governador Estevão Alves Correia (que completava o mandato do Senador Pedro Celestino). (NEVES, 1988, p.109/110).

Ainda segundo Neves (1988), em Mato Grosso, a coluna acabou influenciando no nascente antagonismo político entre sul e norte,

A participação de Mato Grosso nas rebeliões de 24 não foi meramente defensiva. Se por um lado, o Presidente Pedro Celestino mobilizava as forças legalistas no combate à Coluna e deslocava destacamentos no norte para o sul, por outro, inúmeros episódios de adesão aos revoltosos ocorrem em diversas unidades militares, como em Corumbá e Bela Vista. Esse sentimento de adesão foi secundado por uma intensa propaganda civil e urbana que, através dos órgãos de imprensa municipal, atingiu toda a região sul e Corumbá. (NEVES, 1998, p.112)

Embora tais questões apareçam nos trabalhos de Corrêa Filho e de outros autores, considero que esse período ainda se encontra envolto em uma espessa bruma de questionamentos que foram apontadas pela historiografia, mas não foram suficientemente discutidas, carecendo, portanto, de estudos específicos.

Diante desse conturbado contexto, Correa Filho, que na época ocupava o cargo de Secretário Geral no governo Pedro Celestino, apela para a construção de um resgate histórico que se referia ao tempo em que Mato Grosso vivia, segundo ele, isolado das influências externas. O objetivo maior do escritor fica explícito no trecho abaixo, ao escrever sobre a necessidade de deixar guardado no altar da história, a gênese de Mato Grosso. Essa preocupação do escritor fica evidenciada na apresentação do primeiro volume das *Monografias Cuiabanas*.

O título genérico da série adota esta aceção consoante a qual designará o termo CUIABANO, mais do que o natural de Cuiabá, o fator preponderante na evolução de Mato Grosso, embora de origem diversa, mas adstrito à mesma orientação.

Simples achegos para a história local, estas monografias levam em mira apenas registrar a maneira pela qual se expandiu a ação cuiabana, em suas várias modalidades, antes que a via férrea e outros agentes de menor tomo viessem abrir a nova fase de desenvolvimento de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO (B) Vol I, 1925, p. 05 e ss).

E assim, em conformidade com o que havia anunciado na introdução do primeiro volume que foi *Questões de Ensino* (1925,) ele escreve um conjunto de monografias, em alguns momentos, deixa transparecer ares de nostalgia. Além desse primeiro volume, foram publicados: *Evolução do Erário* (1925), *A sombra dos Ervais Mato-Grossenses* (1925), *A Cata de ouro e dos diamantes* (1926), *A propósito do boi pantaneiro* (2002,) *A Peste das Cadeiras* (2002), *Indústrias Mato-Grossenses*(2002)²⁷.

A construção da série baseia-se em fartas e ricas fontes, entre elas, destacam-se: relatórios oficiais, cartas, periódicos como *O Mato Grosso* e *A Reação* e fontes de cronistas como J. Barbosa de Sá, Arrojado Lisboa e J. Gonçalves da Fonseca. O autor revela também um cuidado rigoroso em anotar ao rodapé todos os detalhes que julgava pertinentes ao assunto que estava tratando.

As *Monografias Cuiabanas* (1925/1926) tratam, portanto, do passado mato-grossense, a partir do descobrimento do ouro, e procuram dar ênfase ao papel desempenhado por Cuiabá na evolução histórica da região. Apenas em *A propósito do boi pantaneiro* é que Corrêa Filho deixa entrever que, a partir do fim da guerra com o Paraguai e da chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil, a criação de gado, praticada em larga escala no sul de Mato Grosso, (e longe das cercanias cuiabanas), passou a impulsionar a economia mato-grossense.

Entretanto, penso que a série é ainda mais significativa por seus *silêncios*, pois Corrêa Filho menciona pelo menos uma das muitas questões delicadas que estavam colocadas naquele momento:

27 Embora *As Monografias Cuiabanas* tenham sido publicadas originalmente entre os anos de 1925 e 1926, só consegui ter acesso aos últimos volumes por meio de uma edição especial republicada pelo IHGMT em 2002. Desse modo, por não ter a data exata da publicação original fiz referência à data da reedição da obra.

o monopólio de exploração dos ervais dado à Companhia Matte-Larangeira. A referência, entretanto, foi feita para valorizar a oposição liderada por Pedro Celestino perante as tentativas (da Companhia) de ampliar seus benefícios e conseqüentemente seu poder.

Portanto, o escritor cala-se em relação às turbulências verificadas e apontadas acima, turbulências estas que marcaram o cenário local, significativamente, durante a década de 1920. É possível notar, então, que seus escritos deixam brechas, por entre as quais se pode entrever aquilo que Le Goff chama de *mecanismos de controle de memória*.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder. (LE GOFF, 2003, p. 469).

A escrita virgiliana conduz o leitor a acreditar que embora houvesse no passado dificuldades, essas se desfaziam, na maioria das vezes, com relativa harmonia. Exemplo disso é a relação entre colonizadores e as tribos indígenas, ora colocadas como uma espécie de obstáculo a ser ultrapassado para se completar o objetivo maior que era a ocupação do espaço, ora como aqueles que doaram o seu melhor na conformação do “*tipo cuiabano*”. Uma espécie de sacralização do passado, em que uma linha bastante tênue separa história e memória.

Outro dado relevante está na “febre e na angústia” que moviam Correa Filho a escrever alucinadamente e, neste fato, valho-me da própria apresentação das *Monografias*, onde ele prenuncia uma angústia em relação ao curso da história mato-grossense.

As obras *Mato Grosso e as Monografias Cuiabanas* tornam-se, assim, o ponto de partida dos trabalhos do escritor. Nelas ele esboça a construção de uma identidade mato-grossense com base nos valores que caracterizam o Cuiabano, ligado ao bandeirantismo e à mineração, aos *defensores fronteiriços* e a tudo o que havia sido desenvolvido sob a influência hegemônica de Cuiabá.

Em pouco tempo, o trabalho de Virgílio Corrêa Filho ganha notoriedade e reconhecimento entre seus pares. Conforme seus trabalhos iam sendo difundidos juntos à sociedade e servindo de

fonte a novos pesquisadores, aquela *representação do real* por ele construída acabou tornando-se o próprio real e cristalizando uma imagem, ou identidade mato-grossense, forjada a partir de sua escrita. Essa representação do passado de Mato Grosso, então, que emanou de um grupo, acabou sendo incorporada e reproduzida como uma representação coletiva e, dessa maneira, estruturando a realidade a partir da representação de um grupo dominante.

Assim, entre as décadas de 1920 e 1940, quando essa hegemonia cuiabana começou a ser colocada em cheque pelos conflitos de poder e disputas políticas daquele momento, os trabalhos de Corrêa Filho, e do grupo que o cercava, buscaram no passado formas de redimensionar o presente e preservar o futuro.

CAPÍTULO III

A RÉGUA E O COMPASSO:

A fronteira e a construção da identidade mato-grossense

Região e nação são formas particulares de representação do social, pois se referem à formulação de padrões de referência identitária, que dão coesão social e produzem a sensação de pertencimento. (PESAVENTO, 2003, p.19).

A história da constituição geográfica do Brasil se desenrolou entre os séculos XVI e XIX. Ao longo desse período, ainda na época colonial, Portugal e Espanha traçaram estratégias específicas de ocupação, cada um a seu modo, porém, sempre com o objetivo de conquistar as riquezas que a América pudesse lhes oferecer.

Em consequência desse processo, as áreas antes ocupadas por populações indígenas foram sendo, gradativamente, conquistadas pelas nações ibéricas. Entretanto, a definição sobre a questão dos limites entre as posses territoriais de Portugal e Espanha, na América, arrastou-se por todo o período colonial, avançando pelo século XIX afora.

Essa questão de limites influenciou, sobremaneira, a história de Mato Grosso. Incorporada à esfera de influência luso-brasileira no século XVIII, a região das minas de Cuiabá e Mato Grosso, bem como boa parte do interior Brasil, foi objeto de disputas diplomáticas que só tiveram fim após o término da Guerra com o Paraguai, em 1870.

Por outro lado, a história da formação de fronteira também pode ser vista sob diferentes interpretações historiográficas, sobretudo durante a Primeira República, quando muitos escritores, particularmente aqueles ligados aos Institutos Históricos, tentaram vincular o processo de anexação territorial à construção da Nação e a um sentimento de nacionalismo ou de pertencimento, com a finalidade de delinear uma identidade nacional.

Nesse sentido, para os historiadores mato-grossenses ligados ao IHGMT, a formação da fronteira tem um sentido duplo: está ligada tanto à construção da nação, quanto ao regionalismo.

Sendo assim, no momento em que a historiografia local debruçou-se a fim de recuperar o passado mato-grossense, nas três primeiras décadas do século XX, a formação da fronteira adquire uma importância histórica e simbólica. Esse simbolismo representa o estabelecimento de uma característica marcante dessa identidade esboçada por Corrêa Filho, ou seja, um “sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 07) que criou uma determinada imagem do passado local: gloriosa, harmônica e patriótica.

Esse sentimento, ao qual Pollak faz referência, não se estabelece de maneira harmoniosa, pelo contrário, valendo-se do conceito de Roger Chartier (2002), mencionado anteriormente, percebe-se que uma determinada identidade coletiva é, sobretudo, fruto de relações simbólicas de forças, ou seja, as identidades se consolidam em razão da forma como representadas e assimiladas ao longo do tempo pelo todo social, como expressão de sua trajetória histórica. Podemos afirmar, dessa forma, que no meio social existem grupos que estão em constante luta para *controlar* as percepções *impostas* à memória coletiva.

Nesse processo de disputas simbólicas que envolvem o estabelecimento das identidades, é importante pontuar que o universo das letras, durante a Primeira República, foi um campo bastante fecundo no que diz respeito a formar um discurso de sustentação e legitimação àquele novo momento da História do Brasil.

Uma considerável parcela da historiografia nacional esteve engajada nesse processo de construção do discurso de formação da identidade nacional, pautada, principalmente, numa visão nacionalista e progressista do Brasil. Nesse processo, coube à história utilizar-se de elementos da concepção geográfica do Brasil, a fim de exaltar as qualidades nacionais²⁸.

No que diz respeito a Mato Grosso, verifica-se, desde o estabelecimento do IHGMT, um volume considerável de trabalhos escritos com objetivo de reforçar os laços históricos entre o passado

28 A respeito da construção da identidade nacional durante a Primeira República, ver Carvalho (1990), Oliveira (1990), Schwarcz (1995) e Gomes (1999).

regional e nacional. Muitos discursos proferidos nas sessões solenes do instituto, em publicações avulsas e em trabalhos específicos, apresentam claramente essa intenção. Mais uma vez, os nomes em destaque são os de Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho, tidos como arautos da história de Mato Grosso.

No que concerne à produção virgiliana, o processo de formação histórica do espaço físico mato-grossense constituiu-se num capítulo à parte, dentro de sua obra, e vincula-se aos dois níveis de construção identitária, tanto ao que vincula a fronteira com um projeto identitário de nação quanto ao que vincula a fronteira ao projeto de uma pertença regional.

Neste capítulo, que tem por base a análise do volume III e IV da série *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926), procuro verificar como a fronteira é representada de modo a tornar-se um dos pilares centrais da identidade mato-grossense. Procuro analisar, ainda, como a essa representação de fronteira o autor vai agregando uma série de exemplos de *homens ilustres*, identificando essas pessoas, estrangeiros em sua maioria, como referenciais de um passado glorioso.

Nessa perspectiva, lanço mão do conceito de *construção de identidades*, trazido por Chartier (2002), para entender como a história da construção da fronteira se constitui em um referencial de produção de sentido, unidade e coesão, no contexto da história local.

Entendo, também, que é necessário compreender como essa construção, dada em meio aos conflitos vividos pela sociedade mato-grossense no início do século passado, buscou por meio de um grupo de intelectuais vinculados ao IHGMT, entre os quais Corrêa Filho, lapidar sua auto-imagem a partir do passado, pautando nos exemplos dos chamados *vultos históricos* ligados à conquista da fronteira.

Esses vultos históricos, denominados por Corrêa Filho de “nossos avós”, entraram para a história como símbolos da imagem do mato-grossense; imagem essa que acabou coroando e perpetuando os *valores e os ideais político-sociais* do próprio grupo que os colocou no *altar da história*.

Recuperarei, portanto, a partir de alguns autores, parte da trajetória de ocupação do território que compreende os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul pelos luso-brasileiros,

no período colonial, a fim de situar o leitor no que concerne ao processo histórico, propriamente dito, de apropriação das terras que caracterizam essa região.

Em seguida, tratarei de alguns aspectos da construção da Nação, feita pela historiográfica brasileira a partir da República, em especial no que diz respeito à construção do mito bandeirante, pela historiografia paulista. Analiso, também, a relação que se estabelece entre as dimensões geográficas do Brasil e a afirmação do nacionalismo, no período republicano.

Finalmente, abordarei as representações relativas à conquista e ao estabelecimento da fronteira mato-grossense, no sentido de verificar como ela tornou-se referencial de pertença e de reconhecimento da sociedade local. Verificarei, ainda, com base na interpretação da abordagem feita por Corrêa Filho, como se construiu toda uma herança histórica, uma aparência de unidade, harmonia e um sentido de progresso.

3.1 A construção da nacionalidade no Brasil durante a Primeira República.

Como definir Nação? E mais, no contexto republicano, como definir Nação Brasil? Entre os autores que abordaram o tema, destaco o trabalho de Hobsbawm (1990). Em seu trabalho, o autor afirma que a carga simbólica atribuída ao termo Nação é bastante recente, remonta ao século XVIII. Entretanto, o mesmo autor escreve que definir Nação com base em critérios objetivos, tais como língua, território e tradições comuns, constitui-se uma tarefa árdua e complexa.

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, freqüentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. [...]. Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, em qualquer tempo, ser descritos como “nações”, sempre é possível descobrir exceções. (HOBSBAWM, 1990, p.14/15).

A leitura de Hobsbawm esclarece que uma definição objetiva pode implicar em equívocos. Dessa maneira, tomando como referência critérios não objetivos, procurei entender o contexto em que os referenciais de Nação e nacionalismo começaram a ser cultuados e difundidos no Brasil, para então, num segundo momento, refletir em como esses referenciais nacionalistas apresentam-se e influenciam na construção historiográfica que Corrêa Filho fez sobre a fronteira.

Retorno, desse modo, à discussão empreendida no primeiro capítulo sobre a natureza da República no Brasil, para analisar como ocorreu o processo de construção do sentimento de Nação no Brasil.

Sobre o contexto em que se deu a República no Brasil, Carvalho (1987,1990) e Castro (2000) apontam que a República aconteceu muito mais em função de interesses específicos, do que em razão de um clamor público. De maneira que, além de construir a República enquanto instituição política e administrativa, houve também a necessidade de construir os referenciais de pertencimento que vinculassem o passado àquele novo momento.

Tão logo instituiu-se o novo regime, seus ideólogos dedicaram-se à caracterização dos símbolos republicanos:

No caso da República, a batalha (pela construção simbólica) era tão importante, se não mais que a própria proclamação, um evento tão inesperado, rápido, incruento. Estavam em jogo a definição de papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime (CARVALHO, 1990, p.35).

Essa batalha extrapola até mesmo o campo da representação iconográfica e da elaboração de símbolos como bandeira, hino, brasão, atingindo o campo da literatura e da história.

No campo literário, alguns autores apresentam textos com uma faceta mais crítica a respeito da construção da nação. Um exemplo desse olhar mais atento e crítico às questões pertinentes ao sentido da nação em seus primeiros anos aparece em Oliveira (1990). Neste trabalho, a autora analisa a obra de Lima Barreto: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, (lançado originalmente em 1911), texto em que a personagem principal encarna o ufanismo do Brasil República, mas termina exibindo sua fragilidade e seus contrastes: “ao criticar a versão ufanista do patriotismo, Policarpo-Lima Barreto se pergunta

sobre o que vem a ser a pátria. Sua vida havia sido norteadada por uma ilusão, por um “falaz ídolo”” (OLIVEIRA, 1990, p.102).

Um outro momento de busca das características nacionais é vislumbrado na Semana de Arte Moderna de 1922, ocasião em que artistas como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Anita Malfati entre outros, propuseram uma representação que negava a apropriação de elementos estrangeiros em prol da valorização das características nacionais, por meio da arte²⁹.

No campo da História, boa parte dos intelectuais exerceu um papel orgânico³⁰, com o intuito de legitimar aquele novo momento, redigindo narrativas que vinculassem o passado ao presente e garantissem a legitimidade do regime republicano.

Esses trabalhos também se tornaram extremamente importantes, pois mostram uma tendência da historiografia nacional, de reforçar o sentimento nacionalista, buscando desde o período colonial exemplo de pessoas que trabalharam pela construção da pátria e da grandiosidade do Brasil.

Comentando a obra de Alberto Torres, a socióloga Lucia Lippi mostra que a geografia nacional deu suporte à construção do sentimento de nacionalidade brasileira:

A estruturação das nações implica a existência de elementos objetivos de auto identificação, corporificação na raça, na língua, no território e na religião. Para que esses elementos possam dar origem à nação é necessário, entretanto, que exista um sentido de solidariedade que projeta o grupo frente aos demais. A solidariedade nacional tem por base a terra, elemento fundamental de auto-identificação do grupo. (OLIVEIRA: 1990, p.123)

Esses trabalhos, assim como muitos outros produzidos por todo país, de certa forma supriam a carência de referenciais de nacionalismo, contribuindo, portanto, para a concretização da República através da história.

A cristalização e massificação desse discurso de nação ocorreu mais intensamente a partir dos anos 1930. Ocasião em que se observa uma construção discursiva que fez surgir o termo Nação com N

29 Na obra de Ferreira (2002), verifica-se uma análise mais aprofundada sobre o significado histórico da Semana de Arte Moderna.

30 Nos termos de Gramsci (1985), intelectuais orgânicos podem ser definidos como *porta-vozes* de um determinado setor, de um segmento social ou de uma determinada ideologia. Assim, os intelectuais que se debruçaram para dar forma à Nação Brasil podem ser identificados como intelectuais orgânicos.

maiúsculo, indicando uma perspectiva totalizante, enfatizando as dimensões nacionais e minimizando, ou mesmo omitindo, os muitos conflitos regionais que marcaram o Brasil Império, exaltando então o Brasil “*como um país do futuro*”.

Evidencia-se, outrossim, que as condições e as características do estabelecimento da República no Brasil deram margem a um tipo de fazer historiográfico “conciliatório”, que buscava harmonizar passado e presente, e exaltar aspectos como as dimensões territoriais do Brasil, permitindo a difusão e a massificação do mito bandeirante como agente de um suposto sentimento patriótico.

Essas narrativas tornaram-se uma (re)apresentação, capaz de construir uma realidade histórica determinada, e valendo-se dessa realidade historicamente construída, os referenciais de pertencimento e identidade foram se moldando e ligando passado e presente, República e Nação.

3.2 A construção da fronteira num território vagamente definido...

Fronteira. Para pensar as dimensões dessa palavra é importante situá-la no tempo, pois, num relance, seu caráter polissêmico dá margem a interpretações sob óticas absolutamente díspares, em função do olhar e da leitura à qual a palavra é submetida. Ao mesmo tempo, o termo fronteira transcende e agrega concepções de espaço, conquista, cultura, simbologia, enfim, uma multiplicidade de significados estão relacionados ao termo fronteira.

A análise da palavra fronteira, neste trabalho, está ligada à geografia, num aspecto mais simbólico do que propriamente físico, não só pelo fato de nos remeter à noção e ao reconhecimento do espaço, mas porque as dimensões geográficas passam a ser e a ter, a partir da modernidade, importância e influência na compreensão do significado de Estado-Nação. Essa ligação se deve ao fato de que, ao longo da Idade Moderna, os contornos geográficos da Europa Ocidental estavam se redefinindo em função do surgimento do Estado e, embora a geografia não se colocasse como algo definitivo, ela passou a servir de parâmetro para se estabelecer o limite entre

os Estados. Nesse novo contexto, a fronteira teve uma função vital: estabelecer limites. Esses limites indicavam as dimensões físicas dessas unidades autônomas denominadas estados e, teoricamente, indicavam também suas especificidades culturais, econômicas e políticas.

Posteriormente, se ainda olharmos para o Ocidente no período Moderno, a fronteira poderia significar também o limite entre o conhecido e o desconhecido, ou o espaço a ser conquistado com o objetivo de servir de fonte para o abastecimento do mercado europeu, ou ainda, significar um campo para expansão do cristianismo; poderia, enfim, significar o aumento dos lucros para a burguesia mercantil em ascensão naquele período.

Ao longo dos séculos XV e XVI, espanhóis e portugueses, impulsionados pela necessidade de encontrar alternativas para o comércio marítimo, avançaram para além das rotas de navegação conhecidas e chegaram à América. Naquele momento, para o europeu, um novo paradigma de geografia começava a se esboçar.

Esse deslindar de fronteiras, a superação dos limites do mundo conhecido, ou a construção de novas fronteiras, foi ainda motivo de inspiração para narrativas consagradas, como por exemplo, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, que imortalizou a expansão portuguesa em seu épico; não esquecendo de Fernando Pessoa que, em seus versos, no poema *Mar Português*, escreveu romanticamente a respeito das conquistas lusitanas. Sob a ótica dos poetas, portanto, verificamos perspectivas diferenciadas de um mesmo objeto: a fronteira.

A história da ocupação da América pelos europeus está diretamente relacionada às certezas e incertezas que envolviam a fronteira entre o conhecido e o desconhecido, além de todo um emaranhado de interesses econômicos, políticos e religiosos verificados durante a Modernidade na Europa.

Os exemplos sobre o emprego do vocábulo *fronteira* multiplicam-se e são constantemente alvo de pesquisas, que especificam o seu uso e as muitas interpretações que se encerram em torno dessa palavra.

No que diz respeito à construção da geografia do Novo Continente, em 1494, foi firmado um acordo entre Portugal e Espanha estabelecendo a *exata* dimensão de suas posses nas terras

recém descobertas. A partir desse momento histórico, o Tratado de Tordesilhas fixaria os limites territoriais de portugueses e espanhóis, inclusive nas terras americanas. Segundo esse acordo, caberiam a Portugal as terras situadas a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde:

O referido meridiano passava sobre o Iguape, atual Estado de São Paulo. Ao sul, o limite era o Rio da Prata; a leste, o Oceano Atlântico, e a oeste a Província de Tucuman, atualmente pertencente à Argentina. Outro limite era a cidade de **Santa Cruz de la Sierra**, elevada à província e desmembrada do Paraguai pelo Marquês de Cañete (1560). (SOUZA, 2004, p.44. Grifos do autor).

Essa referência, ao mesmo tempo exata e fluída, em momento algum significou impedimento para que portugueses e espanhóis circulassem de um lado para o outro da linha de Tordesilhas. Assim, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, tanto luso-brasileiros, quanto hispano-americanos, percorreram o interior do continente em busca de metais preciosos e índios, mas, sobretudo, a procura de uma maneira de esquadriñar sua sobrevivência, principalmente na região da Bacia Platina, enquanto o *sonho dourado* não se concretizava.

Entretanto, ao ser tomada como objeto de estudo pela historiografia tradicional, no início do século passado, esse processo histórico de delimitação de fronteiras também passou a ter uma conotação simbólica, tendo em vista que relaciona as dimensões físicas do Brasil a uma *Nação* grandiosa e promissora. Nesse sentido, estudar a formação da fronteira pela obra de Virgílio Corrêa Filho é verificar de que maneira *sua régua e compasso* são utilizados para dar as *dimensões* do passado mato-grossense.

3.3 O mito bandeirante na historiografia paulista e mato-grossense: imagens semelhantes, objetivos diferentes.

O processo de construção imagética do bandeirante, pela historiografia paulista, segundo escreve Kátia Abud (1985), apresenta-se em dois momentos distintos, que se complementam, ao emoldurarem o mito bandeirante: o primeiro deles, com Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, no século XVIII, e o

segundo com Alcântara Machado, Alfredo Ellis Júnior e Afonso Taunay, no século XX.

Dos relatos e descrições das bandeiras paulistas, surge, então, o mito bandeirante. A tipificação do bandeirante aparece, tanto na historiografia paulista, quanto na historiografia mato-grossense. A história mitificada serviu, em boa medida, para legitimar construções sociais e políticas, servindo de substrato histórico ao contexto específico de paulistas e mato-grossenses, verificados, sobretudo, durante o período da chamada Primeira República.

A primeira interpretação surgiu no século XVIII, com as narrativas de Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, ambos oriundos de um mesmo segmento social, (antigos proprietários de terra) naquele momento relegado a um segundo plano. Conforme analisa a historiadora, “foram ambos os consolidadores de uma História Colonial de São Paulo, centralizada no movimento bandeirista”³¹ (ABUD, 1985, p. 67). Do trabalho de Frei Gaspar da Madre de Deus destacam-se as obras: *Memória para a História da Capitania de São Vicente*, de 1797, e de Pedro Taques, *Nobiliarquia e a Informação sobre as Minas de São Paulo* (sem a data dos originais).

Essa primeira interpretação do movimento bandeirista ocorreu na fase decadente das minas, em 1763; desde então, muitos dos portugueses que haviam imigrado para o Brasil em razão da mineração mudaram-se para São Paulo e ali passaram a viver do comércio, sendo que muitos deles amealharam fortuna e passaram a ocupar cargos importantes.

As instituições, como a Câmara de Vereança, por exemplo, na segunda metade do século XVIII, passaram a ser ocupadas em sua maior parte por portugueses de origem obscura, que procuravam São Paulo para a atividade de mercancia [...].

Os antigos proprietários de terras, descendentes dos sertanistas, passaram a ocupar um lugar secundário na sociedade, a partir do momento em que o comércio passou a ter importância na economia da cidade. Passaram também a perceber que os cargos e funções que tinham como privilégio

31 A respeito dos escritores que contribuíram para a construção do mito bandeirante, Kátia Abud escreve, ainda, que “escritores e eruditos de outras regiões também participaram da elaboração da imagem bandeirista no século XVIII, colaborando mais como eco dos historiadores paulistas, procurando, porém, fazer a história de sua região” (ABUD, 1985, p. 99), e faz referência ao trabalho de J. Barbosa de Sá. Cabe notar que os relatos deste cronista foram muito utilizados como fonte por Virgílio Corrêa Filho.

e seu próprio poder ia sendo contestado, de forma imperceptível, pelos recém-chegados comerciantes portugueses.

Nesse momento histórico, surgiram as obras de dois historiadores paulistas: Pedro Taques de Almeida e Gaspar Teixeira de Azevedo, o conhecido Frei Gaspar da Madre de Deus. (ABUD, 1985, p. 65/67)

Naquele contexto, tanto Pedro Taques quanto Frei Gaspar buscaram *resgatar* do passado a imagem dos paulistas. Desse modo, a ação do bandeirante, elemento típico do passado do povo de São Paulo, adquire contornos heróicos. Em suas obras, as entradas dos bandeirantes pelo sertão são representadas como sinônimo de coragem, arrojo e valentia do povo paulista, e a eles também são creditados os méritos pela expansão territorial brasileira.

Pedro Taques e Frei Gaspar, cada um a seu modo, procuram identificar nesses sujeitos históricos do século XVIII, a ascendência bandeirante e, nesse contexto social, incluem-se os próprios Pedro Taques e Frei Gaspar como forma de resgatar o prestígio dos paulistas ante o português que ameaçava seu espaço político, naquele momento.

Ao traçar a imagem do habitante de São Paulo, os historiadores do século XVIII respondiam a um problema que lhes era colocado pela realidade em que viviam, e sua resposta foi; não o esboço, mas o traçado firme da figura do sertanista, sobre o qual poderiam recair as qualidades exigidas para alguém ser, naquela época considerada nobre. A figura foi traçada em oposição aos portugueses recém-chegados, que como membros da plebe e da burguesia em Portugal, não tinham ainda podido construir o pedestal onde apoiar sua pretensão de elevação no quadro social, a não ser pelo acúmulo de fortuna. (ABUD, 1985, p. 98).

Ao longo de todo o século XIX, porém, as narrativas sobre as bandeirantes não tiveram, na historiografia paulista, o destaque obtido nos tempos de Frei Gaspar e de Pedro Taques,

A imagem do bandeirante, tal como fora construída por Pedro Taques e Frei Gaspar permaneceu coberta por uma bruma, se não de esquecimento, pelo menos de omissão. O bandeirante, nobre ou mameluco – mas sempre grandioso, jazia à espera que o contexto histórico novamente o chamasse, em defesa de valores, trazidos no bojo daquele contexto. (ABUD, 1985, p.110).

Nesse período, a história das bandeiras cedeu lugar às grandes interpretações sobre a história do Brasil, que teve em Varnhagem, R. Southey e em Capistrano de Abreu, alguns exemplos de grande expressão. Nesse contexto, a história das bandeiras foi apenas um capítulo dentro de uma história maior que envolvia todo o Brasil.

Entretanto, um novo momento de exaltação dos feitos do passado bandeirante surgiu após a Proclamação da República, momento em que a elite política de São Paulo, enriquecida pela atividade cafeeira, buscava maior representatividade política no cenário nacional. Naquele momento, já nas primeiras décadas do século XX, a história das bandeiras e dos bandeirantes ressurgiu com força, a partir da historiografia paulista e, sobretudo dos trabalhos de Pedro Taques e de Frei Gaspar da Madre de Deus.

Esse novo momento de culto ao passado bandeirante deriva, principalmente, da ascensão da economia cafeeira. Ao longo do século XIX, a economia brasileira passou a gravitar em torno das lavouras cafeeiras. A cultura inicialmente implementada no vale do rio Paraíba, Rio de Janeiro, aos poucos, em razão do mau uso do solo, foi sendo introduzida em terras paulistas. Com isso, gradativamente, São Paulo passou a ganhar destaque no cenário nacional. Com o advento da República, as condições econômicas levaram os paulistas a pleitear espaço político na esfera do governo federal, sob a alegação de que cabia a eles a maior parte dos impostos pagos.

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que será sentido à unidade nacional. (ABUD, 1985, p.132).

Os historiadores mais expressivos desse período são: Alcântara Machado, Alfredo Ellis Júnior e Afonso Taunay³². Todos esses escritores estiveram, direta ou diretamente, ligados às camadas dirigentes da elite paulista e produziram trabalhos que buscava consolidar a imagem do bandeirante construída anteriormente por Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus.

32 Entre as obras que dão nova vida à imagem heróica do bandeirante destacam-se: de Alfredo Ellis Júnior – Pedro Taques e seu Tempo (1922), Raça de Gigantes (1926); de Afonso E. Taunay - História Geral das Bandeiras Paulistas (1924); de Alcântara Machado – Vida e Morte do Bandeirante (1929).

Embora em momentos históricos distintos, Alfredo Ellis Júnior, Alcântara Machado e Afonso E. Taunay, assim como Frei Gaspar e Pedro Taques, buscaram a partir do substrato histórico verificado no período colonial com a história das bandeiras, legitimar a posição que São Paulo pretendia ocupar perante aos demais estados brasileiros, no início do século passado. Naquele contexto, a representação do período colonial, com base nas obras Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, contribuiu para que Alfredo Ellis Junior, Alcântara Machado e Afonso E. Taunay corroborassem, por meio de uma construção histórica, a sustentação ao pleito político da elite paulista no cenário republicano.

Em Mato Grosso, a elaboração historiográfica que deu formas específicas ao passado ocorreu também durante a Primeira República. Em âmbito local, como já foi mencionado ao longo deste estudo, coube aos intelectuais vinculados ao IHGMT lapidar a imagem do passado mato-grossense:

Nos quadros do Instituto Histórico mato-grossense, fundado em 1919, é ainda a conquista territorial e a defesa da fronteira contra os espanhóis, na esteira da narrativa fundadora do IHGB, que vão produzir os heróis e grandes personagens da história regional, tidos como herdeiros das qualidades atávicas dos bandeirantes paulistas e, ao mesmo tempo, portadores dos valores da civilização européia trazidos pelos portugueses. (GALETTI, 2000, p.80).

Dessa forma, o bandeirante passa a ser representado pelos intelectuais regionais como o precursor do mato-grossense que, à custa de sua *bravura*, *modelaram* a sociedade local. Para Corrêa Filho, os bandeirantes caracterizavam-se como um “povo audaz e forte, que rompendo os sertões bravios, iniciou a colonização de Mato Grosso” (CORRÊA FILHO (A), 1922, p. 105).

Assim, sob a aura de “heróis camonianos”, Corrêa Filho qualifica os bandeirantes com toda uma carga simbólica, identificando-os como *desbravadores*, *homens audazes*, *capazes de desafiar os perigos impostos pelo sertão bravio*, enfim, homens que tiveram a competência de enfrentar todas as dificuldades de seu tempo para “cumprir uma missão”: distender os limites do território nacional.

Toda essa carga simbólica, impregnada nas representações sobre o início da colonização de Cuiabá e Mato Grosso, é transportada para os monumentos, símbolos e festividades cívicas do estado. De maneira que, por meio dessas manifestações e da forma como o passado local era ensinado nas instituições escolares e disseminado nos demais segmentos sociais, essa imagem determinada do passado passou a fazer parte das estruturas do imaginário coletivo.

Tais representações foram sobremaneira reforçadas pelas festividades comemorativas do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Porém, antes desse evento, já havia um trabalho de difusão desse passado idealizado pela intelectualidade mato-grossense; exemplo disso são as obras de significativa circulação e importância como o “*Quadro Corográfico*” (1906), de Estevão de Mendonça, e o *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914), mencionados anteriormente.

Assim, percebo que esse processo de construção identitária em Mato Grosso é um pouco anterior a Corrêa Filho e, de acordo com Zorzato, a cristalização dessa identidade forjada, sobretudo ao longo da Primeira República, consolida-se por volta dos anos cinquenta, momento em que, segundo esse autor, chega ao fim o processo de construção da identidade local. (ZORZATO, 1998).

A escrita de Corrêa Filho contribuiu para reforçar esse aspecto de *grandiosidade* da ação bandeirante. Ao qualificar as entradas como uma *empreitada épica* ou *missão histórica*, o escritor modifica as feições do bandeirante, que deixa de ser um preador de índios para tornar-se o civilizador do sertão. Dessa maneira, termina por se configurar no embrião *ideal* de uma sociedade que se firmou *isolada* das demais, como afirma o escritor mato-grossense.

Essa personificação acaba respaldando e coroando as ações dos chamados defensores fronteiriços, aos quais teria sido delegada a incumbência de garantir os territórios recém conquistados aos luso-brasileiros. Os defensores fronteiriços aparecem, explicitamente, como sucessores dos bandeirantes e assim acabam corroborando *realmente* o sentido de missão à atuação dos bandeirantes.

Esse sertão a ser civilizado, ao qual se refere Corrêa Filho, teve seu sentido semântico analisado por Lylia Galetti em sua tese intitulada *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso* (2000). Nela, a autora discute

os muitos significados da palavra sertão e como essa expressão era percebida nos muitos relatos do período colonial. Para a historiadora, esse sertão foi, durante todo o período colonial, percebido e representado como deserto e desconhecido, o oposto ao litoral,

....contraposição entre o que é construído, cultivado e habitado (cidade, castelo, aldeia...) e o que é propriamente selvagem [...], e ainda, entre o universo dos homens que vivem em comunidade e o universo da solidão. (LE GOFF, 1983, p. 37, *apud* GALETTI, 2000, p. 39).

Dessa maneira, o bandeirante era sinônimo de civilidade, contraponto ao universo do sertão e do índio, portador de valores ligados ao universo cultural de um mundo externo representado não só pelo litoral, mas também pela cultura européia, seu universo original. Assim, a ocupação do território mato-grossense figura também como expansão da civilização ante a barbárie.

Tais características estão impregnadas na escrita dos intelectuais vinculados aos Institutos Históricos no início do século passado. Assim sendo, os bandeirantes e seus sucessores – os defensores fronteiriços – aparecem, em Corrêa Filho, como agentes civilizadores e precursores do sentimento nacionalista.

Contudo, para compreender o significado da figura do bandeirante na escrita dos intelectuais mato-grossenses, de um modo geral, e de Corrêa Filho em particular, não se pode deixar de relembrar o contexto local, discutido no primeiro capítulo, bastante instável do ponto de vista das disputas intra-oligárquicas pelo mando político.

É, portanto, nesse cenário de constante instabilidade que os trabalhos dos intelectuais vinculados ao IHGMT serviam para impor ao presente a *pujança* do passado. Esse passado, por sua vez, repleto de exemplos *dignificantes*, atuava como contraponto àqueles tempos conflituosos.

A figura do bandeirante não aparece de maneira isolada em uma obra específica de Corrêa Filho. O passado bandeirante aparece diluído em livros e artigos, geralmente ligados à expansão fronteiriça e ao descobrimento do ouro em Cuiabá. Em determinados momentos, o bandeirante é celebrado como responsável direto pelo processo histórico de configuração dos limites de Mato Grosso.

Intenção ou mera coincidência? Construção deliberada ou conveniência elaborativa? As respostas a essas perguntas escaparam a minha capacidade investigativa. O fato é que *As Raias de Mato Grosso (1925/1926)* corresponde à primeira representação elaborada por um historiador local, sobre a conquista e a incorporação do território mato-grossense aos domínios de Portugal. De modo que, neste capítulo, têm destaque central, sobretudo os volumes III e IV³³, pois nessa série Virgílio Corrêa Filho historia o processo secular de estabelecimento dos limites territoriais mato-grossenses.

O autor trata, no volume III, da história da construção da fronteira mato-grossense, iniciando sua narrativa pela presença espanhola na região. De início, o autor evidencia especialmente o bandeirante. Embora Corrêa Filho não tenha escrito nenhum livro específico sobre o banderismo, e a história das bandeiras apareça diluída em suas obras, nelas, o bandeirante constituiu-se como um dos agentes centrais em sua narrativa, responsável, segundo ele, pela grandiosidade do território nacional.

Esse bandeirante, que posteriormente tornou-se a gênese do próprio cuiabano, forneceu assim, segundo Corrêa Filho, o cimento que teria dado a liga formadora do alicerce da sociedade mato-grossense.

Depois de mencionar a presença espanhola na Bacia do rio da Prata, Corrêa Filho se atém à presença dos padres da Companhia de Jesus, que ocorreu num momento seguinte, atribuindo a esses uma pretensão de conquista de todo esse território que, a partir do século XVIII, compreenderia a região da capitania de Mato Grosso, e onde, na época, localizava-se Santiago de Xerez.

O bandeirante passa, assim, a representar também a própria essência do nacionalista, pois mesmo num contexto desfavorável, não se *cansa* de trabalhar em prol dos interesses na Nação. A seguir, o escritor arremata a construção do expansionismo bandeirante, ao mencionar:

Assim foi que, antes de cerrar o século XVII, os paulistas dilataram o território da sua capitania através do Paraná, até o alto do Amambay, nos

33 Nos volumes I e II das Raias de Mato Grosso Virgílio, Corrêa Filho analisa a formação interna dos limites do estado, portanto tais obras serão mencionadas eventualmente.

plainos de Vaccaria, onde estabeleceram ativo centro de operações contra os guaranis.

E quando estes índios, subjugados, despovoaram os aldeamentos próximos, refluindo os sobreviventes em rumo do Sul, ou para o recesso das florestas menos acessíveis, os bandeirantes invessgaram pelo Paraguai, em demanda de outras paragens.

E cativaram os Xaraés, no pantanais do Paraguai, os guatós, nos do São Lourenço, os boróros, no vale do Cuiabá, e escalando o planalto, os parecis, na região tomou o nome. (CORRÊA FILHO (C), Vol III, 1925, p. 52. Grifo meu).

Quanto ao trabalho de elaboração intelectual de Virgílio Corrêa Filho, verifico que a partir da publicação de suas *Raias de Mato Grosso* (1925/1926), obra em que o escritor dedicou-se “[...] ao estudo da ‘**fixação**’ dos limites do estado, além de registrar a memória de seus ‘**homens ilustres**’”. (TRINDADE, 2001, p.196, grifo da autora), parte importante de seus escritos tiveram a função de difundir e cristalizar a imagem desses heróis.

De modo que, para Corrêa Filho, as atuações dessas personagens representam mais que funcionários no desempenho de suas atribuições. Caracterizam-se pelo senso de *patriotismo* e *heroísmo*, uma vez que souberam, acima de tudo, *assegurar os interesses luso-brasileiros* ante às muitas investidas dos espanhóis, durante os períodos colonial e imperial. Tal fato os reveste de uma aura de nobreza, tornando-os *símbolos* do caráter mato-grossense, ligados, particularmente, ao período da mineração e do estabelecimento do “poder metropolitano em Cuiabá”³⁴.

3.3.1 A ação dos bandeirantes sob a ótica virgiliana.

O contexto da expansão dos luso-brasileiros para além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas foi bastante explorado pela historiografia brasileira. Duas vertentes interpretativas distintas se destacaram na abordagem do tema: a historiografia ligada aos Institutos Históricos e àquela ligada a uma escrita mais acadêmica.

No que tange aos Institutos Históricos, ao longo do período estudado, temas como a expansão territorial brasileira e a atuação do bandeirante, interpretados por nomes como Afonso E. Taunay,

34 Alusão à obra de CANAVARRO, Otávio. *O poder Metropolitano em Cuiabá* (1727-1752). Cuiabá: Ed.UFMT, 2004.

Alfredo Ellis Júnior e José de Alcântara Machado, tornaram-se elementos formadores da identidade nacional.

Entre os intelectuais que se dedicaram ao tópico da expansão territorial encontra-se Virgílio Corrêa Filho. Para ele, o processo de ocupação das terras situadas além da linha de Tordesilhas pelos luso-brasileiros foi decorrente “[...] do choque das duas raças expansionistas, que modelaram, à sua feição, o povo sul americano” (CORRÊA FILHO (C), Vol III, 1925, p. 08).

Para o escritor mato-grossense, desde o momento em que chegaram à América, parecia claro o “ideal expansionista” dos colonizadores ibéricos. Nesse sentido, ao mencionar as dúvidas oriundas da linha estabelecida em Tordesilhas, ele escreve:

Como quer que seja, não resta dúvida que, na mais favorável das hipóteses, apenas estreita nesga do atual território matogrossense conservar-se-ia brasileiro, por jazer a leste da divisa geodésica, estabelecida em Tordesilhas, incorporando-se a parte principal, em que se enquadraria toda a bacia hidrográfica paraguaia e guaporeana, à América espanhola.

Em conquistá-lo, porfiaram fortemente os representantes de ambos os reis, trazendo-lhe para os confins das florestas e campinas o aventureiro gênio peninsular, perito assim no velejar por mares desconhecidos, como em devassar os sertões misteriosos, que lhe silenciavam sobre as tragédias martirizantes de que foram protagonistas anônimos. (CORRÊA FILHO (C), 1925, Vol. I p. 12).

Ao abordar o contexto em que os sertanistas andavam pelo interior da América do Sul, o autor credita aos bandeirantes aquilo que ele considera uma “empreitada épica”, a conquista do *desconhecido*, do *misterioso*, no sentido de que, pelas mãos dos paulistas, se pôde garantir à extensão territorial do Brasil. Essa representação do bandeirante também indica o caráter do futuro mato-grossense, que dentre muitas qualidades seria, sobretudo, *destemeroso*, expressão muitas vezes utilizada por Corrêa Filho. Nesse sentido, ele escreve:

Em suas arrancadas épicas, varejavam os sertões desconhecidos; exploravam rios e montes; e foram esbarrar, não raro, no alto dos Andes. Muitos sumiram no anonimato, sem que de seus feitos ficasse registro algum; outros, mais felizes, devem à tradição a glória de serem atualmente lembrados. (CORRÊA FILHO (C), Vol III, 1925, p. 41).

Sua interpretação coloca como um dos objetivos principais das investidas bandeirantes a conquista do sertão aos luso-brasileiros. Assim, a anexação territorial adquire contornos de “missão” a ser cumprida pelo bandeirante, como se pode observar no trecho em que o autor escreve:

Para essa *maravilhosa* região recuaram os jesuítas as suas aldeias indígenas, para as livrar de completa destruição, que ermára a província de Guayra. Julgando-se inteiramente a salvo de novas acometidas, não contavam que lhes viessem ao enalço os *destemerosos* mamelucos de S. Paulo, que iniciaram o ciclo dos bandeirantes.

À medida que se amiudavam as bandeiras, as provas do domínio castelhano em Mato Grosso vão sucessivamente desaparecendo, impugnadas pela *audácia* dos mamelucos. (CORRÊA FILHO (C), Vol I, 1925, p. 14. Grifo meu).

Desse modo, os contornos heróicos do passado mato-grossense, vão se delineando sob a caneta de Corrêa Filho. Utilizando-se dos relatos de cronistas como fonte, o escritor atribuiu aos paulistas a superioridade racial capaz de fazê-los superar as adversidades dos caminhos que os conduziam ao *sertão*, momento em que ele se reporta à narrativa épica de Luis de Camões para comparar o bandeirante aos heróis camonianos que “singraram os mares a fim de distender os domínios portugueses”, de maneira que, além de heróica, a trajetória bandeirante adquire também uma pitada de romantismo. Além disso, o bandeirante de Corrêa Filho deixa de ser apenas apresador de índio e minerador para se transformar no representante dos interesses de Portugal.

Quando se refere ao “caráter patriótico” do bandeirante, o autor escreve:

A política sombria de anexação, si lograra manientar³⁵ Portugal, não lhe conseguira desfibrar os colonos do Brasil, onde se caldeava, ao calor de S. Paulo, a raça forte e indomável dos mamelucos, afeitos à vida rude dos sertões, em luta com elementos de toda a casta. [...]

Si Portugal desaparecera do quadro das nações independentes, o gênio de seu povo se mantinha atrevido *ultra equinotialem*, e impaciente por despicar-se dos agravos sofridos na Europa.

35 De acordo com o dicionário Caldas-Aulete, manientar deriva da palavra maniatar, e significa: subjugar; tirar os meios de resistência ou de reação; constranger, forçar, tolher, tirar a liberdade, etc., fazendo referência certamente ao período da União Ibérica (1580-1640)

Antonio Raposo Tavares – da estirpe dos camoneanos varões assinalados – compendia o espírito da raça, quando ao investir contra as missões de Guairá, intima-lhes, ao respectivos diretores, **vimos expulsar-vos desta região, que é nossa e não do rei de Espanha.** (CORRÊA FILHO (C), Vol III, 1925, p.36. Grifos do autor).

Ao dar destaque à expressão que denota a ação de expulsão dos espanhóis da região de Guaíra, conhecido reduto jesuítico que, por longo período, abasteceu o comércio de índios realizado pelos bandeirantes, Corrêa Filho corrobora a construção da legitimidade da tomada da terra aos espanhóis, tornando o bandeirante o patriota que dá origem, a partir do século XVIII, ao mato-grossense.

Esse mesmo bandeirante descrito por Corrêa Filho revela-se, ainda, *portador de uma semente embrionária de nacionalismo* e a conquista do sertão pode ser entendida como prova dessa natureza. O bandeirante passa, então, a representar, na vertente interpretativa de Corrêa Filho, a própria essência do nacionalista, pois mesmo num contexto desfavorável, como já mencionado, não se *cansa* de trabalhar em prol dos interesses na Nação. A seguir, o escritor arremata a construção do expansionismo bandeirante, ao mencionar:

A princípio, até o penúltimo quartel do século XVI, celebrizam-se, destarte, os exploradores castelhanos, que varejam a região denominada dos Xarayés, de onde alcançam o Guaporé; para o fim, menos dramática, si bem que mais proveitosa, ocorre o povoamento do vale do Aquidauana, tendo Xerez para centro de operações.

No século seguinte, XVII, depois da expansão até o rio Pardo, sofream-lhes o avanço os paulistas, que, a partir de 1632, não consentem na permanência de espanhóis nos campos das Vacarias e suas imediações.

Sobrevém o ciclo épico das bandeiras a que o planalto de Maracajú depara tablado empolgante, para os recontros com os adeversários.

Em incursões atrevidas assenhorearam-se, de passagem, de toda a zona meridional de Mato Grosso, cuja posse o descobrimento do ouro, no Coxipó, consolida em 1719, pelo povoamento duradouro. (CORRÊA FILHO (C), Vol. I, 1925, p. 16/17).

O bandeirante tornou-se então, na escrita virgiliana, o “herói épico” responsável pela grandiosidade da Nação, quando *ao supostamente preocupar-se* em anexar as terras que abrigavam

reduções jesuíticas e assegurou a presença luso-brasileira nesses sítios³⁶.

Corrêa Filho dá a entender que depois de *conquistada* a terra, particularmente depois dos primeiros achados de ouro em 1719, os paulistas, até aquele momento “bravos, guerreiros e destemerosos”, adquirem também uma roupagem de civilizadores do sertão. De modo que, aquele cenário, o sertão, até então um local inóspito, rude e incivilizado, gradativamente vai ganhando contornos de civilidade. Uma vez que as populações indígenas vão recrudescendo frente ao avanço luso-brasileiro e as vilas e fortificações vão surgindo, a missão dos *antigos bandeirantes*, agora *cuiabanos*, vai cumprindo-se.

3.3.2 – O mesmo tema, um outro olhar...

A imagem dos bandeirantes construída por Corrêa Filho corresponde, portanto, às feições de homens destemidos, valentes e com ideais nobres. Sob sua interpretação, a descoberta de ouro em Cuiabá ganha ares de vitória dos paulistas por sua luta incansável em defesa dos interesses luso-brasileiros. Abre, ainda, “a primeira página” da história dos mato-grossenses.

Dessa maneira, entender o contexto de atuação das bandeiras sob outra ótica auxilia no estabelecimento de um contraponto entre a imagem construída por Corrêa Filho quanto ao papel dos sertanistas e suas bandeiras, bem como ajuda na compreensão do significado que a formatação da geografia nacional tem, em momentos distintos, da escrita da história do Brasil.

As leituras de Sérgio Buarque de Holanda (1986), John Manuel Monteiro (1994), Neimar Machado de Souza (2004), Paulo Marcos Esselin (1994), Kátia Abud (1985) e Antonio Celso Ferreira (2002), mais ligadas à academia do que aos Institutos Históricos, apresentam uma outra face em relação à exploração do Oeste.

As interpretações desses historiadores são bastante verossímeis quanto aos *reais* motivos e interesses que impulsionaram esses grupos, espanhóis e portugueses, a explorar, a partir do século XVI,

36 Embora Corrêa Filho se refira a esse caráter expansionista do bandeirante, suas fontes não fazem referência à anexação territorial, tão somente registra a comercialização da mão-de-obra indígena, tomada dos Jesuítas.

o potencial do território que na prática estava sob o domínio de vários povos indígenas. Foi com estes povos que tanto espanhóis quanto portugueses, travaram as primeiras guerras de conquista e, depois, estabeleceram alianças visando o domínio sobre os territórios.

Analisando a presença dos espanhóis na área que compreende parte do atual Mato Grosso do Sul, Holanda (1986), Esselin (1994) e Souza (2004) constroem suas narrativas com base em fontes que dão conta da presença de europeus no sul da América do Sul, a partir do início do século XVI. Muitas dessas fontes são as mesmas utilizadas por Corrêa Filho, entretanto, influenciados por outras correntes interpretativas e imbuídos de objetivos distintos aos do escritor mato-grossense, esses autores apresentam outra face do mesmo tema abordado por Corrêa Filho.

Para Esselin (1994), a presença espanhola no estuário do rio da Prata é consequência da expedição de Juan Dias de Solis, enviado espanhol que, à procura de um caminho até as Índias através do ocidente, teria chegado ao estuário do rio da Prata, no ano de 1516. Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, apresenta argumentação bastante complexa que explica a conjuntura política e econômica das nações ibéricas no contexto da expansão ultramarina, bem como as posturas adotadas por ambas as Coroas com relação às terras localizadas no sul da América do Sul. Embora seguindo caminhos diversos, esses trabalhos apresentam alguns pontos significativos e que merecem ser evidenciados.

Segundo Esselin, no retorno à metrópole, uma das embarcações da expedição de Solis teria naufragado próximo à região que compreende o atual litoral de Santa Catarina. Entre os naufragos estaria o português Aleixo Garcia,³⁷ que estabeleceu contato com os índios da região. Esses índios teriam fornecido aos remanescentes da expedição informações a respeito de um local abundante em metais preciosos, chamado Paytiti, o que teria motivado Aleixo Garcia a liderar “uma caminhada desde a ilha de Santa Catarina até os contrafortes andinos” (ESSELIN, 1994, p.20).

A partir de então, novas expedições espanholas teriam sido organizadas, tendo como referência o estuário do Rio da Prata,

37 Contrariando a afirmativa de Esselin, Sérgio Buarque afirma que a aventura de Garcia não teria chegado ao Velho Mundo antes de 1530. Entretanto, menciona uma obra intitulada *Farsa dos Almocreves*, escrita em 1526, que já fazia alusão aos tesouros da América.

com intuito de localizar e explorar veios de metais preciosos. Nesse processo, nem sempre o contato com as populações indígenas fora amistoso, uma vez que, passado o contato inicial, houve sempre por parte do europeu a tentativa de submeter e subjugar as populações nativas.

Alguns anos depois dessa primeira expedição e das tentativas de Sebastião Caboto (1526), chegariam ao estuário do Prata, em 1536, Pedro de Mendoza, Juan Ayolas e Domingos Martinez Irala que, a serviço dos reis de Castela, tentaram encontrar a lendária montanha de Prata. Depois de algum tempo, esses *adelantados*, como eram chamados os líderes das expedições espanholas, chegariam à constatação de que o local que eles estavam procurando, correspondia, na verdade, às minas de Prata de Potosi, que já estavam sendo exploradas por outros espanhóis desde 1545.

Mesmo feita tal constatação, a busca por metais preciosos não cessou. Daí em diante, os espanhóis procuraram estabelecer núcleos de povoação, entre os quais destaco o de Assunção, que funcionou como uma espécie de base irradiadora, de onde passaram a fazer alianças com as populações nativas e a se utilizarem da mão-de-obra indígena para cultivar a terra e para percorrer o interior da América do Sul, ainda motivados a encontrar um outro El`Dourado.

No Paraguai, essa aliança cario-espanhola foi responsável pela sobrevivência e expansão geográfica da colonização. Os indígenas serviram de línguas, guias, soldados e escravos, além de sua organização social ter propiciado uma base econômica que o levasse às opulências lendárias.³⁸ (ESSELIN, 1994, p.29).

Na busca pelas “opulências metalíferas”, os espanhóis fundaram, em 1580, próximo ao Rio Paraná, o núcleo denominado Santiago de Xerez, região do atual Mato Grosso do Sul. De acordo com Esselin (1994), os documentos disponíveis apontam que esse povoado seria o primeiro estabelecimento não índio na região, que, anos mais tarde, a partir de 1630, teria sido tomado de assalto por populações indígenas e submetido a constantes ameaças impostas pelos portugueses de São Paulo.

38 O autor afirma, no entanto, que embora harmônica na aparência e num primeiro momento, a relação dos espanhóis com os índios Cários revelou-se de opressão e submissão dos europeus para com os naturais.

Santiago de Xerez foi o resultado da busca de um caminho para o Peru. As ligações comprovadas desse território com os Andes, através de diversas expedições, foram decisivas para o seu estabelecimento. Ficava a apenas quatrocentas léguas de Potosi e, apesar das dificuldades de acesso, animava aos colonos a possibilidade de contato com as regiões produtoras de metais. Sua fundação constituiu um ato de desobediência civil, já que os espanhóis estavam proibidos de estabelecer comunicação e comércio entre as áreas coloniais. (ESSELIN, 1994, p.47).

Esselin (1994) defende a idéia de uma estratégia de ocupação deliberada. O que se verifica, grosso modo, é que a ocupação do território que compreende o cone sul da América, por parte dos espanhóis, não se deu a partir de uma sistemática bem definida, mas sim em função das necessidades que se apresentavam à medida que as expectativas de encontrar metais preciosos não se concretizavam.

Para Sérgio Buarque, a edificação da cidade de Santiago de Xerez seria importante como ponto de comunicação entre os diversos núcleos de povoamento espanhóis naquela área, denominada pelos espanhóis de Itatim.

No plano teria lugar, por força, a cidade e província de Xerez, que ficava na encruzilhada dos vários caminhos: distava cerca de 130 léguas de Santa Cruz e 70, aproximadamente, de Vila Rica do Espírito Santo, a meio caminho, esta, da costa do mar. (HOLANDA, 1986, p.132).

Esse autor afirma ainda, que, em razão das condições miseráveis de subsistência, Xerez não teria resistido muito tempo, mesmo não tendo sido atacada pelos bandeirantes.

Ainda com relação à presença espanhola no sul da América do Sul, as dificuldades em manter o núcleo de ocupação paraguaio impeliram a Coroa Espanhola à busca de uma aliança com os padres Jesuítas a fim de facilitar, usando da catequese, sua presença na região do Paraguai. Conforme Souza:

O Paraguai compreendia os territórios das antigas províncias do Guairá, Tape, Uruguai e Itatim [onde se localizava Santiago de Xerez], além das regiões do Chaco e do Rio da Prata, sendo assim, a sua jurisdição incluía os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sul de Mato Grosso (Itatim), subindo até a bacia do Amazonas e incluindo

o Uruguai e a Argentina, excetuando-se a região de Tucumã. (SOUZA, 2004, p. 44).

A aliança entre a Coroa Espanhola e os Jesuítas se impõe perante as agruras enfrentadas por essas frentes de ocupação espanhola, no que diz respeito à fixação, à subsistência econômica e à convivência com as populações indígenas.

Em fins do século XVI, aproximadamente no ano de 1593, chegavam ao Paraguai os primeiros Jesuítas a fim de organizar formas de sistematizar a catequese indígena, e assim tornar mais fácil sua subordinação aos europeus. No entanto, a falta de entrosamento entre os inicianos e os colonos constituía-se, desde o início, um grave problema para as autoridades metropolitanas.

A querela entre os Jesuítas e os hispano-americanos girava, entre outros motivos, em torno da ascensão que os primeiros exerciam sobre as populações indígenas reduzidas nas missões, mediando aos colonos a mão-de-obra necessária às suas atividades nos povoados. Os hispano-americanos logo passaram a acusar os jesuítas de contrabandear erva-mate.

Nas missões jesuíticas, se desenvolveu um verdadeiro império da erva-mate com que os ervateiros espanhóis não conseguiram concorrer. [...] As autoridades coloniais, após, 1620, baixaram uma “ordenança” proibindo os jesuítas de exportarem quantidade superior a 12.000 arrobas anuais; tal situação gerou um contrabando (comércio ilícito), pois, especialmente no Paraguai, a erva determinava inclusive o câmbio e capitalizava as reduções. (SOUZA, 2004, p.39)

Já no que se refere a Portugal, Buarque de Holanda afirma que a Metrópole Lusitana não recebeu passivamente as notícias dos achados metalíferos dados pela irmã e rival Espanha. Pelo contrário; o autor aponta, entre uma série de questões que envolviam o comércio de especiarias no oriente, na época ameaçado pela concorrência dos venezianos e do alto custo que o comércio apresentava naquela conjuntura, que a decisão de enviar um governador-geral ao Brasil teria sido motivada, também, mediante a perspectiva de se encontrar metais preciosos.

A presença dos jesuítas, entretanto, não afastou os bandeirantes do sertão. As reduções jesuíticas, ao contrário, passaram a ser alvo

costumeiro dos paulistas. Os padres, por sua vez, deixaram relatos que apresentam o lado mais feroz da atividade de preação dos indígenas. Na transcrição que se segue, retirada da obra de Capistrano de Abreu, Kátia Abud mostra porque os bandeirantes eram tão temidos pelos Jesuítas:

“No dia de São Francisco Xavier (3 de dezembro de 1637), estando celebrando a festa com missa e sermão, cento e quarenta paulistas com cento e cinquenta tupis, todos muitos bem armados de escopetas, vestidos e escupis, que são ao modo de dalmáticas estofadas de algodão, com que vestido o soldado dos pés à cabeça peleja seguro das setas, a som de caixa, bandeira tendida e ordem militar, entraram pelo povoado e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes. Pelejaram seis horas, desde às oito da manhã até às duas da tarde.

Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, onde se acolheram a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair.

Abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas machetes e alfanjes lhes derrubaram cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas atravessavam corpos. Provavam aços de seus alfanjes em ranchar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros. (ABREU, 1982, p. 116 *apud* ABUD, 1985, p. 31).

Para os jesuítas espanhóis:

A passagem dos paulistas deixou no seu rastro uma lenda de ferocidade e selvageria, que foi particularmente alimentada pelos padres, que como vítimas desses ataques, deixaram uma bibliografia relativamente farta”³⁹. (ABUD, 1985, p. 90).

Nesse sentido, verifica-se que as tintas com as quais os jesuítas pintam a imagem do bandeirante parecem bastante distintas daquelas apresentas por Virgílio Corrêa Filho. A necessidade de cativar o indígena e fazer dele mão-de-obra negociada para abastecer as

39 A historiadora refere-se às obras: *Conquista Espiritual hecha por los religiosos de la Compania de Jesus, em las provincias del Paraguai, Paraná, Uruguay y Tape*, editada em 1639, de autoria do Pe. Antonio Ruyz de Montoya; *Historia e Provincia e Paraguai e Societatis Jesu*, de Pe. Nicolau del Techo de 1673; *Insignes Misiones de la Companhia de Jesus do Dr. Francisco Jaques e História do Paraguai*, de Pierre François Xavier de Charlevoix de (1757), como fontes onde são apresentadas as faces mais cruentas dos bandeirantes.

lavouras de São Paulo e do Nordeste mostra a face mais cruel do cotidiano colonial.

No que diz respeito à questão da atividade bandeirante, relacionada pela historiografia oficial e por Corrêa Filho à expansão dos limites territoriais do Brasil, Sérgio Buarque (1986) refuta a hipótese de que os sertanistas adentraram os sertões e ultrapassaram a linha de Tordesilhas com pretensões exclusivamente metalíferas e expansionistas. Desse modo, o autor escreve que “tudo faz supor, entretanto, que essa demanda do metal precioso teve influência moderada, de início quase nula, no ânimo daqueles aventureiros.” (HOLANDA, 1986:27). Mais adiante, corrobora seus argumentos ao escrever:

A cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área de colonização lusitana. (HOLANDA, 1986, p.28).

Quanto à questão de limites entre as colônias portuguesa e espanhola, percebe-se que o ideal expansionista e metalista não era o objeto central das pretensões dos luso-brasileiros de São Paulo e nem a tônica das ações portuguesas, pelo menos ao longo dos séculos XVI e XVII. A busca por metais preciosos constituía-se, na prática, em um pano de fundo para as ações principais que, naquele período, relacionavam-se, principalmente, com a preação de índios e a produção açucareira.

Quanto às questões geográficas, é importante ressaltar que, quando ocorridos os primeiros assaltos empreendidos pelos luso-brasileiros nas reduções do Guairá e de Santiago de Xerez, Portugal estava sob o domínio dos espanhóis, no período da chamada União Ibérica, que durou de 1580 a 1640. Assim, por mais que houvesse algum ressentimento lusitano quanto a sua condição de subjugado, essa situação não endossaria, de modo algum, uma ação de anexação territorial, em última instância por não se poder anexar terras que, naquela ocasião, faziam parte da chamada União Ibérica.

No transcorrer do tempo, não só o referencial geográfico vai se redefinindo, como também as fronteiras culturais que até então separavam portugueses, espanhóis e as populações indígenas. Na

verdade, esse referencial vai se perdendo à custa de trocas desiguais, pois a cultura européia se impôs, entretanto, ao longo do tempo, uma nova geografia cultural e espacial foi se desenhando. Nesse novo cenário, até mesmo as fronteiras do sagrado vão se refazendo, e uma nova representação da fé toma forma nos limites que até então se mantinham, em tese, definidos.

Esse passado colonial que foi sendo contado e interpretado, de maneiras distintas e em momentos também distintos, serviu de base a uma história oficial que dele se apropriou para legitimar questões pertinentes àquele momento, como ocorreu, por exemplo, em São Paulo e em Mato Grosso, onde imagens semelhantes do bandeirante foram construídas, porém com objetivos diferentes.

3. 4 - A fronteira como elemento da identidade mato-grossense.

Até o limiar do século XVIII, observa-se que o sertão constituía-se basicamente como fonte de abastecimento de mão-de-obra para os paulistas. A atividade preatória e a busca por metais preciosos funcionaram, desse modo, como elementos que faziam parte do universo econômico, uma vez que o ideal metalista se constituía como objeto do desejo e da cobiça desses homens. Em busca de satisfazer essas necessidades, a atividade preatória e a procura por metais preciosos constituíram-se agentes impulsionadores das entradas paulistas pelo interior do Brasil, além do limite de Tordesilhas.

No contexto do Brasil Colônia, o interior, ou o chamado *sertão*, era visto pelos portugueses por suas potencialidades econômicas. Essa mentalidade pode ser observada pela forma como os bandeirantes se comportavam em relação às missões Jesuíticas e aos núcleos de povoamento castelhanos, por eles atacados ao longo do século XVII. Os bandeirantes iam até esses locais em busca de índios, mas não se fixavam ali e nem em algum reduto próximo aos núcleos de povoamento espanhóis. A base dos bandeirantes era mesmo a região de São Paulo.

Entretanto, o descobrimento das minas de ouro em Cuiabá, em 1719, marca o início de uma nova etapa nas relações entre portugueses e espanhóis, no que diz respeito à questão de ocupação do espaço

e delimitação de fronteiras. Muitos historiadores, entre eles Corrêa Filho, enfatizam uma mudança de postura com relação à dominação espacial por parte de Portugal. A partir desse dado momento, garantir aquele espaço tornava-se importante tendo em vista que a geografia passaria a preservar recursos valiosos para a Coroa Portuguesa.

A narrativa de Corrêa Filho aborda a disputa pelo espaço entre portugueses e castelhanos como uma disputa geopolítica, no sentido de que o espaço adquire uma conotação estratégica em função das riquezas que a região poderia oferecer, e dos sítios que compreendiam as minas de Cuiabá e Mato Grosso. O autor expressa, ainda, uma *preocupação histórica* com a região que compreendia a bacia do Rio Paraguai. De maneira que a capitania de Mato Grosso passa a ser denominada como “ante-mural” da colônia.

No coordenar as energias étnicas dos seus súditos, que se dispersavam pelos sertões em fora, e opô-las regularmente enfileiradas e dirigidas, feito dique intransponível, à onda castelhana, que experimentava espalhar-se pelo vale guaporeano, a Coroa portuguesa apenas obedecia à premência incoercível dos agentes locais: não havia como contrariá-los sem incorrer em grave cinca.

Predestinada à luta, a capitania remota nasceu da necessidade de eficiente escudo, ante o qual se chofrassem os golpes dos missionários, que os Vice-Reis do Peru incitavam à arremetida. (CORRÊA FILHO (C), 1926 Vol. IV: 33. Grifo meu).

Ao longo de todo o século XVIII e XIX, as disputas pela posse dos territórios que compreendiam entre outras, a região de Mato Grosso, e que foram sendo gradativamente tomadas dos índios, inicialmente pelos espanhóis⁴⁰ e depois pelos portugueses, passaram a ser alvo de uma demanda litigiosa que culminou com a Guerra do Paraguai, em 1864. No século XIX, particularmente no período em que ocorreram os processos de independência das colônias espanholas na América do Sul, o espaço torna-se relevante em função do estabelecimento dos Estados Nacionais⁴¹.

40 Essa afirmativa não significa dizer que os indígenas deixaram de oferecer resistência à presença dos europeus, pelo contrário, as populações nativas resistiram o quanto puderam à dominação européia, conforme se poderá constatar em fragmentos colocados ao longo do texto.

41 No contexto de formação da geografia das nações, o estabelecimento das linhas fronteiriças é vital. No caso do coneshul da América do Sul, o trecho que envolve a navegação do Rio Paraguai tornou-se alvo de cobiça, tanto dos brasileiros, quanto dos paraguaios, uma vez que esse rio era fundamental para o comércio e a comunicação de diversas regiões, entre as quais estava Mato Grosso.

O contexto em que se verifica esse processo de formação da fronteira mato-grossense com os vizinhos de ascendência espanhola – Paraguai e Bolívia – encontra-se no terceiro e no quarto volume da série *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926). Nesses volumes pode-se observar os passos e contra-passos do processo histórico da formação dessa parte da fronteira de Mato Grosso.

Nessa obra, soma-se, à representação feita inicialmente sobre a imagem do bandeirante, uma descrição bastante pormenorizada do que Corrêa Filho chamou de uma “paz armada”, em torno de acontecimentos que envolviam os territórios em litígio. Assim sendo, a história da conquista da fronteira torna-se também uma representação que notabiliza o passado mato-grossense, pois a narrativa constrói simbolicamente uma imagem determinada dessa história. Nesse contexto, os defensores fronteiriços figuram como sucessores dos bandeirantes; a eles compete, portanto, dar continuidade a *missão histórica* de garantir a posse da terra mato-grossense.

Sob essa perspectiva, percebe-se que a narrativa de Corrêa Filho foi construída dando ênfase às estratégias de ocupação do espaço, particularmente àquelas empreendidas pelos capitães gerais luso-brasileiros e pelo corpo de oficiais a eles ligados. Essas estratégias, segundo o historiador, colocadas em prática pelas lideranças (tornadas) mato-grossenses, contribuíram para a construção espacial e cultural da região, utilizando-se da influência do colonizador português. Atrelado a essa narrativa, o escritor constrói também o *panteão* dos heróis regionais, todos eles ligados direta ou indiretamente à defesa fronteiriça.

Iniciando pelo governo de Rolim de Moura, primeiro capitão-general da capitania de Mato Grosso (1751-1765), Corrêa Filho escreve:

Rollim, [...], serviria de condensador da gente disseminada pelos sertões. Para isso, facultavam-lhe as “Instruções” que estabelecesse a nova sede do governo em S. Francisco Xavier, ou em sítio mais propício, e concedesse aos respectivos moradores isenções de impostos por dez anos, privilégios que os livrassem de prisões por dívidas e outros favores.

Levando em mira tal objetivo, explorou em Dezembro de 1751 a circunvizinhança e, por fim, fixou-se no Pouso Alegre [...] à margem direita do Guaporé, onde erigiu a “Vila Bela da Santíssima Trindade”, a 19 de março de 1752. (CORRÊA FILHO (C), Vol IV, 1926, p. 33)

Ao longo da narrativa, o autor relata os esforços do capitão general em manter os castelhanos afastados *do território* mato-grossense e em fiscalizar a demarcação dos limites previstos pelo Tratado de Madri⁴². Relata, além disso, a atitude de Rolim em face ao possível fracasso em efetivar o acordo assinado na Espanha.

Rollim de Moura, ao revez, delibera fortalecer-se com desdobrada energia.

Transforma a Guarda de S. Rosa em forte de N. S. da Conceição, com estacada; improvisa ágil flotinha no rio Guaporé com “pecinhas de artilharia”; requisita as armas existentes em Cuiabá, *e em rasgo de originalidade, afeiçoa ao novo meio os conhecimentos militares que trouxera da Europa. [...]*

E, em honra à forte raça, que se caldeara ao sol dos trópicos, cria o corpo de “Aventureiros”. (CORRÊA FILHO (C), Vol IV, 1926, 47 Grifos meus).

Corrêa Filho refere-se, outrossim, a Luis de Albuquerque que, juntamente com Rolim de Moura, cumpriu, na opinião do autor, importante papel na defesa do território mato-grossense. A eles se reporta como sendo de *finá estirpe* e, ainda escreve que, “ambos trocaram os atrativos da vida lisboeta, onde a fidalguia se dissorava no acompanhar as brejeirices da corte de D. João VI, pela bruteza da aclimatação na terra guaporeana”. (CORRÊA FILHO (C), Vol. IV, 1926, p. 63).

A seguir, acrescenta:

Parelhos nas idéias emularam, qual a qual mais, em praticá-las. *O primeiro foi o iniciador que traçou as fronteiras mais convenientes à Capitania, e defendeu-as contra o invasor, o outro, após luta, consolidou a ocupação, por meio de núcleos coloniais convenientemente distribuídos.* (CORRÊA FILHO (C), Vol. IV, 1926, p. 64. Grifo meu).

Do mesmo modo, ao longo de sua narrativa, Corrêa Filho procura destacar a atuação dos capitães-generais, valorizando suas ações e pintando os castelhanos com tintas de invasores. Nesse sentido, a história acaba se configurando como um altar construído para emoldurar os defensores fronteiriços, seus personagens centrais.

42 O Tratado de Madri, assinado em 1750, foi o primeiro esforço diplomático para pôr fim às questões de limites entre as colônias de Portugal e Espanha na América.

Luis de Albuquerque assumiu o controle da capitania de Mato Grosso em 1772. Sua figura foi uma das mais exaltadas por Corrêa Filho. A seu respeito ele escreve:

Pouco tempo depois de haver tomado a direção da Capitania, L. de Albuquerque teve ciência, por um aviso do seu colega de S. Paulo, de que os “castelhanos foram formar uma Praça na margem oriental do Paraguai junto a donde deságua o rio Aguarey ou Ipané, que guarnecerão com cento e tantos homens e 16 peças de artilharia” [...].

Nada mais era preciso para estimular a ação do atilado Capitão General. Certo, estimou que os vizinhos lhe proporcionassem ensejo de ampliar a colonização pela faixa fronteira, que Rollin de Moura não pôde cogitar, impedido pelo Tratado de 1750.

E fez-se o grande mobilizador da escassa população da Capitania, assim desenvolvendo o seu plano iniciado com a fundação de Insua, no Araguaia[...].

Assim é que surge, em 1775, Coimbra, que deveria, no “Fecho dos Morros”, balizar o extremo sul da capitania⁴³ [...].

No seguinte ano, volvida a atenção para o Guaporé, assenta-lhe, a margem oriental, aos 20 de junho, a pedra fundamental do forte do Príncipe da Beira, destina a substituir, com maior eficiência, o de N. S. da Conceição [...].

Em seguida, inicia-se Albuquerque, em local apropriado, que proporciona o florescimento de Corumbá, e mais a noroeste, na estrada que ligava Cuiabá à Capital, a Vila Maria, hoje S. Luis de Cáceres [...] e, adiante, o estabelecimento de Casalvasco. (CORRÊA FILHO (C), Vol.IV, 1929, p. 69/75).

Ainda durante o governo de Luis de Albuquerque um novo tratado tentou pôr fim ao litígio dos limites entre Portugal e Espanha. Assinado em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso constituiu-se como mais um esforço para colocar fim à questão limítrofe. Entretanto, a falta de consenso quanto aos marcos geográficos entre as comissões portuguesa e espanhola contribuíram para inutilizar o esforço diplomático.

Para a manutenção dos interesses luso-brasileiros, Corrêa Filho menciona também a aliança entre os representantes do governo português, em Mato Grosso, e os índios Guaicurus, que selaram acordo de *perpétua paz e amizade*, em 1791, ainda no governo de

43 Alusão ao erro cometido por Matias Ribeiro da Costa na edificação do Forte Coimbra em 1775. O lugar, entretanto, foi confirmado em 1796 por Ricardo Franco de Almeida Serra como o local ideal para a construção definitiva do forte.

João de Albuquerque. Corrêa Filho escreve que este capitão-general teria compreendido *a necessidade cuidar da defesa do sul de Mato Grosso* “ao captar as simpatias dos guaicurús, e mais que ele, o seu sucessor, Caetano Pinto de Miranda” (CORRÊA FILHO (C), Vol. III, 1925, p.134).

No início do século XIX, como não cessaram os conflitos pela posse dos territórios mato-grossense, Corrêa Filho segue apontando as posturas adotadas pelos “defensores fronteiriços”:

Como intermediário das ordens da metrópole, Caetano Pinto recomendou-lhe (a Ricardo Franco) (que) organizasse plano de defesa da Capitania contra quaisquer possíveis tentativas de invasões castelhanas, e, meses depois, desse o parecer acerca da conveniência de aldear índios em torno dos presídios (CORRÊA FILHO (C), Vol III, 1925, p. 135).

Seguindo a cronologia dos fatos que se sucedem até o fim da Guerra com o Paraguai, e que marcaram o fim das questões de limite entre aquele país e o Brasil, bem como a assinatura do Tratado de Petrópolis, que determinou os limites com a Bolívia, Corrêa Filho aborda, com detalhes, os Tratados de limites que foram uma tentativa de estabelecer as raías entre as colônias ibéricas, mas que nunca chegaram efetivamente a colocar fim a questão. Discorre sobre o Tratado de Madri (1750), e sobre o Tratado de Santo Idelfonso (1777).

Após a independência dos países litigantes, o escritor narra os esforços empreendidos pela diplomacia brasileira junto ao governo paraguaio. Ele procura mostrar sempre uma boa fé e um senso de justiça por parte dos brasileiros e, por diversas vezes refere-se ao princípio do *uti possidetis*, uma espécie de jurisprudência utilizada como fator decisório em questões fundiárias na Idade Média, para defender o direito do Brasil quanto aos territórios em questão.

Toda a ação do governo de Mato Grosso visava apenas manter pela ocupação a herança do regime colonial, da era de Luis de Albuquerque; já nenhum argumento de direito convencional poderia apoiar-se no Tratado de 1777, que soçobrara na guerra de 1801, a não ser o que corroborasse pelas posses [...].

Somente o *uti possidetis* poderia proporcionar base racional de solução às contendas em que renhiam os países americanos, quer entre os que

Para Corrêa Filho, a defesa da fronteira - esse existir no limiar do território do outro, isolado do litoral - no conjunto de sua obra, produz um conjunto de especificidades das quais a história de Mato Grosso é resultado.

No que diz respeito à fronteira, essa indefinição que perpassou os tempos, chegando quase ao limiar do período imperial, favoreceu o surgimento de figuras que ancoraram, mediante sua trajetória, as glórias da conquista desse espaço. Tomando a ação desses *homens ilustres* ou *defensores fronteiriços* é que Corrêa Filho historia a formação dessa parte da fronteira do Brasil com o Império Espanhol.

Para construir esse passado orgulhoso da conquista das terras mato-grossense, uma outra face dessa mesma história, entretanto, é deixada encoberta, numa espécie de dialética do lembrar e esquecer, em que a síntese é: a apresentação de um passado glorioso.

A escrita de uma história da conquista da fronteira, coroada de êxitos, também tornou-se essencial, uma vez que reforçou os elementos identitários e de pertença, contribuindo para afastar os estigmas impostos à sociedade e à política mato-grossense que tanto incomodavam a elite local, sobretudo durante a Primeira República.

Por conseguinte, na escrita virgiliana, a defesa da fronteira tornou-se o cerne, o esteio da própria gênese de Mato Grosso enquanto capitania autônoma. E assim, de acordo com seu olhar, uma história permeada pela ação dos defensores fronteiriços foi se construindo, sempre em função de defender essa extensão do Brasil, seja da *selvageria* das tribos indígenas que resistiam em se submeter às condições impostas pelos luso-brasileiros, seja das supostas pretensões imperialistas castelhanas, colocadas como ameaça à integridade física do Brasil.

Em certo momento, Virgílio chega a antever um conflito envolvendo as duas nações, como no trecho onde ele escreve: “Luis de Albuquerque premeditou valer-se do auxilio, que lhe oferecia a natureza, para garantir a navegação do Paraguai, dali para montante”(CORRÊA FILHO, Vol. III, p. 91), fazendo alusão à construção do Forte Coimbra.

Logo, além de mostrar as estratégias de ocupação de parte a parte e as tentativas de acordo verificadas pelos Tratados, Corrêa Filho, dá destaque a algumas figuras que participaram diretamente da construção do espaço regional, entre os quais figuram Antonio Rolim de Moura, primeiro capitão-general da capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, quarto capitão-general, e Ricardo Franco de Almeida Serra, engenheiro responsável pela construção definitiva do Forte de Coimbra⁴⁴.

Analizando a postura dos historiadores locais, no que se refere à construção da imagem dos defensores fronteiriços, Zorzato escreve:

Em Corrêa Filho, o tema das questões fronteiriças aparece constantemente. Boa parte de sua obra se refere a esta temática. É certo que, como geógrafo e próximo de vários governos, possivelmente, tenha participado das definições da fronteira de Mato Grosso com outros vizinhos. Mas não é esta problemática que me interessa. Refiro-me às constantes evocações de lembrança de disputas passadas, cujos personagens são elevados à condição de símbolos mato-grossenses. (ZORZATO, 1998, p.62).

Essas constantes evocações referidas por Zorzato, não só nas *Raias*, mas posteriormente nas publicações biográficas, vão lapidar o quadro de heróis mato-grossenses, sempre ligados à defesa da fronteira. Esses heróis, representantes da elite colonial e imperial, das quais na elite contemporânea descendia Corrêa Filho (bisneto de Augusto Leverger), enobreciam o passado regional com suas atuações, por isso a constância em evocá-los e transformá-los em símbolos.

Mais do que isso, percebo que a importância dada pelo autor, tanto à fronteira, quanto aos *heróis* ligados à sua conquista e manutenção, relaciona-se ao fato de a fronteira ser o traço mais marcante da sociedade mato-grossense. Toda a história, a partir do descobrimento das minas de Cuiabá, se dá em torno da fronteira, de modo que ao reverenciar essa trajetória histórica, Corrêa Filho estreita os laços entre os indivíduos comuns e o passado que se desejava preservar. De certa forma, aquele passava a ser o passado de Mato Grosso e também dos mato-grossenses.

44 É importante ressaltar que Corrêa Filho, ao longo de sua carreira, biografou e escreveu sobre a vida de várias personagens ligadas à história de Mato Grosso. Contudo, limito-me a analisar, somente, àquelas que considerei mais relevantes para a elaboração deste trabalho.

Assim, ao demonstrar o esforço de Antonio Rolim de Moura em fundar e manter a capital Vila Bela da Santíssima Trindade às margens do Rio Guaporé, um local insalubre e repleto de doenças, bem como ao demonstrar os esforços de Luís de Albuquerque em se manter por tantos anos à frente da capitania de Mato Grosso, a despeito da vida que ele poderia levar na Corte, e com todo o trabalho que ele teve em criar fortes e presídios e estimular a ocupação das partes mais *desertas* da capitania, ao narrar a *bravura* de Ricardo Franco ao defender, com um contingente numericamente inferior ao castelhano, o forte de Coimbra, Corrêa Filho estava fazendo referência ao esforço dos mato-grossenses em defender *sua terra*. Portanto, essas memórias individuais acabam reforçando a memória coletiva e estabelecendo conexões bastante sólidas entre o passado e o presente.

Do mesmo modo que narrava a história da formação das fronteiras, Corrêa Filho também construía os heróis, símbolos da *defesa* da terra mato-grossense. Em vista disso, as *Raias de Mato Grosso* (1925/1926) contribuem não só para a informação, mas para a formação de um referencial identitário regional e nacional, a exemplo de outros trabalhos que marcaram, de modo expressivo, o ufanismo da escrita dos anos 20 do século passado.

Ademais, essas obras - *Mato Grosso* (1922), *Monografias Cuiabanas* (1925) e *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926) – revelam um universo mato-grossense que nasce com base na ação dos bandeirantes, e estes passam a ser cultuados como precursores dos civilizadores dos sertões, tendo como epicentro Cuiabá, lugar de origem da colonização portuguesa na região; o embora não fosse a sede administrativa da capitania, a cidade é destacada como um centro importante. Desse modo, naquele momento, ora sutilmente, ora com bastante veemência, Corrêa Filho deu forma a uma determinada identidade mato-grossense.

A elaboração das *Raias de Mato Grosso* completa um ciclo importante da produção historiográfica virgiliana, talvez a de maior densidade intelectual. A originalidade, a primazia e a autoridade conquistada por Virgílio Corrêa Filho renderam a sua escrita um estatuto de verdade sobre o passado de Mato Grosso. Por isso, sob

sua caneta, num misto de história, memória e tradições inauguradas naquele momento, a história do estado foi lapidada.

Os trabalhos até aqui analisados, *Mato Grosso* (1922), *Monografias Cuiabanas* (1925) e *As Raias de Mato Grosso* (1925/1926), imprimiram uma identidade à região. Essa identidade, além de privilegiar uma elite, deixou bem marcado o lugar dos demais integrantes da sociedade mato-grossense: índios, negros e uma parte dos estrangeiros aparecem como figurantes de um cenário ocupado por heróis privilegiados por um saber e um berço que, originalmente, distinguiam-nos dos demais.

Por fim, esses trabalhos refletem um período de conflitos e, por isso, tornaram-se expressão do tempo em que foram produzidos. Isso porque, durante a Primeira República, o estabelecimento do poder passou também pelo crivo da história, da literatura e das artes.

No que diz respeito à história de Mato Grosso, embora essa instabilidade tenha sido comentada apenas brevemente, nas introduções dos livros, o contexto revela que Corrêa Filho queria imortalizar um passado que, segundo ele, estava sendo ameaçado pelas mudanças que estavam em curso nas primeiras décadas do século passado.

CAPÍTULO IV

A TRINDADE VIRGILIANA:

Considerações sobre a “cristalização” da identidade mato-grossense

Nos primeiros anos do século XX, e mais acentuadamente a partir da fundação do IHGMT, a escrita da história de Mato Grosso tomou forma tendo por base as representações feitas pelos escritores locais. Essa leitura do passado, esboçada por Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho, considerados arautos da história local, acabou estabelecendo os contornos da identidade mato-grossense.

Passado o *frenesi* das comemorações do bicentenário do descobrimento do ouro em Cuiabá(1919), e do centenário da Independência(1922), período de intensa atividade intelectual e cultural em Mato Grosso, os acontecimentos da política mato-grossense deram novo rumo à carreira de Virgílio Corrêa Filho. Isso não significa dizer que sua produção tornou-se menos intensa, pelo contrário, até o fim de 1925, o autor encerrou o que considero como a primeira fase de sua atividade intelectual. Nesse período, incluem-se as obras que foram objeto de análise dos três primeiros capítulos deste estudo.

Em 1926, a vida pessoal de Virgílio Corrêa Filho sofreu uma guinada. Os ventos da política local acabaram levando o escritor para o Rio de Janeiro; deste momento em diante, sua escrita passou a integrar a cultura historiográfica estado-novista e a ideologia nacionalista do governo Vargas.

Essa mudança de rumos na trajetória do escritor está relacionada com os acontecimentos sucedidos em Mato Grosso no ano de 1926, momento em que houve uma cisão no grupo liderado pelo seu sogro, Pedro Celestino. Diante disso, o ano de 1926 caracterizou-se como um divisor de águas na vida pessoal e profissional de Virgílio Corrêa Filho. A data marca o fim do ciclo de uma produção historiográfica

“bastante fecunda”, segundo o próprio Virgílio, e dá início a outro ciclo, a partir de então, no Rio de Janeiro.

Observador atento às muitas transformações ocorridas no cenário político, econômico e social verificadas em Mato Grosso, naquele período, registrou o advento dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a chegada de um contingente considerável de migrantes, o enfraquecimento do monopólio da Cia. Matte Larangeira, etc. Desse modo, perante o cenário político mato-grossense dos primeiros anos da República, marcado por intensas lutas pelo poder do mando local, e pelas mudanças que se anunciavam, Corrêa Filho deixa entrever suas preocupações quanto à manutenção do *status quo* estabelecido com base na “cuiabanidade” mato-grossense. Essas transformações influenciaram, sobremaneira, na percepção da leitura que Corrêa Filho fez do passado. Assim, com a finalidade de resguardar determinados papéis sociais e posições políticas dentro daquele contexto em que suas narrativas foram escritas, o autor fez com que, através da história, esse passado se estabelecesse.

A mudança do escritor mato-grossense para a capital federal não significou uma mudança de sua postura historiográfica, ao contrário, a decisão de partir ocorreu, sobretudo, em decorrência do cenário político desenhado ao final do governo de Pedro Celestino, momento em que a aparente estabilidade na política local revelou a fragilidade e a inconstância nas relações e alianças políticas no estado.

Por isso, ao contrário do que pode se pensar, em termos políticos, o governo do Bispo D. Aquino não significou o fim das disputas internas entre as facções da oligarquia mato-grossense; terminado o governo de D. Aquino, o clima de instabilidade, amenizado durante o governo do religioso, volta a existir na cena política local.

Para agravar a situação, o período do governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922/1926) foi marcado tanto por disputas internas, quanto por disputas no cenário nacional:

O panorama político do estado ainda era marcado pelas disputas entre chefes e “coronéis” quando, nos anos 20, sacudiu o país uma série de levantes de caráter nacional, sobrepondo-se às lutas localizadas, vez que

atingiam o cerce da república oligárquica, cuja hegemonia era exercida por São Paulo e Minas Gerais.(BITTAR, 1999, p.28).

Com o término do mandato de Pedro Celestino, ascendeu ao poder Mário Corrêa da Costa, primo do escritor. Os anos que se seguiram a esta nova etapa política em Mato Grosso foram marcados por uma disputa intra-oligárquica intensa, envolvendo de um lado o grupo de Pedro Celestino, da qual Virgílio Corrêa Filho fazia parte, e de outro, os partidários do então governador Mário Corrêa da Costa e de Antonio Azeredo.

De acordo com Virgílio, pela vontade de seu sogro, e então governador, ele próprio seria o nome indicado para o próximo mandato. No entanto, para atender as demais lideranças mato-grossenses, Pedro Celestino acabou cedendo às pressões, e em razão disso formou-se uma chapa consensual liderada por Mário Corrêa da Costa. Depois de eleito, o novo governador promoveu uma verdadeira *devassa* com relação à gestão anterior, da qual Virgílio ocupava cargo de destaque: Secretário Geral de Governo. Essa desavença tornou-se pública, por meio de um debate político pelos jornais, com réplicas e tréplicas entre os envolvidos.

Para sua autodefesa, bem como para fazer a defesa de Pedro Celestino, Virgílio escreveu a série *Polêmicas*. Segundo uma autora contemporânea:

O que deu início à polêmica derivou-se justamente de alguns desses artigos, em especial o que foi publicado a 22 de agosto de 1926. Neste, ele (Virgílio) criticou tópicos da mensagem presidencial publicada na Gazeta Oficial, a 10 de junho do mesmo ano, que, de acordo com ele, estava “recheada de falsas acusações contra a administração passada” como por exemplo, o legado de um situação financeira “penosa e difícil”. Para ele, a mensagem presidencial constituía um “veemente libelo contra todas as administrações republicanas de Mato Grosso e, particularmente, contra sua antecessora”. (TRINDADE, 2001, p. 100)⁴⁵.

Quanto ao governo de Pedro Celestino, contexto em que se originou a discórdia entre Virgílio Corrêa Filho e Mário Correia,

45 Trindade refere-se às polêmicas como uma forma de publicação bastante usual da época. De fato as polêmicas eram uma prática usual, entretanto, de acordo com Ângela de Castro Gomes, em *História e Historiadores*, (1999) as polêmicas eram correntemente utilizadas para debater conceito e idéias inerentes ao fazer historiográfico. A autora não faz nenhuma referência ao uso das *Polêmicas* como instrumento de debate político-partidário, como o ocorrido em Mato Grosso.

considero que ainda há muita coisa ainda a ser estudada⁴⁶. Entretanto, o fato é que, em sua gestão, a folha de pagamento dos funcionários públicos deixou de ser paga por oito meses consecutivos, episódio registrado pelo próprio Corrêa, na biografia de Pedro Celestino.

Em outra passagem desse mesmo governo, ocasião em que Celestino já se encontrava no Rio de Janeiro exercendo o cargo de senador da república, e de lá enviou uma carta a Virgílio, cobrando explicações sobre a provável aquisição de um caminhão. Essa cobrança surgiu em razão de investigações feitas pelo então governador Mário Corrêa quanto aos possíveis desvios de verbas verificados na gestão de Pedro Celestino. Portanto, são essas e outras questões políticas que acenderam o estopim da *polêmica*.

Todavia, embora não seja meu objeto estudar esta série *Polêmicas*, considero relevantes essas informações apenas para mostrar o quão conturbadas eram as relações de poder no cenário político de Mato Grosso, naquele período.

Em meio àquela situação desgastante e delicada, Corrêa Filho resolveu deixar Mato Grosso. O escritor aponta, em suas memórias, que esse recomeço de vida foi bastante conturbado. Inicialmente, trabalhou na Companhia de Saneamento de Mogi das Cruzes, segundo ele enfrentando sérias dificuldades financeiras, mas, tempos depois, graças à reputação e ao reconhecimento conquistados pelos seus trabalhos como historiador, bem como pelas vinculações com personalidades políticas, Corrêa Filho passou, gradativamente, a integrar instituições oficiais de produção de saber, entre as quais o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB (1931) e o Conselho Nacional de Geografia – CNG (1939), passando, assim, a viver, do trabalho de escritor.

É importante também pontuar que Corrêa Filho, a partir de 1927, passou a escrever semanalmente para o *Jornal do Comércio*⁴⁷. O jornal constituía-se, então, um importante meio de formação da opinião pública.

46 Ao estudar sua biografia, também produzida por Virgílio Corrêa Filho, encontrei uma publicação em que havia várias mensagens da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, nas quais os parlamentares, (intencionalmente ou não) muitos deles até então aliados de Pedro Celestino, denunciavam o que eles próprios chamavam de barbaridades cometidas pela gestão do então governador. No entanto, dado o objetivo do trabalho que apresento, não pude verificar a veracidade de tais manifestações.

47 O Jornal do Comércio circulava diariamente na cidade do Rio de Janeiro.

Atuar em jornais e participar de núcleos menores e mais seletos, como o das revistas, era fundamental, não só porque fazia parte de qualquer estratégia de ascensão intelectual (...) mas também porque os periódicos eram a base da circulação de idéias da época. (GOMES, 1999, p.46).

Assim, a partida de Corrêa Filho para o Rio de Janeiro coloca-o em contato com a elite do pensamento histórico brasileiro da época. Sem perder a característica e o estilo da escrita que marcaram os trabalhos escritos anteriores, o historiador passa a desenvolver trabalhos, objetivando naquele momento, servir aos propósitos do programa cultural do governo Getúlio Vargas.

A partir de então, juntamente com os demais profissionais que integravam essas agremiações, Corrêa Filho passa a dar suporte intelectual à ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945). Contudo, mesmo de longe, o escritor sempre trabalhou no sentido de integrar a história de Mato Grosso à história nacional, seguindo o mesmo modelo de escrita, naquele momento, voltado ao projeto político-ideológico de Vargas.

4.1 O culto ao nacionalismo na Ditadura Vargas.

Durante o período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve uma série de ações com vistas a fortalecer o sentimento de nacionalismo⁴⁸ no Brasil. Os principais órgãos que controlavam tais ações eram o Ministério da Educação e Saúde e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP.

Analisando o editorial da revista *Cultura Política*, (publicada entre os anos de 1941 e 1945 e vinculada ao DIP), Ângela de Castro Gomes afirma que esse “espírito de nacionalidade”, incentivado por todo um conjunto de medidas tomadas pela política cultural de Vargas, “era um construto, ao mesmo tempo buscado e criado por nossa intelectualidade” (GOMES, 1999, p.141). Nesse sentido, naquele período o “espírito de nacionalidade” buscava homogeneizar e despertar uma espécie de consciência nacional. Muito embora a

48 O nacionalismo aqui pode ser entendido como um fenômeno ou uma postura político-cultural, verificada a partir do final do século XIX e início do século XX, que objetivava uma valorização do sentimento de Nação. No Brasil, o nacionalismo pôde ser observado com mais intensidade durante o governo Vargas, com a criação de instrumentos de valorização do Nacional.

análise da autora se restrinja à revista *Cultura Política*, seu trabalho mostra que, durante o chamado Estado-Novo, o passado serviu de inspiração para esse fenômeno do nacionalismo brasileiro, e que Getúlio Vargas apoiou e incentivou esse resgate historiográfico.

Ainda com relação ao olhar dispensado ao passado, naquele período, por parte da intelectualidade brasileira, a autora escreve: “a recuperação do passado histórico passara a integrar também um verdadeiro calendário de comemorações de centenários de acontecimentos, de nascimento ou morte dos mais notáveis vultos e instituições da história do Brasil”. (GOMES, 1999, p. 146).

As medidas adotadas pelo governo compreenderam também outros setores que influenciavam na formação da opinião social. Além dos calendários de festividades, a historiadora aponta uma mudança nas diretrizes educacionais, a partir de 1942, que instituiu a disciplina de História do Brasil, separando-a da História Geral, como se tinha até o momento.

Autorizando o ensino da história do Brasil e ressaltando seu nítido objetivo patriótico, a reforma de 1942 recomendava a formação da consciência dos alunos do curso secundário, através dos acontecimentos e vultos principais de nosso passado. A admiração pela personalidade humana e por seus grandes feitos estava na base da compreensão do sentido de nossa história e da construção das noções de dignidade e responsabilidade cívicas (GOMES, 1999, p.153)

A reforma feita por Gustavo Capanema, entretanto, não aboliu o uso das biografias como referencial para o estudo dos *grandes vultos* e personagens da história. Pelo contrário, houve, na verdade, um estímulo ao uso desse tipo de literatura com o objetivo de formar os valores morais e cívicos valendo-se dos exemplos do passado.

É possível perceber, nesse caso, que esse culto ao nacionalismo fomentado, sobretudo, pelos órgãos oficiais de produção do saber, foi difundido para as mais variadas esferas da sociedade, sem um contraponto que pudesse fazer frente àquele tipo de modelo de interpretação do passado. Naquele momento, ainda não havia um grande debate de idéias entre os chamados intelectuais orgânicos e a academia. Os primeiros frutos dos cursos de ciências humanas da

Universidade de São Paulo – USP, criada em 1934, só tomaram parte desse debate sobre o passado a partir de 1942.

Em meio a esse rol de produções, verificadas na ditadura Vargas, estão as biografias produzidas por Virgílio Corrêa Filho, nas quais o autor buscou exaltar *seus* heróis. Dentre os trabalhos desse gênero produzidos e publicados pelo escritor, três têm um significado especial, visto que, por meio delas, cristaliza-se uma imagem desejada de um passado que tem relação com todo o raciocínio desenvolvido até aqui.

De acordo com o próprio Corrêa Filho, Luis de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino constituem-se a *trindade mato-grossense*. Assim, considero que entender suas respectivas biografias contribui, sobremaneira, para compreender a *identidade* que Corrêa Filho construiu sobre o estado de Mato Grosso.

4.2 Biografias: um reforço à construção da identidade regional e nacional.

Valendo-se do estudo de parte das biografias elaboradas por Virgílio Corrêa Filho, pode-se entender como elas acabaram cristalizando aquela identidade por ele esboçada nos trabalhos analisados até aqui. Esse entendimento leva em consideração a maneira como Halbwachs analisa a ligação entre memória individual e coletiva, onde “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2004, p.55).

Dessa maneira, as narrativas sobre as vidas de Luís de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino corroboram o passado que Virgílio desejou representar sobre Mato Grosso e apresentam as *faces* dadas a ler, sob o olhar⁴⁹ do autor, acerca daqueles que ele julgava serem os pilares da identidade mato-grossense.

Por meio dos três nomes apresentados, considerados pelo escritor como a *trindade mato-grossense*, são descritos, respectivamente, os períodos colonial, imperial e a fase republicana da história local. Mais que sujeitos históricos e pessoas de relevo em seu tempo, Luis de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino

49 Na análise que aqui se pretende fazer sobre a representação feita por Corrêa Filho das biografias de Luís de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino, o que se questiona não é o trabalho ou, os méritos alçados pelos biografados, mas sim a forma como suas vidas foram dadas a ler pelo autor.

são representados e apontados como personagens de destaque que, por suas respectivas trajetórias pessoais e políticas, nobilitaram o passado de Mato Grosso, como o próprio Virgílio escreve:

Entre os governantes que imprimiram aos destinos de Mato Grosso o cunho forte de sua personalidade, estremaram-se três, nobilitadores dos cargos a que foram alçados.

Cada qual em sua época, com características diferenciadas.

No período colonial, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de nome afidalgado, lusitano chumbado ao vale guaporeano, para melhor realizar seu sonho imperialista, é o fronteiro insigne que, na própria alvorada indecisa da Capitania, ameaçada pela constrição raiana, planeja audaz linha estremenha, contrariando, não raro, a própria e tímida Metrópole, que se arreceia dos arranjos expansionistas de seu leal defensor. (...).

Em meio ao Segundo Reinado, agiganta-se Augusto Leverger, o bretão cuiabanizado, que os bons fados enviaram a Província distante, para lhe estudar hidrografia, a história e dignificar-lhe a administração, além de defender contra a investida avassaladora da invasão lopezina, assim merecendo do governo imperial o título de Barão de Melgaço, em recompensa a incomparáveis feitos.

A República modelou de maneira diferente quem lhe personificaria os mais sadios princípios.

Pedro Celestino, certa vez cognominado “o guia dos matogrossenses”, completa o trítico, feito polarizador eficaz das energias coletivas, mobilizadas para engrandecimento de sua terra e dignificação de sua gente. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p.01)

Nesse sentido, somado aos trabalhos anteriores em que:

O passado bandeirante subsidiado ao passado colonial é, portanto, a grande componência dessa identidade, no momento em que os seus pressupostos foram delineados, ou seja, a busca e a consolidação de uma autêntica nacionalidade brasileira. Na obra de Virgílio Corrêa Filho está presente, deste modo, uma identidade mato-grossense caracterizada pela “arrojada bravura” herdada dos bandeirantes e pela memória de um passado glorioso construído para exemplificar o caráter heróico dos desbravadores. Daí, também o interesse dos Institutos Históricos com relação à elaboração das “biografias dos seus homens ilustres”, modelos de virtude para a posteridade. Virgílio Corrêa Filho, como membro do IHGMT e mais tarde do IHGB, estaria, portanto, comprometido com esse processo, ao compartilhar e sustentar, através das suas publicações estas mesmas aspirações. (TRINDADE, 2001, p. 161).

As biografias que serão aqui apontadas e analisadas corroboram esse *constructo* intelectual que dá forma à identidade mato-grossense. Com este tipo de escrita, voltada a privilegiar essas personagens *ilustres* do passado mato-grossense (bandeirantes, pioneiros e defensores fronteiriços), Virgílio Corrêa Filho reforça as representações por ele construídas ao longo do tempo. Assim, a trajetória de vida desses ícones que ele mesmo trouxe a tona, acaba lapidando a identidade de Mato-Grosso. Ao cognominá-los, por exemplo, de “fronteiro insigne”, no caso de Luís de Albuquerque; de “O bretão cuiabanizado”, caso de Augusto Leverger e o de “guia dos mato-grossenses” para Pedro Celestino, ele reforça ainda mais uma expressão de referência social e os laços de pertença entre a sociedade e seus *heróis*.

Esse tipo de escrita, alinhada a uma idéia ufanista que já se apresentava nos anos 1920, segue, todavia, os propósitos do governo de Getúlio Vargas:

“[...] dos anos 20 ao Estado Novo estabelece-se uma dinâmica de aproximações sucessivas que congrega diferentes correntes e autores no ideal comum de modernizar o país mantendo os vínculos com a tradição. No Estado Novo, inúmeros intelectuais se integram ao processo de produção doutrinária e/ou à sua estrutura organizacional” (OLIVEIRA, 1990, p. 197).

Dessa maneira, o olhar aqui dispensado aos personagens históricos que compõem a chamada “trindade virgiliana” se volta mais à construção de suas respectivas imagens e, portanto, à representação, ou seja, fixa-se à forma como tais imagens foram dadas a ler por Corrêa Filho.

A primeira personagem a integrar a “tríade sagrada” de Corrêa Filho é Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres – O fronteiro insigne -, que governou Mato Grosso entre os anos de 1772 e 1789; ao todo foram “16 anos, 11 meses e 07 dias”. Embora não tenha constituído família, e nem criado raízes mais profundas em Mato Grosso, Luis de Albuquerque acabou sendo *adotado* pelos escritores mato-grossenses, parte por sua longa estadia na região, parte pelos trabalhos realizados enquanto capitão-geral, com objetivo de preservar os territórios reivindicados pela Coroa Portuguesa, naquele momento em litígio com os espanhóis.

O contexto histórico do governo de Albuquerque foi o período colonial, época em que se buscava uma solução para a questão de limites. Nesse período, cabia aos governantes das capitanias fronteiriças empreenderem ações que firmassem a presença portuguesa nas mal traçadas linhas que a Coroa reivindicava para si.

Logo, Luís de Albuquerque, apresentado como “o vigilante defensor das raias lusitanas”, teve destaque nas representações elaboradas por Corrêa Filho. O escritor procurou demonstrar e valorizar o trabalho do capitão-general como forma de mostrar ao mesmo tempo o seu patriotismo e o seu apego a Mato Grosso, revestindo-lhe com uma aura de herói, cujas ações na construção da fronteira na Nação, deveriam ser rememoradas como um dos pilares da identidade mato-grossense. Vejamos, na passagem seguinte, as considerações sobre o “fronteiro”:

diligenciava, em particular, a integridade territorial de seu domínio, pelo fortalecimento da faixa fronteiriça, que planeou, liberta de ameaças de invasão (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 245).

Na construção dos referenciais societários, essa caracterização do herói aparece em vários momentos, tanto no que se relaciona com a esfera do sagrado, quanto no que diz respeito ao mundo profano. Assim, no que diz respeito à articulação entre nação e região, o herói cumpre o papel de avivar a memória, preservar o passado e manter uma unidade. Enfim, a ele(s) pertence(m) uma imagem que se quer dar à sociedade. Dessa forma,

a constituição do herói envolve a vitória sobre alguma adversidade, demanda algum sacrifício. Desde a mitologia grega, passando pelo universo da Igreja Católica, com a vida e morte de Cristo e dos santos, até os dias de hoje, os heróis e seus feitos oferecem exemplos, conforto e esperança aos comuns dos mortais. (OLIVEIRA, 2003, p.75).

Corrêa Filho, tomando como aspecto central as disputas entre Portugal e Espanha pelas terras na América Meridional, que incluíam a capitania de Mato Grosso, escreve de maneira apaixonada todo o trabalho realizado por Luís de Albuquerque, durante os anos em que esteve à frente do governo de Mato Grosso.

Ao tratar sobre as estratégias de capitão-general, Corrêa Filho aponta que ele “planeja(va) defesa eficiente, amparada em redutos militares” (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 191), para combater as *ameaças*, tanto de espanhóis, quanto das nações indígenas.

Com relação às nações indígenas (Bororo, Guaicuru e Paiguá), o escritor apresenta-as na biografia de Luis de Albuquerque “como marginais”⁵⁰, e como um empecilho às monções que vinham de São Paulo com destino a Mato Grosso:

os paiguás, associados, ou não, aos guaicurus, constituíam o terror dos viajantes, que varavam os sertões, desatados de Camapuam, no divisor de águas do Paraná e Paraguai, à confluência do Cuiabá e S. Lourenço, até onde chegavam as suas algaras. (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 184).

Escreve ainda que depois de inúmeras tentativas, empreendidas por seus antecessores, Luís de Albuquerque teria enviado um grupo de *hábeis* sertanistas com a missão de afugentar os indígenas.

Depois, com a intenção de afastar intrusos, tanto os “*naturais da terra*”, quanto os castelhanos, Luís de Albuquerque,

planeja defesa eficiente, amparada em redutos militares com que pontilha a fronteira, por igual destinados a policiar o rio contra os índios, [e também os castelhanos] e firmar a posse portuguesa na região até então deserta, bem que varejada anualmente pelos sertanistas (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 191).

Outro ponto bastante enfatizado na biografia diz respeito à construção dos fortes e dos núcleos de ocupação, onde “o atilado general empreendeu a ocupação de postos avançados, ao longo da fronteira, *em rosário protetor das linhas raianas*” (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 192), destinados a preservar o território, a comunicação e o comércio nos rios Paraguai e Guaporé, vitais para a sobrevivência de Mato Grosso. Segundo Corrêa Filho:

Uma vez encetada a realização do que pretendia, para garantir o direito lusitano aos pontos estratégicos da fronteira, Luis de Albuquerque abrasou-

50 Lilya Galetti, analisando a forma como as nações indígenas foram tratadas pela historiografia local, escreve que ora eles ocuparam o centro, e ora às margens. Esses espaços se davam em razão de sua postura. Nos momentos em que faziam alianças como os portugueses eram tratados pelos historiadores com toda consideração, entretanto, nos momentos em que se tinha notícia de sua resistência, eram tidos como impiedosos, bárbaros, selvagens, um entrave ao desenvolvimento de Mato Grosso.

se no desejo de completar o plano, que lhe empolgava o entusiasmo de abnegado *servidor de sua Pátria*. (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 192. Grifo meu).

No ano de 1775, Luis de Albuquerque determina que o “capitão Mathias da Costa, com 220 homens, [...] deveriam guarnecer o primeiro posto, no “Fecho dos Morros”, à latitude 21° 30’, onde o Paraguai rompeu o seu leito entre dois morros que se fronteiam.” (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 191) ⁵¹. Além do Forte de Coimbra, Corrêa Filho destaca a construção de outro Forte, iniciado em 1776, segundo o qual, Luis de Albuquerque,

intentava flanquear o Guaporé de um monumento, que lhe concretizasse a magnificiência do plano político, alteado à margem do rio, cujas águas tingiram, mais de uma vez, do sangue peninsular dos paladinos dos dois imperialismos, que ali andavam às testilhas. (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 199. Grifo meu).

Corrêa Filho segue descrevendo as ações de Luís de Albuquerque em relação à criação dos núcleos efetivos de povoação luso-brasileiro na região, uma vez que essas terras “desguarnecidas” estariam extremamente vulneráveis às tentativas de avanço dos espanhóis. Eram também uma forma de fazer frente às reivindicações adversárias e de reforçar a estratégia de ocupação portuguesa.

Ao presídio de Coimbra, erroneamente localizado a montante do Fecho dos Morros, que escolhera para balizar a avançada bandeirante por águas abaixo, até onde as elevações marginais ali abarreiravam as enchentes do Paraguai, sucedem-se, com pouca tardança, outros que lhe completariam a finalidade.[...].

A João Leme do Prado [...], coube a incumbência de examinar o vale do Emboteteu e apontar o sítio mais conveniente para sérvio de apoio à ocupação do Baixo Paraguai.

Pelo Rio, a que os guachis deram também o seu próprio nome, encontradiço nas crônicas, simultaneamente com o outro, que o diligente capitão mor das conquistas substituiu por Mondego, mais tarde preterido pelo de Miranda, em homenagem ao capitão general Caetano Pinto de Miranda Montenegro, em cujo governo se ergueria o primeiro fortim em sua beira, vagueou o observador sem encontrar o que buscava.

51 Mathias Corrêa, incumbido da missão de fundar uma fortificação na região de Fecho dos Morros, estabeleceu a estacada bem antes do local determinado por Luis de Albuquerque.

De regresso, fitou mais cuidadosamente o maciço calcário, que ladeia o Paraguai, de um e outro lado do paralelo de 20°.

Uma das suas corcovas denominava-se morro das Pitas e pareceu-lhe apropriado *ao objetivo político-militar de Luís de Albuquerque*, a quem levou o seu parecer, para logo aceito.

Daí se causou a fundação de outro reduto, que seria a povoação de Albuquerque, “situada na margem ocidental do Paraguai” [...], aos 21 de setembro de 1778. Mal decorrera um mês, e plantava-se o germe de outra, rio acima, onde a estrada de Vila Bela a Cuiabá a transpunha. Aí surgiu então, a 6 de outubro, a Vila Maria do Paraguai, em honra à Rainha, que ascendera ao trono.

Destarte, marginava-se o antigo rio dos Paiaгуás (Paraguai) de núcleos condensadores de população, que iriam testemunhar a posse portuguesa. (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 193/194. Grifo meu).

No que se refere à representação sobre Luís de Albuquerque, os contornos de herói tornaram-se mais consistentes ao longo da narrativa, conforme a descrição das muitas realizações do capitão-general em prol dos interesses luso-brasileiros. Ao fazê-lo, Corrêa Filho acabou criando a impressão que Luís de Albuquerque pairava acima do bem e do mal, uma vez que “enfrentou tudo e todos” em prol da manutenção da fronteira mato-grossense. Como na passagem em que o escritor narra a contestação do capitão-general, por meio de cartas, ao primeiro-ministro português, Martinho de Mello, ante a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso, considerado pelo “*fronteiro insigne*” lesivo à Mato Grosso.

Ao tomar conhecimento do tratado de 1777, que lhe baldava a execução do plano integral de fronteira, gerado pela sua dedicação inexcedível aos interesses da capitania, Luís de Albuquerque não pode calar a sua crítica às incongruências subscritas pelos plenipotenciários [...].

Especialmente a de 10 de agosto de 1780, que faz acompanhar de um mapa de Mato Grosso, “*feito por um curioso de Cuiabá*”, em que traça a lindeira de sua preferência “desde o marco do Jaurú, até a nova povoação de Albuquerque, ou mais para baixo ainda, onde se acha o presidio de Nova Coimbra, desde o ano de 1775, porque somente desta maneira ficaria inteiramente salva e privativa dos portugueses a navegação preciosíssima de Mato Grosso para Cuiabá. (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 208/209. Grifo meu).

O autor descreve que, nesta ocasião, Luís de Albuquerque elaborou um documento, denominado *Idéia Geral da Fronteira*,

contendo um esboço sobre pontos desconhecidos da geografia mato-grossense, que poderiam fornecer elementos que facilitariam as discussões sobre a delimitação das raias de Mato Grosso. Assim, multiplicavam-se as ações empreendidas por Luis de Albuquerque com o objetivo de preservar a fronteira luso-brasileira.

Ao final, Corrêa Filho escreve: “era o vigilante defensor das raias lusitanas, que aplicava ao desempenho de sua patriótica missão toda penetrante inteligência de que fosse capaz” (CORRÊA FILHO (D), 1941, p. 248), elevando, dessa maneira, o “*fronteiro insigne*” ao panteão dos heróis regionais.

O segundo nome da tríade virgiliana é Augusto Leverger. Natural de Sant Malo, Bretanha, Augusto João Manoel Leverger (1802-1880) chegou a Montevidéu, então província da Cisplantina em 1819, com dezessete anos de idade, acompanhado de seu pai, que era membro da marinha mercante francesa.

Se Luís de Albuquerque fora imortalizado por Corrêa Filho como o “*fronteiro insigne*”, ou o paladino defensor da fronteira, Augusto Leverger passou às páginas da história como “o *bretão cuiabanizado*”.

Pelo cognome, Corrêa Filho apresenta a figura de Leverger destacando dois de seus principais atributos: o primeiro deles, o berço europeu, de onde ele teria trazido “a cultura e o refinamento advindo da civilização localizada no velho continente”; depois, a opção de vida por Cuiabá (forma costumeira de Correia Filho se referir a Mato Grosso), que o bretão adotou como *sua terra*.

Em razão do trabalho e de sua permanência em terras então brasileiras, Leverger acabou se envolvendo nos conflitos platinos, ocasião em que atuou ao lado do governo brasileiro. Em razão de tal postura, o bretão passou a integrar, desde 1824, os quadros da marinha brasileira. Durante boa parte do período imperial prestou serviço junto à província de Mato Grosso onde chegou em 1830.⁵²

Leverger foi o grande herói virgiliano desse período. Exaltado por suas qualidades intelectuais e raciais, não lhe faltaram elogios por parte do escritor para destacar os muitos atributos do bretão:

52 O culto à figura de Augusto Leverger já fora bastante estudado por Valmir Batista Corrêa e Osvaldo Zorzato. Entretanto, neste trabalho, considero importante destacar algumas características que lhe são apontadas por Virgílio Corrêa Filho para que, ao final, se possa entender quais as características privilegiadas pelo escritor, na construção deste arcabouço identitário, que entendo que ele projetou em seus escritos.

primeiro, o fato de ser europeu, ter uma notória atividade intelectual e uma vivência diferenciada dos demais moradores da província; depois, por ter se tornado um defensor da fronteira, conciliador, corajoso, valente, honesto, despegado das vaidades do poder, dentre tantos outros adjetivos que transbordam em sua biografia.

Para Zorzato, quanto ao culto instituído pelos intelectuais mato-grossenses, em particular por Estevão de Mendonça:

não se trata de dizer se Leverger teve ou não as características que lhe atribuem seus biógrafos, e como memorialistas querem cultuar, mas sim de demonstrar como as “faces” do bretão correspondem à personificação da imagem que este grupo faz de si mesmo, como intelectuais e sujeitos de sua própria história. (ZORZATO, 1998, p.73)

Com base nessas considerações tecidas pelo autor, verifico que as qualidades destacadas enfaticamente por Corrêa Filho, ao longo da biografia de Augusto Leverger, tornam-no uma figura singular durante o período imperial e, portanto, credenciam-no a pertencer a sua tríade histórica. Mais ainda, garantem aos seus sucessores, denominados por Valmir Batista Corrêa, “os herdeiros de Leverger”, entre os quais se inclui diretamente o próprio Virgílio, um legado histórico de ações realizadas *em prol* de Mato Grosso. Esse legado, por sua vez, apresenta-se de forma intensa, como estruturador da legitimidade da construção histórica do passado local.

Corrêa Filho aponta que Leverger veio para Mato Grosso no momento em que a província tentava se reorganizar economicamente. Depois de cessada a fase de maior abundância da mineração, a produção pecuária e açucareira começava a se impor como uma alternativa. Naquela ocasião, a província enfrentava dificuldades de toda ordem: quase não possuía recursos para se manter, não dispunha de incentivos da corte imperial e, sobretudo, dependia da comunicação via rio Paraguai, desde há muito ameaçada pelo país vizinho; então, a presença e a atuação de Augusto Leverger são consideradas por Corrêa Filho como um bálsamo, uma espécie de contraponto em meio a esse quadro adverso.

A Província viveu os estreitos limites da pobreza pela incapacidade de superar, desde o período colonial, a lenta e crônica decadência das atividades econômicas. Durante a primeira metade do século XIX, a região sofreu

uma permanente crise de abastecimento, não produzindo o suficiente para atender o seu mercado interno e, muito menos, desenvolvimento de uma atividade econômica que sustentasse os cofres provinciais. (CORRÊA, 2000, p. 62).

Em meio à crise econômica, e num momento em que uma nova elite ascendia, ligada a atividade pecuária e à produção açucareira, eclodiu um antagonismo entre essa elite nascente e o grupo de funcionários públicos e grandes comerciantes portugueses que culminou em um conflito armado, no ano de 1834. *A Rusga*, denominação dada ao conflito envolvendo os mato-grossenses natos e os portugueses, “resultou de maneira efetiva na *tomada de poder* por parte dos nativistas locais e na desarticulação das forças tradicionais de controle político e econômico da região”. (CORRÊA, 2000, p. 62).

Entre os anos de 1830 e 1834, Leverger, que já estava em Mato Grosso, prestara serviços ao governo regencial. Seus estudos sobre os limites extremos do Brasil teriam auxiliado a Silva Paranhos e a Pimenta Bueno na condução dos acertos com o governo boliviano e paraguaio quanto as pendências fronteiriças. Conforme aponta Corrêa Filho:

A vida, como a de nenhum de seus êmulos, prende-se-lhe às questões fronteiriças, que estudou no escritório, afuroando os documentos dos arquivos, orienta nas negociações com seus pareceres, acatados pelos diplomatas e sustenta no terreno, com os seus cruzeiros vigilantes pelo Jaurú e Paraguai (CORRÊA FILHO (E), 1941, p 424).

Entretanto, Corrêa Filho observa que, mesmo sendo figura bastante conhecida do meio social e desde há muito naturalizado, ou adotado, Leverger não escapou às animosidades que pairavam sobre Cuiabá durante a *rusga*. Mesmo tendo se licenciado espontaneamente, o marinheiro acabou sendo demitido, em outubro de 1836. Todavia, em dezembro do ano seguinte, foi reincorporado à marinha brasileira.

Daí em diante, Corrêa Filho narra a ascensão profissional e política de Augusto Leverger. Sua carreira de marinheiro, diplomata e, posteriormente, governador de Mato Grosso é apresentada como “modelar”.

Em 1850, Leverger assumiu pela primeira vez o governo de Mato Grosso.

Achava-se Leverger entregue às suas ocupações habituais, quando recebeu, surpresa, a respectiva carta imperial, que lhe confiou o Governo de Mato Grosso. [...]

Estevam de Mendonça, dedicado entranhadamente ao culto levegeriano, que o fez pesquisar e colecionar documentos em quantidade, emenda que, seguia ele “ viagem para lá, quando foi alcançado por um expresso, que lhe fez entrega de um ofício do ministro do Império”. Era a sua nomeação. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 427).

Corrêa Filho aponta, num primeiro momento, o quadro econômico do estado na época, desfavorável a qualquer governante; todavia, segue destacando os muitos adjetivos capazes de qualificar o trabalho de Augusto Leverger à frente do governo da província:

E, com o mesmo *zelo*, posto manietado pela anemia do erário provincial, atentou para os vários ramos da administração, que em seu governo se elevou ao máximo de *moralidade e inteireza* no meneio dos dinheiros públicos.

E, sobretudo, trouxe a paz aos espíritos, como pretendeu a *Conciliação* e mais do que elas conseguiu na política geral.

Atravessou vários gabinetes, por todos *aplaudido e festejado*, como *hábil* administrador, que nas relações internas inspirava inteira *confiança* aos dirigidos e nas exteriores poderia auxiliar a política do Prata. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 431. Grifo meu).

Os adjetivos destacados no trecho acima dão ênfase às qualidades já mencionadas do bretão e mostram o quanto Leverger foi *cultuado* pela intelectualidade local. Essa imagem lapidada pela caneta de Corrêa Filho e, sobretudo, de Estevão de Mendonça, além dos significados apontados por Zorzato (1998) e Corrêa (1994), reforça a imagem do passado que se pretendia fazer lembrar aos mato-grossenses.

Entretanto, a postura mais exaltada por Corrêa Filho foi a atuação de Leverger ante a ameaça de uma investida paraguaia contra Cuiabá, quando fora deflagrada por Solano Lopes a invasão a Mato Grosso.

A invasão de Mato Grosso pelas forças de Lopes e a sua fácil vitória na primeira fase, não surpreenderam a Leverger, que, por várias vezes, tinha revelado receios, que lhe ditava a *prudência*, do mesmo quilate da sua *bravura*. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 439. Grifos meus).

No momento em que, segundo o escritor, a população se via em pânico com as notícias do possível ataque paraguaio, o governador da província designa para o comando das tropas o tenente-coronel Portocarrero. Este, juntamente com seus homens, dirigiu-se para a região de Melgaço. Contudo, boatos da aproximação paraguaia teriam feito Portocarrero abandonar a posição de defesa e retornar à Cuiabá. Corrêa Filho narra ainda que, ao saber do andamento das estratégias de defesa de Cuiabá, Leverger, que já se encontrava afastado das funções militares, tomou a frente das ações na “defesa da terra que o adotara”.

E sem perda de tempo (o então governador Albino de Carvalho) fez lavrar o ato de nomeação do chefe da esquadra reformado Augusto Leverger para Comandante Superior da Guarda Nacional. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 445)

Em seguida escreve:

Tão pronta é a decisão, que, de manhã, no porto, ainda Leverger encontra a força embarcada, cujo comando assume. Em breves palavras expõe a sua resolução, consoante lembrou *A Opinião*, jornal corumbaense, ao noticiar-lhe o falecimento: “Marcharemos senhores, a guarnecer o ponto abandonado e quando não possamos impedir a passagem do inimigo, que ao menos façamos conhecer que prestamos por meio da nossa artilharia. Que me acompanhe quem quiser”. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 445).

Assim:

os mesmos expedicionários que, em hora de desfalecimento, julgavam indefensável aquela passagem, já agora se transmudam em lutadores convictos de sua enexpugnabilidade. A força catalítica de Leverger opera milagres. (CORRÊA FILHO (E), 1941, p. 446).

Segundo o texto de Corrêa Filho, Leverger permaneceu na altura de Melgaço até que o perigo da invasão paraguaia fosse de todo afastado.

A conduta do “Bretão” durante a guerra rendeu-lhe não só o título de Barão de Melgaço, mas o reconhecimento da sociedade mato-grossense. Nos anos que se seguiram à sua morte, ocorrida em 1880, o marinheiro francês tornou-se um símbolo, referenciado e cultuado pela intelectualidade local, os chamados “herdeiros de Leverger”.

A figura de Augusto Leverger constituiu-se, então, em mais um importante pilar da construção identitária mato-grossense. Sua trajetória pessoal e política reforçaram a imagem que se buscava preservar do passado local. Um dos atos mais significativos dispensados ao culto do Bretão está contido no *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914), onde se pode ver a foto de sua cova, localizada no cemitério Nossa Senhora da Piedade em Cuiabá, representando, assim, o apego de Leverger à terra que o adotou e onde ele deixou *seu legado social e político* como exemplo a ser seguido pelos seus pares.

Desse modo, “o bretão cuiabanizado”, na escrita de Virgílio Corrêa Filho, representa e reflete, como assinalado por Zorzato(1998), tanto as características pelas quais os intelectuais gostariam de ser vistos, como legítimos herdeiros do bretão, como também um espelho da sociedade daquele período, que resistiu inteira e unida às adversidades que foram impostas. Sob essa perspectiva Leverger acaba se tornando a própria personificação da identidade mato-grossense do período imperial.

A narrativa de Corrêa Filho, entretanto, por questões compreensíveis, em nenhum momento expõe as mazelas econômicas e sociais, verificadas em outros autores, às quais estava submetida a população local naquele momento, impostas pela gradativa decadência das jazidas auríferas. Desse modo, a realidade é apresentada apenas pelos desafios a serem superados no intuito de manter os territórios em litígio.

O último nome da trindade virgiliana é Pedro Celestino Corrêa da Costa. Denominado “o guia dos mato-grossenses”, a personagem é exaltada em sua biografia como “paladino” dos ideais da República

em Mato Grosso. Assim como nas biografias anteriores, a narrativa sobre Pedro Celestino transborda em elogios.

Nessa narrativa, Corrêa Filho passa, obrigatoriamente, por todos os conflitos vivenciados pela elite mato-grossense durante a Primeira República. Usando sempre habilmente as palavras, o autor imprime um sentido patriótico e republicano àqueles que disputavam, na verdade, o mando local. Em sua narrativa, assim como em muitas obras memorialistas que se referem àquele período, o sentido da palavra *oligarquia* se fazia sentir fortemente nos momentos de luta pelo poder; a expressão *bando armado* também podia ser identificada, ou confundida, com legião patriótica, dependendo de quem narrava os acontecimentos que envolviam, necessariamente, o uso da força para manutenção ou deposição do poder vigente.

Foi durante esse período que se formou e começou a atuar politicamente Pedro Celestino, quando ocorreram as famosas “revoluções” em Mato Grosso. Nesses episódios, os líderes revolucionários eram, via de regra, coronéis que pleiteavam espaço de poder.

Ao narrar algumas dessas passagens, como no caso da célebre “revolução” de 1906, que terminou com a deposição de Totó Paes, Corrêa Filho tece considerações sobre a postura pessoal e política de Pedro Celestino:

Sem o pretender, fora ele, em verdade, que acendera o estopim revolucionário e apressara-se em corresponder às esperanças dos correligionários, que lhe confiava no critério *agremiador*.

Não era, porém, um peleador, nem jamais participara das insurreições anteriores, senão como agente mediador entre as exaltações partidárias. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p. 80. Grifo meu).

Sobre o desfecho da contenda que uniu lideranças, as quais em momentos anteriores estiveram em lados opostos para colocarem um ponto final no governo de Totó Paes, Corrêa Filho escreve:

Foi necessário o *povo* lançar mão do supremo recurso das armas para conseguir o restabelecimento da lei.

Acordes com tais conceitos, os revolucionários consideravam-se paladinos de uma cruzada redentora, e decididos a exprobar ao próprio governo da União a sua cumplicidade, pelo amparo irrestrito, nos desatinos

presidenciais, a que a vitória pôs termo. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p. 85. Grifo meu).

Embora esse tenha sido um dos muitos episódios “revolucionários” ocorridos durante a Primeira República, em Mato Grosso, nele se podem perceber as tintas de patriotismo com as quais Corrêa Filho pintou a imagem de Pedro Celestino. Nesse caso, sua narrativa demonstra uma visão deturpada quanto a alguns conceitos como, por exemplo, de povo, de patriotismo e mesmo o conceito de república.

Ainda no que diz respeito às disputas oligárquicas, chamadas pela historiografia local de *revoluções*, ocorridas, em Mato Grosso, na virada do século XIX para o XX, o escritor se exime de uma análise mais profunda, limitando-se somente a valorizar as posturas e causas defendidas por Pedro Celestino, bem como a elogiar as medidas por ele tomadas, colocando-as como as melhores para a sociedade mato-grossense, a exemplo dos acontecimentos ocorridos em 1906, quando da tomada de Cuiabá por tropas leais a Generoso Ponce e guiadas por Pedro Celestino, que levaram a deposição, e conseqüente expulsão e assassinato, do então governador Antônio Paes de Barros, em 1906.

Assim, próximo do término do governo conciliatório de D. Aquino:

Achava-se Pedro Celestino por assim dizer na fase inicial de seu mandato senatorial, quando as ocorrências políticas em Mato Grosso aconselhavam razoável acordo entre os contendores.

Foi nessa emergência, diria mais tarde, que os chefes dos dois partidos esqueceram-se das suas divergências, dos dissídios, dos seus ressentimentos pessoais, para num gesto *patriótico*, se unirem como *poderosa força propulsora da paz do progresso e do prestígio de Mato Grosso*.

Daí se gerou a *Fusão*, uma de cujas cláusulas apontava o nome de Pedro Celestino para a Presidência do Estado, além de lhe conferir ao partido a indicação do primeiro vice-presidente, seu substituto legal, e do sucessor no Senado, caso assumisse o cargo executivo. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p. 136. Grifo meu).

Quanto à vitória de Pedro Celestino, o autor escreve:

Imposta pelas circunstâncias políticas, a que a próxima sucessão presidencial dera alto relevo, e pelas necessidades econômicas a exigirem

a união de *todos os homens de boa vontade* para superarem a crise, que já se manifestava no Estado, a fusão das duas agremiações partidárias, que traziam de longos anos luta porfiada, em uma só, vigorosa pela sua própria coesão, constitui o sucesso mais relevante de 1921. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p. 139. Grifo meu).

Num momento seguinte, Corrêa Filho gasta cento e oito páginas, ou seja, uma considerável parte da biografia, para descrever as ações de Pedro Celestino quando, entre os anos de 1922 e 1926, esteve à frente do governo de Mato Grosso.

Da missão que lhes coube desempenhar, dar-se-á conta, pela rama, nas páginas seguintes, em que prevalecerá, com o peso de sua autoridade, a documentação oficial, de vária procedência, a dispensar a colaboração do compilador reduzida ao mínimo. (CORRÊA FILHO (F), 1945, p. 139).

O escritor mato-grossense escreve uma ardorosa defesa das atitudes tomadas pelo então governador, justificando, uma a uma, todas as *dificuldades* enfrentadas naquele período por Pedro Celestino. Desse modo, o escritor vai às minúcias, mostrando planilhas com gastos e as quantias arrecadadas com os impostos, para explicar a penúria econômica do estado e as providências drásticas que o então governador “se obrigou a tomar” como o pagamento parcelado de salários e as muitas demissões autorizadas no início de seu governo.

Além da questão financeira, Corrêa Filho também discorre sobre as revoltas deflagradas no Cenário Nacional, em 1922 e 1924, que tiveram bastante repercussão entre os militares mato-grossenses, sobretudo, os do sul do estado, gerando entre as lideranças muita apreensão quanto a possíveis sublevações. Para respaldar sua defesa, transcreve telegramas e radiogramas que continham as medidas tomadas durante a situação que envolvia os quartéis do sul de Mato Grosso com os movimentos paulistas; traziam também notícias a respeito das atitudes tomadas em relação a passagem da Coluna Prestes pelo sul do estado.

O fim do governo de Pedro Celestino foi marcado por uma crise política, que ainda merece ser estudada, e que envolvia, de um lado, as pretensões políticas do próprio Pedro Celestino, e de outro, os interesses de seus adversários Mário Corrêa da Costa e Antonio Azeredo. O pano de fundo que envolveu esse cenário conflituoso,

quando a querela política chegou aos jornais, culminou com o afastamento de Pedro Celestino e do próprio Virgílio Corrêa Filho de Mato Grosso.

Assim, a biografia de Pedro Celestino acabou se tornando uma espécie de defesa pública de sua vida política, em que se considerou todo esse contexto em que ocorreram os desentendimentos políticos, em 1926, num episódio, denominado por Corrêa Filho de “conspiração palaciana”.

Embora o gênero de escrita que se dedica às biografias não apresente compromisso com uma crítica historiográfica, e as de Corrêa Filho não fujam a essa regra, suas narrativas cumpriram um papel muito significativo, no sentido de lapidar uma construção histórica até aquele momento apresentada pelo escritor. Além de servir como cartilha a narrar a vida *dos maiores* da história de Mato Grosso, contribuindo, dessa forma, para cristalizar uma memória determinada e marcar espaços sócio-políticos bem definidos.

As biografias de Luis de Albuquerque, Augusto Leverger e Pedro Celestino também são indícios do tipo de passado que Corrêa Filho desejou preservar. Pelo exemplo de líderes “fortes, abnegados, patriotas, capazes de enfrentar toda a sorte de adversidades”, construiu-se a história de Mato Grosso. Esses homens, na percepção virgiliana, por meio de suas respectivas posturas, passaram a estruturar elementos da realidade, a servir de referencial e exemplo aos mato-grossenses.

Em suma, com base no estudo dessas biografias e das outras obras selecionadas neste trabalho, pretendi demonstrar o quando a história pode contribuir para estruturar o presente através da construção de determinados referenciais de passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos domínios de Clio, o estudo da escrita da história, com o objetivo de revelar a história por meio do universo de representações contidas em outras obras, e sob o olhar de quem as escreveu, mostra-se capaz de trazer à superfície, novos problemas e novas inquietações sobre construções elaboradas a respeito de determinados temas.

No que se refere à história do Brasil, em geral, e à história regional, em particular, no que diz respeito a uma escrita mais tradicional, não se pode negar a influência dos Institutos Históricos e das demais instituições oficiais de produção e reconhecimento do saber, notadamente nas três primeiras décadas do século XX. Na grande maioria dos trabalhos produzidos com a chancela dessas instituições, observa-se que história e memória caminham juntas, de mãos dadas com tradições que, aos “nossos” olhos, parecem expressões de verdade, entranhadas num passado remoto, mas que, em verdade, são construções bastante recentes.

Nesse esforço de tentar entender o passado através dos “binóculos” do outro, ou seja, de tentar compreender um contexto valendo-se das impressões deixadas por quem interpretou esse passado, de buscar compreender como esse mesmo passado pode ter uma multiplicidade de significados, a análise dos trabalhos de Virgílio Corrêa Filho constituíram-se fonte de grande valia.

Sua obra, vasta e valiosa, permitiu-me compreender, em parte, como se estruturaram as relações entre presente e passado, em Mato Grosso, a partir da Primeira República, e como a leitura do passado, elaborada por Corrêa Filho, tornou-se importante para afirmar, consolidar e cristalizar os valores de um grupo, ou de uma determinada parcela da sociedade mato-grossense. Sua escrita, posteriormente tornada referencial obrigatório por sua densidade, volume de publicações e projeção no meio intelectual, contribuiu para estruturar uma determinada visão sobre o passado local.

Escritos num momento em que as forças políticas estavam se *assentando*, época de muitas disputas, em que o objeto em jogo era o

poder de mando local, esses conflitos deixaram marcas profundas na escrita de Virgílio Corrêa Filho. Nesses conflitos, que não raras vezes colocavam em lados opostos a elite cuiabana e um segmento social que buscava um espaço no âmbito da política local, a história, escrita pelo grupo de intelectuais cuiabanos, e que teve em Virgílio Corrêa Filho seu maior expoente, serviu de instrumento de legitimação social, e as impressões do passado acabaram servindo de espelho para o presente, ecoando através dos tempos.

Como intelectual orgânico, Corrêa Filho também não perdeu de vista o objetivo de escrever sobre Mato Grosso sempre integrado à história nacional, ressaltando os esforços de *seus maiores*, no sentido de preservar os limites do território e da *soberania* nacional. Sob esse ponto de vista, seus trabalhos permitem entender, com base num enfoque regional, o discurso de formação da Nação.

Dessa forma, esta releitura permitiu-me compreender um pouco do contexto histórico mato-grossense e contribuir, mesmo que modestamente, no sentido de problematizar e lançar luz, por meio dos argumentos aqui apresentados, para todo um conjunto de valores e referenciais que permeiam a sociedade e aparecem entranhados, consciente e inconscientemente, acompanhados de certo estatuto de verdade, mas que de fato, são construções com objetivos bastante específicos e que modelam “no real, uma representação do real”. Assim, esta análise permite, de certa forma, olhar o passado de maneira mais crítica e construir no presente possibilidades de questionamentos e reordenamento dos paradigmas históricos sociais.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA FILHO, Virgílio(A). *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1920.

_____. (B) *Monographias Cuiabanas*: Questões de Ensino (Vol. I). São Paulo: Gráfica Editora Monteiro Lobato, 1925.

_____. (B) *Monografias Cuiabanas*: Evolução do Erário (Vol II). Cuiabá: Ed. IHGMT, 2002.

_____. (B) *Monografias Cuiabanas*: A cata de Ouro e Diamantes (Vol. III). Cuiabá: Ed. IHGMT, 2002.

_____. (B) *Monographias Cuiabanas*: À sombra dos Hervaes Mattogrosenses. (Vol. IV). São Paulo: S. Paulo Editora Ltda, 1925.

_____. (B) *Monografias Cuiabanas*: Indústrias Mato-Grossenses (Vol. V). Cuiabá: Ed. IHGMT, 2002.

_____. (B) *Monografias Cuiabanas*: A propósito do boi pantaneiro (Vol. VI). Cuiabá: Ed. IHGMT, 2002.

_____. (B) *Monografias Cuiabanas*: A peste das cadeiras (Vol VII). Cuiabá: Ed. IHGMT, 2002.

_____. (C) *As Raias de Mato Grosso*. Fronteira Septentrional. (Vol. I). São Paulo: Secções de Obras D'Estado de São Paulo, 1924.

_____. (C) *As Raias de Mato Grosso*. Fronteira Meridional. (Vol. III). São Paulo: Secções de Obras D'Estado de São Paulo, 1925.

_____. (C) *As Raias de Mato Grosso*. Fronteira Ocidental (Vol. IV). São Paulo: Secções de Obras D'Estado de São Paulo, 1925.

CORRÊA FILHO, Virgílio (D). *Luiz de Albuquerque* – Fronteiro insigne. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1941.

_____. (E) *Augusto Leverger* – O Bretão cuiabanizado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

_____. (F) *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Zélio Valverde, 1945. (Col. Galeria Matogrossense).

CORRÊA, Samuel A. A. (org). *Recordações néditas de Virgílio Corrêa Filho em seu centenário*. Rio de Janeiro: s/ed., 1987.

MENDONÇA, Rubens. *História das revoluções em Mato Grosso*. Goiânia: Editora Rio Bonito, 1970.

_____. *Sátira na política mato-grossense*. Cuiabá: Ed. do Meio, 1978.

SOUZA, Antônio Fernandes de. *Antônio Paes de Barros e a política de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

REFERÊNCIAS

ABUD, Kátia. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*. A construção de um símbolo paulistas: o Bandeirante. 1985. 241f. Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP. São Paulo.

ANDERSON, Benedict . *Nação e consciência nacional*. São Paulo. Ática, 1989.

BARROS, Iolanda M. Perin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

- BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1989.
- CANAVARRO, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 2004.
- CARONE, Edgard. *A república velha* (Evolução Política). 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. (Coleção Corpo e Alma).
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2000. (Col. Descobrindo do Brasil).
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGGS, 2002.
- CORRÊA, Lúcia S. *Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920)*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH/USP, São Paulo.
- _____. *História e fronteira: O Sul de Mato Grosso – 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Os herdeiros de Leverger*. Edição comemorativa dos 75 anos do Instituto Histórico. Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso. Tomo CXLI-CXLII. Ano LXVI. Cuiabá, 1994.
- _____. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1995.

CORRÊA, Lúcia S. *Fronteira Oeste*. 2 ed. Campo Grande: Ed. UNIDERP, 2005.

_____. *História e violência em Mato Grosso – 1817-1840*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso: 1536-1778*. 176f. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1994.

FAUSTO, Boris (org) *História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano – estrutura de poder e economia*. Vol 1, Tomo III. São Paulo: Difel, 1977.

FERREIRA, Antonio Celso. LUCA, Tânia Regina de. IOKOI, Zilda Gricoli. (orgs). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. (Col. Prismas).

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 – 1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

GALETTI, Lylia da S. Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358f. Tese (Doutorado em História) FFLCH/ USP. São Paulo.

_____. *O estigma da barbárie e a identidade regional*. Revista de Pós-Graduação em História. Brasília: UnB, nº 02, Vol. 3, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getúlio Vargas, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. HANGER, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. de Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LUCA, Tânia Regina (org), YOKOI, Zilda M. G. (org). *Encontros com a História*. Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. 1ª ed. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999. (Vol. 01).
- MALERBA, Jurandir (org) et. All. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTIN. André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1992. (Col. Repensando a História).
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MATTOSO, José. *A Escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MONTEIRO, Jonh Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEVES, Maria Manoela R. de N. *Elites políticas: Competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. A construção do herói no imaginário brasileiro de ontem e de hoje. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.
- _____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense. 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro”, (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org). *História Cultural: Experiências de pesquisa*. Porto Alegre: EDUEFRGS, 2003.

_____. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003. (Tudo é história; 101).

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. São Paulo: Martin Claret, 2002. (Coleção Obra Prima de Cada Autor).

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Revista de Estudos Históricos do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

PÓVOAS, Lenine. *Cuiabandade*. Cuiabá: s/ed, 1987.

PRIETO, Saturnino Sanches. *Y qué es la história?* Reflexiones epistemológicas para professores de Secundária. Madrid: Sieclo Veintiuno de España Editores S/A, 1995.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e “Identidade” Mato-Grossense e Sul-Mato-Grossense: Um Breve Ensaio*. *Diálogos – Revista de História da UEM*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.

_____. *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo Sul de Mato Grosso (Século XIX e XX): Notas para discussão*. Dourados: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2004. 37 p. Digitado

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado nacional brasileiro. In: MARIN, Jerri R; VASCONCELOS, Cláudio A. de. , *História, região e identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, p. 19-46, 2003.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Marcos A. (org). *República em migalhas*: História regional e local. São Paulo: CNPq/Marco Zero, 1990.

SOUZA, João Carlos. *Sertão cosmopolita*: a modernidade de Corumbá (1872-1918). 313f.2001. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP. São Paulo.

SOUZA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la fé no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1659)*. Campo Grande: UCDB, 2004.

THOMPSON, Eduard P. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, história e memória em Mato Grosso*: Virgílio Corrêa Filho, 1887-1973. Campo Grande: UFMS, 2001.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 179f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP. São Paulo.



TRIUNFAL
GRÁFICA & EDITORA

Diagramação, Impressão e Acabamento

Triunfal Gráfica e Editora

Rua José Vieira da Cunha e Silva, 920/930/940 - Assis/SP
CEP 19800-141 - Fone: (18) 3322-5775 - Fone/Fax: (18) 3324-3614
CNPJ 03.002.566/0001-40